

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DO ANO 2012
NO
AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»
DE
BRAGANÇA**

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
CCDRN	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte
CEFA	Centro de Estudos e Formação Autárquica
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
PCP	Partido Comunista Português
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 17 de dezembro de 2012, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas	144
Membros que pediram substituição	9
Membros convocados	9
Instalação de membros	9
Quórum	10,99
Expediente	8
Moções:	
I – Ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa	17
II – Reposição da linha aérea regional	20
Requerimento – Pagamento do almoço de Natal	25

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 - ATAS: Leitura, discussão e votação das atas das seguintes Sessões: - Quarta Sessão Ordinária, realizada em 28 de setembro/2012; - Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 08 de outubro/2012.	15
2 - PÚBLICO - Período de intervenção;	16
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	16
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	30
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	30
4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	65
4.2.1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE	66

ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, MAPA DE PESSOAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS;	
4.2.2 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE DECRETO-LEI N.º 305/209, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO;	99
4.2.3 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO – DIVISÃO DE URBANISMO;	111
4.2.4 - DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. ;	115
4.2.5 - ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO A CELEBRAR COM A CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA;	120
4.2.6 - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL;	134
4.2.7 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – RESERVA DE ÁGUA DE MONTESINHO E CIRCUITO DE LIGAÇÃO AO SISTEMA EXISTENTE (SOLUÇÃO I – VARIANTE B2)–DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. (ver página dez desta ata)	137

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Adriano Rodrigues	29
Amândio Gomes	90
Ana Almeida	23,29,82,135
António Malhão	16,22,25
Bruno Veloso	22,26
Elídio Moraes	63,64
José Lourenço	23
Leonel Fernandes	83,109

Luís Fernandes	85
Luís Vale	84
1.º Secretário da Mesa	81,83,84
Presidente da Câmara	42,64,74,80,93,105,108,132,136,139,142,144
Presidente da Mesa	10,14,15,16,17,18,20,22,23,24,25,26,27,28,29,30,42,63,64,65,75, 77,78,80,85,88,90,93,96,97,98,99,105,107,108,109,110,115,119, 120,131,132,133,134,135,136,139,141,142,143,144
Rui Correia	15
Vítor Pereira	88

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	18,107,131,141
Bruno Veloso	20,63
Dinis Costa	19
Luís Fernandes	77,141
Norberto Costa	78,79
Vítor Pereira	108

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Ana Almeida	14,97,111,120,133
Bruno Veloso	24
António Malhão	27,98
José Lourenço	28,143
Leonel Fernandes	27
Luís Fernandes	98,143

Norberto Costa	143
Rui Correia	28,142
Vítor Pereira	

----- Aos **dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **Quinta Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e fim cerca das dezassete horas, na qual participaram **noventa e sete membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 1- ATAS:** Leitura, discussão e votação das atas das seguintes Sessões:
 - Quarta Sessão Ordinária, realizada em 28 de setembro/2012;.....
 - Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 08 de outubro/2012.....
- 2- PÚBLICO** – Período de Intervenção.....
- 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**
- 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....
 - 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**
 - 4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO** sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:.....
 - 4.2.1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, MAPA DE PESSOAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS;**
 - 4.2.2 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 305/209, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO;**
 - 4.2.3 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO – DIVISÃO DE URBANISMO;**
 - 4.2.4- DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB - MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. ;**
 - 4.2.5 - ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO A CELEBRAR COM A CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA;**
 - 4.2.6 - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL;**
 - 4.2.7 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – RESERVA DE ÁGUA DE MONTESINHO E CIRCUITO DE LIGAÇÃO AO SISTEMA EXISTENTE (SOLUÇÃO I – VARIANTE B2) – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL. (ver página dez desta ata)**.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 02 DE OUTUBRO DE 2012

Data	Remetente	Assunto
02/10	ANMP	Informa do que se passou no último Congresso da ANMP, relacionado com os problemas levantados pelos Autarcas do PSD neste congresso.
04/10	Grupo Parlamentar do PCP	Declaração política sobre a apresentação de candidaturas no domínio do ciclo urbano da água na vertente em baixo
11/10	CMB	Envia o processo ordinário N° 1257/043tBBGC
15/10	Grupo Parlamentar do PCP	Pergunta ao Governo - Avaliação dos critérios de seleção de candidaturas do ciclo urbano da água no âmbito do programa operacional temático valorização do território
19/09	Assembleia Municipal de Penamacor	Moção – políticas para o interior, um desígnio nacional
24/10	ANMP	Proposta de Lei do Orçamento para 2013
24/10	CMB	Organização Interna do IEFP, I.P- Distrito de Bragança
25/10	CMB	Envia cópias do ofício enviado ao Sr. Primeiro Ministro sobre a Ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa
30/10	Grupo Parlamentar do PCP	Projeto de Lei n.º 310/XII-2.ª – Revoga a Lei n.º 49/2012 – Estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado
9/11	CMB – DESC	Convoca o PMAM para a reunião do Conselho Municipal de Educação – dia 14 de novembro
12/11	CMB – DESC	Propostas de atas das reuniões de 2 e 21 de maio/2012 do Conselho Municipal de Educação
15/11	CMB – DESC	Apresentação que o Dr. João Amado fez na reunião do Conselho Municipal de Educação, no dia 14 de novembro/2011
20/11	ANMP	Resolução da ANMP relativa à proposta de lei do Orçamento de Estado 2013
27/11	Unidade Local de Saúde do Nordeste	Resposta às questões apresentadas à ULSNE, pelo Dr. Guedes Almeida
28/11	Grupo Parlamentar do PCP	Pergunta feita ao Governo sobre a paragem do transporte aéreo Bragança/Vila Real/Lisboa
30/11	Serviços do Ministério Público de Bragança	Solicita cópia certificada da ata da Sessão a que se referem as declarações do Arguido Dr. Guedes de Almeida, em relação à pessoa do Dr. Marcolino Juiz Desembargador.
30/11	CMB	Remete-nos cópia do Ofício enviado ao Sr. Primeiro Ministro, relacionado com a carreira aérea Bragança Vila Real, Lisboa
03/12	Junta de Freguesia de Aveleda	Abaixo assinado - contra a proposta da Reorganização Administrativa

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO RELEVANTE EMITIDA A PARTIR DE 02 DE OUTUBRO DE 2012

Data	Destinatário	Assunto
02/10	Várias Entidades	Envio da Moção “ Helicóptero do INEM – Macedo de Cavaleiros
03/10	Pingo Doce e Continente	Envio de Moção “ Preços praticados nas grandes superfícies”
15/10	Coordenador da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Assuntos sociais	Envio da Recomendação “ Curso de Gerontologia da Escola Superior de Saúde do IPB
15/10	Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território – Dr. Manuel Porto – Assembleia da República	Envio da pronúncia da Assembleia Municipal
07/11	Sr. Primeiro Ministro	Envio de comunicação sobre a ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa
27/11	Secretário da Mesa da Assembleia da República	Envio da informação, solicitada pelo deputado Altino Bessa, sobre o pagamento de senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; João Paulo Veiga Matos; Pedro Luís Esteves Fernandes; António Manuel Teixeira Batista; Carlos Abílio Moreno e José Alberto Moutinho Moreno

PS: Marisa Rodrigues Gomes Alexandre; João Batista Ortega; Luís Carlos Magalhães Pires e Sandra Marisa Rodrigues Valdemar

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso

MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:.....

PSD: António Nuno Neves Pires; Maria Natália Rodrigues Alves; Maria do Amparo Mendes Alves; Bruno José Fernandes Miranda; João Rocha e Silva e Melanie Alves Pinhão.

PS: Maria Celina Silva Paula; Maria Aurora Correia; Francisco Manuel Esteves Marcos e Mário Augusto Pinto Moreira

Movimento Sempre Presente: Paula Cristina Teixeira Liberato Soeiro

INSTALAÇÃO:

- Melanie Alves Pinhão - eleita pela lista do Partido Social Democrata, nascida em 13 de março de 1975, filha de José Augusto Anastácio Pinhão e de Rosalina da Conceição da Silva Alves Pinhão, Funcionária dos CTT, natural de Moçambique/Moçambique e residente na freguesia da Sé, Município de Bragança,

na Rua Amália Rodrigues, Lote 85, n.º 12, portadora do Cartão de Cidadão n.º 10586888, válido até 26/08/2013 e cartão de eleitor n.º 12 193 da Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé.

- **Mário Augusto Pinto Morais** - eleito pela lista do Partido Socialista, nascida em 20 de outubro de 1975, natural da Freguesia de e residente na freguesia da Sé, ambas do Município de Bragança, portadora do Cartão de Cidadão n.º 05963288, válido até 24/11/2014.

- **João António da Silva Rodrigues** - eleito pela lista do Partido Social Democrata, nascida em 24 de novembro de 1963, Assistente Técnico, natural e residente em de Fontes Barrosas, Freguesia de Castro de Avelãs, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 11439817, válido até 16/11/2015.

----- **Presidente da Mesa** – Bom dia a todos.

----- Antes de mais pretendia que estivessem todos sentados, deixando as últimas duas filas vazias para o público que queira assistir a esta sessão, e digo isto porque necessitamos de fazer uma contagem e necessitamos pois que os Srs. Deputados estejam nos seus devidos lugares para que a contagem se processe com absoluta certeza dos números.

----- Bom, eu aguardo aqui a confirmação do número de deputados presentes.

----- **Temos quórum, podemos iniciar os trabalhos**.....

----- Srs. Deputados antes de iniciarmos esta sessão queria apresentar à AM a necessidade de deliberação sobre o acrescento de um ponto na agenda, esta necessidade vem do facto da Câmara Municipal de Bragança ter remetido um assunto, e com a respetiva certidão, com carácter de urgência, por forma a que esta AM deliberasse nesse sentido, e como esta certidão chegou três dias depois da reunião da Comissão Permanente, portanto não se apresenta agendada para esta sessão de hoje, pelo que, e no cumprimento do artigo quadragésimo segundo do Regimento, que eu passo a ler, que dá enquadramento a esta deliberação, seja de acrescentarmos um ponto à agenda, se essa for a decisão da AM ---

----- Digo: artigo quadragésimo segundo, nº 1 - Objeto das deliberações – “Só podem ser objeto de deliberação, os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão, salvo se, tratando-se de uma reunião ou sessão ordinária, pelo menos dois terços do número legal dos seu membros reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos”.

----- A certidão que recebemos da Câmara e que nós propúnhamos que fosse então discutida para ser agendada, diz respeito ao tema “reforço de abastecimento de água a Bragança - reserva de água a Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (solução I - variante B2) - declaração de interesse público Municipal”.

----- Esta declaração foi enviada, por carta, para os Srs. Deputados que não solicitaram o envio da documentação por via e-mail, e por via email aos restantes Deputados que assim já deram essa indicação aos serviços da Mesa desta AM. No entanto eu procederá à leitura do texto porque é um pouco extenso, para lembrar ou para dar conhecimento aos Srs. Deputados que na eventualidade de não terem lido este documento saberem do que se trata.

----- **Então eu passava uma leitura breve, rápida sobre o texto, passando de seguida à discussão sobre o seu agendamento para a reunião de hoje.**

----- “Desde há cerca de 40 anos, que Bragança enfrenta um problema crónico de abastecimento de água, problema que foi mitigado, mas não resolvido pela execução, incompleta, do “Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor”, faltando executar a 6.ª e última fase que compreende a construção da barragem de Veiguinhas;

----- Nos últimos anos, concretamente no final do inverno de 2005, em dezembro de 2007 e em outubro de 2011, face à seca e escassez de água, a cidade e o concelho de Bragança viveram sérias ameaças de rotura dos sistemas de abastecimento de água;

----- Em 2005, no final do inverno, face à seca intensa e prolongada então verificada, as reservas existentes na barragem da Serra Serrada, único local onde havia água, estiveram a apenas 10 dias da rotura total, situação que foi acompanhada de perto pelo então Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, pela Proteção Civil Nacional e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, se não tivesse chovido naquela altura, o colapso do sistema e inerente catástrofe tinham seguramente acontecido;

----- Em 2007 e 2011, foram pelo Município de Bragança mobilizadas todas as capacidades disponíveis da Proteção Civil Distrital, através de uma logística muitíssimo pesada e onerosa, para o Município, procedendo ao transporte de água em camiões cisterna a partir de Macedo de Cavaleiros.

----- A Proteção Civil Nacional, que sempre tem acompanhado esse processo, informou por escrito o Município de Bragança que não possuía capacidade interna para reagir/enfrentar uma situação de rotura total no abastecimento.

----- Face à seca prolongada e severa que se verificou no ano de 2012, o Município de Bragança decidiu reavaliar os meios existentes no País, tendo por objetivo elaborar um Plano de Contingência exequível face à situação. Constatou-se que para assegurar o abastecimento da cidade de Bragança seria necessário que todos os meios disponíveis no país estivessem envolvidos e ainda assim, seria elevada a probabilidade de não ocorrer a disponibilidade de todos eles, já que, em caso de seca extrema, esses meios teriam naturalmente de ser alocados a situações de emergência (incêndios, catástrofes, proteção de pessoas e bens, entre outros).

----- Resulta de tal Plano de Contingência que, em situação extrema, nem sequer a Proteção Civil Nacional dispõe de meios necessários (nem mesmo com a colaboração do Exército), para enfrentar uma

situação de calamidade (isto é, uma situação de rotura total no abastecimento de água ao Concelho), para a qual o País não dispõe de meios de resolução.

----- Decorridos mais de 15 anos da execução de cinco das seis fases do Aproveitamento do Alto Sabor e depois de terem sido elaborados diversos e múltiplos estudos técnicos e ambientais realizados em diferentes momentos, por equipas técnicas e de diversas competências, por diferentes e sob múltiplas perspetivas, concluíram pela inexistência de alternativa à solução apontada há 32 anos, ou seja pela invisibilidade de encontrar soluções fora da área do Parque Natural de Montesinho.

----- Em 2012 a Comissão de Acompanhamento, que integra vários organismos públicos com competência técnica e legal, confirmou e validou ser “Veiguiñas” a única solução viável para resolver o problema de abastecimento de água a Bragança, tendo em 19 de março do mesmo ano a Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território emitido Declaração de Impacte Ambiental com decisão favorável ao reforço de abastecimento de água a Bragança a partir de Montesinho contemplando a construção de Reserva de Água de Montesinho em Veiguiñas e o circuito de ligação ao sistema existente (Solução I, Variante B2).

----- A construção de uma reserva de água em Montesinho, para reforço do sistema de abastecimento de água a Bragança, está prevista no Plano Diretor Municipal e consta da Carta de Infraestruturas de Abastecimento de Água – volume II, denominada por “Barragem de Veiguiñas” (em anexo).

----- Compete aos órgãos municipais, no âmbito das suas atribuições e responsabilidade política direta, pugnar pelo cumprimento do interesse público no abastecimento sustentável de água no concelho de Bragança, assegurando, designadamente, o abastecimento de água a todas as populações ali residentes, com regularidade, em quantidade e qualidade, e a preço sustentável e equilibrado para as famílias e para os agentes económicos, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

----- Assim, por tudo quanto ficou exposto, propõe-se, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a submissão à aprovação da Assembleia Municipal da proposta de declaração de interesse público municipal das obras de reforço de abastecimento de água a Bragança – reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (solução I – variante B2).

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a referida proposta de

declaração de interesse público municipal das obras de reforço de abastecimento de água a Bragança – reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (solução I – variante B2), à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do artigo 53.º da citada Lei n.º 169/99, conjugado com o disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.”

----- Srs. Deputados, portanto o que é solicitado pela Exma. Câmara é que a AM delibere sobre esta emissão de declaração de interesse público municipal, por isso a Mesa da AM porque, como eu dizia no início, não tinha este elemento agendado para a reunião da Comissão Permanente, não pode agendá-lo na reunião de hoje. Assim, a Mesa propõe que este assunto seja discutido tendo em vista a inclusão na agenda de hoje.

----- Srs. Deputados, esta é a proposta da Mesa, queiram fazer o favor de se inscrever para pedidos de esclarecimentos necessariamente ao Sr. Presidente da Câmara, se entenderem, ou à Mesa, e/ ou fazerem, também de seguida, inscrições para intervenções sobre esta matéria. Por isso a Mesa passa já para o período de solicitação de pedidos de esclarecimento que os Srs. Deputados pretendam fazer. Têm a palavra, Srs. Deputados.

----- Não se regista qualquer pedido de esclarecimento.....

----- Então solicito inscrições para pedidos de intervenção sobre esta matéria.

----- Não regista, a Mesa, nenhum pedido para intervenção. Eu vou solicitar aqui aos Senhores Secretários a confirmação do número de deputados presentes.

----- Oitenta deputados presentes, esta deliberação carece, para ser efetiva, da aprovação por dois terços do número legal de membros desta AM, portanto a AM com noventa e nove membros necessitamos da aprovação de sessenta e seis Deputados.

----- Cabe também a mim, no fundo, dizer que uma emissão de declaração de interesse público sobre uma matéria que é tão relevante para a população do Concelho de Bragança, seria necessariamente, ou deveria necessariamente ter uma manifesta expressão de força para ter um valor concreto daquilo que se pretende com as iniciativas que há anos são espetáveis pelas populações do Distrito e do concelho de Bragança que é obter água em quantidade e qualidade para o presente e para o futuro.

----- Srs. Deputados vamos passar então à votação, recorde, porque houve Srs. Deputados que entraram neste momento, que passaremos à votação para **incluir na agenda de hoje o PONTO 4.2.7 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – RESERVA DE ÁGUA DE MONTESINHO E CIRCUITO DE LIGAÇÃO AO SISTEMA EXISTENTE (SOLUÇÃO I – VARIANTE B2) – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL.**

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA DE INCLUSÃO DO PONTO NA ORDEM DO DIA SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM UM VOTO CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E SETENTA E OITO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.....

----- **Presidente da Mesa** - Quem pretende fazer declaração de voto?

----- Há um registo de uma declaração de voto. Tem a palavra para a sua declaração de voto, a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** - Bom dia a todos, caros colegas, Mesa, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara.

----- Eu acho isto uma manobra de diversão, francamente! Como o Sr. Presidente da Mesa bem sublinhou, isto é um tema de um interesse fundamental e nós vamos votar uma declaração de interesse público municipal, não está em causa se Bragança precisa de água ou não, está em causa a seriedade e o respeito pelos Membros desta Assembleia, um tema com estas repercussões não acredito que não pudesse ter sido preparado de forma a ter sido integrado na agenda para a reunião da Comissão Permanente de forma a que pudéssemos ponderar sobre ele.

----- A maior parte das pessoas, e o Sr. Presidente teve consciência disso, foi aqui apanhada de surpresa, e porque? Porque provavelmente nem sequer leu o que estava em causa, e nós vamos debater um interesse seríssimo em cima do joelho, portanto daí o CDS entender... não está em causa se precisamos ou não precisamos de Veiguinhas, não obstante Veiguinhas ter um nome à cabeça que são as Águas de Trás-os-Montes e outros interesses ocultos associados, mas de facto nós vamos decidir em cima do joelho aquilo que é o que o próprio nome indica, de interesse público municipal, e, como o Sr. Presidente bem sublinhou, para o futuro da região. E portanto acho que merecia mais respeito e merecia uma discussão séria e ponderada sobre esta questão e portanto nós temos uma página e meia de elementos para avaliar, mais nada!

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Ora, terminadas então as inscrições para declarações de voto, passamos então a incluir este ponto na agenda que será incluído naturalmente na sequência dos pontos anteriormente agendados, então será o último ponto a ser debatido na reunião de hoje.

----- Quero aproveitar, antes de iniciarmos os trabalhos da agenda que vinha já programada, para informar os Srs. Deputados que a Exma. Câmara formulou um convite, esta será a última sessão antes das festas natalícias que esta Assembleia, da forma como está constituída, terá oportunidade para fazer

esse convívio, e então a Exma. Câmara solicitou que a Mesa formulasse aqui no início dos trabalhos, e com a presença já de um número expressivo de deputados na sala, na sessão, o convite para o almoço de Natal, portanto que a Câmara formula. Nesse sentido, queríamos, porque nos foi solicitado por parte dos serviços que vão comunicar com o restaurante, para dar o número de pessoas que vão estar presentes no almoço, o favor de darem a sua indicação de tal vontade, julgo de forma escrita, para não andarmos aqui com dedo no ar? Não vale a pena, porque não é um assunto de deliberação da Mesa, ou então vamos fazer pelo contrário, se houver alguém que não quer ir, se o entender demonstrar, neste momento, pode fazer o favor de demonstrar essa vontade, para excluirmos, por motivos que entendam.

----- Estamos com oitenta deputados na sala, neste momento, treze não querem ou não têm disponibilidade para ir ao almoço.....

----- O almoço vai ser servido no restaurante Tulipa. Muito obrigado.....

----- Passamos, agora, para a agenda que nos traz hoje aqui, para o ponto 1

PONTO 1- ATAS: Leitura, discussão e votação das atas das seguintes Sessões:.....

- Quarta Sessão Ordinária, realizada em 28 de setembro/2012;

- Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 08 de outubro/2012.....

----- **Presidente da Mesa** - Alguma referencia que os Srs. Deputados queiram fazer relativamente a alguma correção que seja necessário efetuar nesta **ata da quarta sessão ordinária realizada no dia 28 de setembro/2012 ?**

----- Não havendo nenhuma correção a fazer passamos à votação.....

----- **NÃO HAVENDO DISCUSSÃO FOI A MESMA ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, OITO ABSTENÇÕES E SETENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Declaração de voto do Sr. Deputado Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Bom dia Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Autarquia, Vereadores, caros Membros desta Assembleia, Público, a todo muito bom dia.

----- Claro, a minha abstenção é por não ter estado presente nessa sessão.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Alguma referência que os Srs. Deputados queiram fazer relativamente a alguma correção que seja necessário efetuar nesta **ata da segunda sessão extraordinária realizada no dia 8 de outubro/2012?**

----- Não havendo nenhuma correção a fazer passamos à votação.

----- NÃO HAVENDO DISCUSSÃO FOI A MESMA ATA SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E SETENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos para o ponto 2.

PONTO 2– PÚBLICO - Período de intervenção

----- **Presidente da Mesa** - Não sei se está publico presente nesta sala, que pretenda intervir nesta sessão ordinária. Eu repito, pela minha verificação visual e sendo que estou a verificar Presidentes de Junta sentados na última fila e na penúltima fila, a quem eu peço o obséquo de se levantarem e tomarem lugar noutros pontos da sala, estou a ver o Sr. Presidente da Junta de França, estou a ver a Sra. Presidente de Junta de Grijó de Parada, para tomarem o lugar na terceira fila a contar do fim para diante, para deixarem o restante para o público, verifico, pelo meu conhecimento visual, que não existe público presente para além de duas pessoas e nenhuma delas manifesta o interesse em participar nesta sessão, pelo que encerramos este ponto.

----- Passamos para o ponto seguinte.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- Srs. Deputados, quem pretende fazer inscrição para intervenções?.....

----- Registamos três pedidos de inscrição, para intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Eduardo Malhão.

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente do Executivo, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Srs., a todos muito bom dia, uma boa sessão de trabalho e desde já também votos de Feliz Natal, e é precisamente por aí que eu começo, nesta quadra Natalícia, de alguma angústia e também de alguma incerteza face ao futuro, de facto os transmontanos, em especial os Brigantinos, mereciam um presente mais simpático e mais doce, que lhe trouxesse alguma esperança para um futuro mais positivo e mais afirmativo e não propriamente aquelas notícias a anunciar a suspensão de mais um serviço público na região, respeitante exatamente à ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa.....

----- Este sinal de certa forma economicista e pouco solidário para com o interior, não augura nada de bom para o nosso futuro coletivo, pelo que todos nós nos devemos inquietar e indignar, levantando a voz e lutando unidos em defesa dos serviços públicos que são essenciais para região, exigindo assim a manutenção e reposição deste importante serviço público de transportes.....

----- O grupo Municipal do PSD está, como habitualmente, na linha da frente a lutar por esses objetivos coletivos de defesa de serviços públicos essenciais à coesão territorial e à competitividade da economia local, incitando todos os demais partidos com assento nesta Assembleia a votar favoravelmente uma moção a favor da reposição e manutenção desta ligação aérea, que proponho de seguida à vossa votação e discussão.....

----- Gostaria de deixar aqui uma nota final de saudação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Bragança pela forma inteligente e abrangente, como tem liderado todo este processo, numa demonstração inequívoca de grande sentido de responsabilidade, pondo sempre à frente de outros interesses os interesses da região, por isso aproveito para deixar aqui esta saudação muito especial.

----- Entregaria, então, para gerir melhor o tempo, a moção ao Sr. Presidente da Assembleia para proceder à sua leitura e posterior discussão e votação. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

“MOÇÃO

1 – Considerando que a ligação aérea entre Bragança/Vila Real/ Lisboa constitui um fator diferenciador de aproximação e agregação desta região do interior a Lisboa, principal centro político, económico e social do país, por se tratar do meio de transporte mais rápido, mais cómodo e mais seguro;

2 – Considerando que este serviço público de transporte se inscreve no âmbito das políticas de criação de coesão territorial e de promoção de dinâmicas de desenvolvimento de regiões deprimidas como é o nosso caso, numa ótica de discriminação positiva, de equidade, de eliminação das assimetrias intrarregionais e de estímulo das suas principais instituições e empresas;

3 – Considerando ainda que a ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa representa um importante serviço de valorização e potenciação de infraestruturas que foram objeto de avultados investimentos da responsabilidade dos Municípios de Bragança e de Vila Real e também da própria Administração Central, numa perspetiva de futuro e de internacionalização da economia da região e do seu desenvolvimento de forma integrada e transversal;

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 17/12/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:

- **A manutenção da ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa, garantida através de um modelo de financiamento público compatível com a realidade económico-social da região, que assegure a sustentabilidade e a viabilidade de exploração e de utilização deste serviço público de transporte.....**

----- Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro da Economia e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

----- O Grupo Municipal do PSD,

----- a) António Eduardo Fernandes Malhão”

----- Srs. Deputados, temos esta Moção apresentada, vamos passar à sua discussão, passo a palavra aos Srs. deputados para receber inscrições para pedido de esclarecimento sobre esta Moção.

----- Registamos um pedido de esclarecimento de Ana Cláudia Guedes de Almeida

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, tem a palavra para fazer o seu pedido de esclarecimento.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo. Não é tanto um pedido de esclarecimento era mais um contributo para a fundamentação da Moção, no sentido de que o Sr. Presidente, na parte do financiamento público do itinerário, que se justificasse no sentido de lhe ser reconhecida a natureza de serviço de interesse económico geral, ou seja, porque assim estaria abrangido pelas diretivas comunitárias dos SIEGs e dos serviços do interesse económico geral, que, de acordo com o estatuto jurídico, obriga logo ao pagamento de obrigações de serviço público e portanto mesmo que ela não seja rentável, ela tal como as infraestruturas, terá que ser trazida independentemente, terá que ser trazida e suportada e disponibilizada universalmente com carácter de gratuidade e igualdade aos cidadãos, portanto no sentido de lhe ser atribuído, pode-se tentar isso, não só financiamento público mas tentar o estatuto de serviço de interesse económico geral.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada.

----- Passo, então, a ler o ponto 3, no fundo, esse que diz respeito à associação formulada pela Sra. Deputada.

----- Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida, eu vou ler o texto daquilo que foi solicitado.

“3 – Considerando ainda que a ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa representa um importante serviço de valorização e potenciação de infraestruturas que foram objeto de avultados investimentos da responsabilidade dos Municípios de Bragança e de Vila Real e também da própria Administração Central, numa perspetiva de futuro e de internacionalização da economia da região e do seu desenvolvimento de forma integrada e transversal;

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 17/12/2012, deliberou propor ao Governo o seguinte:

- A manutenção da ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa, garantida através de um modelo de financiamento público compatível com a realidade económico-social da região, que assegure a sustentabilidade e a viabilidade de exploração e de utilização deste serviço público de transporte.”

----- Sr. Deputado Bruno Veloso, não pretende fazer nenhum pedido de esclarecimento?

----- Tem a palavra, entretanto, porque foi manifestada essa intenção de pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Dinis Costa.

----- **Dinis Costa** – Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara, minhas Sras. e meus Srs., Srs. membros da AM.

----- Tanto quanto sei o concurso para a exploração da linha aérea Bragança/Lisboa terminou, ou melhor, era preciso renová-lo há mais de onze meses. Também sei que numa reunião que o Sr. Presidente de Câmara teve, já na fase final da possibilidade de renovar o concurso, com o Sr. Secretário de Estado da Tutela, o Sr. Secretário de Estado fez referência à necessidade de alterar as regras de financiamento da linha aérea de Bragança/Lisboa, tendo feito referencia a uma novidade, é que o financiamento dessa linha aérea tinha que ser feito de acordo com as regras de Bruxelas. Eu não sei bem até que ponto isso sequer é verdade, porque algumas notícias que eu li, relativamente ao financiamento das carreiras aéreas que fazem o transporte dos nossos compatriotas dos Açores e da Madeira, nunca se levantou a questão de Bruxelas ou dos órgãos da União Europeia terem colocado quaisquer tipo de entraves ao facto dessas linhas aéreas serem financiadas, e como sabemos financiadas em grande escala.

----- Por outro lado, ainda que assim fosse, sejam quais sejam as regras do ponto de vista legal e político que garantem a necessidade de financiar uma linha destas, o Governo foi de uma impassibilidade que tem que ser objeto de censura, são os órgãos políticos que têm que acautelar com previdência e com a necessidade de prever as consequências das suas atitudes, o que sucede a uma realidade concreta.

----- Ora, qualquer Moção que aqui nesta AM seja aprovada, sobre aquilo que aconteceu e que está acontecer com a linha aérea de Lisboa/Bragança, do meu ponto de vista não faz sentido nenhum que não faça uma referência muito clara a essa censura que tem que ser dirigida ao Governo e em concreto ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. O que parece é que o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas esteve onze ou doze meses à espera que a concessionária deixasse, do ponto de vista legal e pratico, poder assegurar a linha para dizer - agora não pode ser porque entretanto há umas regras novas e agora vamos adiar mais uma vez.

----- Era isso que eu queria aqui fazer referência, e eu tenho a convicção que o Malhão concorda comigo, porque nós temos, como bem disse, que levantar a voz, temos que lutar por aquilo que são os nossos direitos, mas também temos que ser veementes na defesa daquilo que são atitudes políticas, que do meu ponto de vista são inaceitáveis, porque uma coisa é não poder ser, uma coisa são as dificuldades financeiras orçamentais, outra coisa é esta atitude passiva de adiar a resolução dos nossos problemas, à espera que nós não façamos nada e depois quando fazemos, quando finalmente nos apercebemos dos factos já não há nada a fazer. Era só isso.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Veloso, para formular as suas questões.

----- Quero lembrar aos Srs. deputados que têm três minutos para fazer estes pedidos de esclarecimento.

----- **Bruno Veloso** – Bom dia, Sr. Presidente. Naquilo que foi a intervenção do meu camarada Dinis Costa, naturalmente eu acho que é meritória a Moção proposta pelo Deputado Malhão, mas infere-me a duas questões:.....

----- Primeira - Eu acho que nós não temos muito que alegar sobre o tipo de financiamento ou não que o Governo pretende ou não alterar. Agora temos é que dar, de facto, uma palavra sobre aquilo que tem sido o comportamento do Governo.

----- Segunda - Nós não podemos apelar ao Governo para a manutenção de um serviço que já acabou com ele, e portanto acho que isso é uma coisa que também dever-se-ia ter alterada, mas nesse sentido e se o Sr. Presidente da Assembleia me permite, o PS tem também uma Moção a apresentar, que podemos conjugar esforços de apresentar uma linha comum, mas temos também mais algumas linhas que gostaríamos de apresentar e portanto passo a ler também a nossa Moção, que é a reposição da linha aérea regional.

“MOÇÃO

----- No passado dia 28 de novembro as cidades de Bragança e Vila Real assistiram ao último voo da linha aérea regional que ligava diariamente Trás-os-Montes a Lisboa, devido a uma aparente inépcia do Governo PSD/PP.....

----- Esta inépcia apenas reforça a ideia de que este Governo conseguiu adulterar o velho provérbio que afirma "Para cá do Marão mandam os que cá estão" e impor aos Transmontanos uma realidade bastante diferente, onde "Para cá do Marão não interessam os que cá estão"......

----- A provar esta afirmação está o facto de nos 11 meses que o Governo prolongou esta concessão nada ter feito para que o fim da ligação aérea regional fosse hoje uma triste realidade.....

----- No entanto e após o facto consumado o Secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Silva Monteiro, desdobrando-se em declarações à imprensa e em justificações ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança, veio ainda demonstrar um profundo desconhecimento quer relativamente à taxa de ocupação quer ainda pelas regras comunitárias, invocando constrangimentos de natureza comunitária que nunca comprovou e que os próprios regulamentos desmentem categoricamente. Bastando para tal consultar o regulamento 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.....

----- A linha aérea regional que este Governo encerrou, com a sua inépcia e falta de vontade política, servia há 15 anos toda a população Transmontana que tem sabido ser solidária com todo o país mas nem sempre sentindo recíproco esse carácter solidário, no que toca a investimentos e apoios por parte da administração central, na lógica de discriminação positiva que tanto se impõe em matéria de coesão territorial.....

----- Particularmente numa época de crise como a que atravessamos, as políticas públicas são imprescindíveis para a coesão nacional e esta é uma oportunidade perdida pelo Governo na promoção dessa mesma coesão e no auxílio a toda uma região. Gerando desta forma uma marginalização regional que se reflete numa acentuada perda económica e de centralidade.....

----- A taxa de ocupação desta linha aérea era superior a 60%, nos seus dois voos diários e implicava diretamente 40 postos de trabalho, sem esquecer o seu impacto indireto no tecido empresarial da região.....

----- Relembramos que a nossa região tem hoje um conjunto emergente de atividades de potencial crescimento económico e que esta ligação aérea contribui forte e decisivamente para quebrar as barreiras geográficas e naturais, conferindo-lhe a centralidade necessária ao seu desenvolvimento e para a coesão territorial.....

----- Desprovida de uma rede ferroviária e com o fim desta ligação aérea, mesmo com a conclusão da autoestrada da justiça, Bragança regressará ao tempo em que uma banda de rock portuguesa contava em longas horas a nossa distância a Lisboa e à centralidade.....

----- Desta forma e considerando que o fim deste serviço público se deveu à inépcia e falta de ação do Governo, a Assembleia Municipal de Bragança, vem desta forma exigir ao Governo que tome de imediato todas as medidas necessárias ao lançamento do concurso público internacional exigido e que a ligação aérea regional Bragança/Vila Real/ Lisboa seja reposta.....

----- Pelo Grupo Municipal do PS,

----- a) Bruno Veloso”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado,

----- Ficam portanto os pontos que fazem parte da Moção que o PS tinha intenção de propor ao PSD, na pessoa do seu subscritor, a possibilidade ou não de reformular a Moção numa única só, isto foi um pedido de esclarecimento, e mais, eu considero, foi aquilo que disse o Sr. Deputado, que é um pedido de consenso com o grupo Municipal do PSD, se poderiam elaborar uma Moção em conjunto.

----- Bom, não havendo mais nenhuma intervenção para pedidos de esclarecimentos, eu tenho que dirigir a palavra ao Sr. proponente da Moção, do PSD, Sr. Deputado Eduardo Malhão, se pretende negociar, digamos, com o PS no sentido de obterem uma Moção conjunta, ou não, essa é a pergunta que eu formulo, para darmos a continuidade aos trabalhos.

----- **António Malhão** – Muito obrigado, renovo os meus cumprimentos.

----- A Moção do PSD é uma Moção que não tem nenhuma matriz ideológica e é uma Moção bastante simples, abrangente, diria até consensual e não gostaríamos, de facto, de acolher alguns considerandos da Moção do PS, que tem uma matriz eminentemente ideológica, e nestas matérias penso que mais importante do que fazermos política é lutar de uma forma abrangente, desinteressada, por um serviço público que é fundamental para a região, e aliás os considerandos da Moção do Grupo Municipal do PSD dizem exatamente que o Governo não teve em atenção a importância deste serviço. Eu acho que está implícito nesses considerandos, exatamente alguma incapacidade do Governo de resolver um problema que é um problema concreto e real para o desenvolvimento da região. Por isso, estar aqui a acrescentar mais quanteúdo não me parece que venha a valorizar esta Moção, por isso nós mantemos o texto exatamente como está. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado, pelos seus esclarecimentos.

----- Agora sim, vamos aos pedidos de intervenção sobre esta matéria, e registamos já um pedido de intervenção do Deputado Bruno Veloso. Tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **Bruno Veloso** – Muito bom dia a todos.

----- No seguimento da intervenção do Deputado Malhão, é com alguma pena que verificamos que o PSD não está disponível para atingirmos um texto de consenso, e, não estando disponível, nós também não estaremos naturalmente disponíveis para retirar a nossa Moção, fazendo apenas uma consideração. É que nada do que está aqui vertido ultrapassa a realidade e a realidade dos factos, e nada do que aqui está vertido tem qualquer cariz ideológica, e aliás eu lembro ao Sr. Deputado que o Sr. Presidente da Câmara também ele, naturalmente, que foi recebido, já tarde e a más horas, pelo Secretário de Estado,

veio de lá com um conjunto de compromissos e propostas que o Sr. Presidente de Câmara parece também não ter acreditado muito e pelo qual inclusivamente solicitou a aprovação em reunião de Câmara de uma resolução muito semelhante ao que aqui foi transcrito também na moção do PS e portanto demonstrando esta desconfiança.....

----- Agora, naturalmente, o PS não poderá votar favoravelmente um texto que impõe ao Governo um tipo de financiamento, e não pode votar um texto que diz manter um serviço que já foi extinto e acabou, nós queremos é que ele seja repostado, eu não posso manter uma coisa que, infelizmente, este Governo já acabou.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para a sua intervenção, a Deputada do CDS/PP, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Numa matéria tão sensível como esta, eu só vinha, de alguma forma, fazer um dois em um, eu vou votar a Moção com o PS, porque acho que há aqui uma tónica que começa a ser permanente. Nós falamos cada vez mais em falta de ideologias, mas nós precisamos vincar ideologias, e a nossa ideologia, cada vez mais, é a ideologia da interioridade, nas duas Moções se refere a necessidade de discriminação positiva, e de facto se não for restabelecida a ligação aérea de Lisboa/Bragança a única via de comunicação disponível é a terrestre, tiraram-nos o comboio e nós fomos incompetentes para conseguir o estabelecimento das linhas, o túnel do Marão está como está, portanto nem certeza há de que a autoestrada da justiça, como lhe chamam, não sei o nome, se venha inclusivamente a concretizar e a ser executada. Portanto eu acho que se nós temos a ideologia da interioridade e da discriminação positiva, precisávamos de apontar o dedo naquilo que nos foi sendo tirado e de facto chamar a atenção porque alguém há de assumir essas responsabilidades, chamar a atenção para aquilo que já não somos, que somos cada vez mais é discriminados, é negativamente.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Ainda temos aqui um pedido de inscrição para intervenção neste ponto, do Movimento Sempre Presente, o Sr. Deputado José João Lourenço.

----- **José Lourenço** – Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Caros Vereadores, Caros companheiros, Público não há, Comunicação Social acho que também não.

----- Acho que o Sr. Malhão quando diz que não há política na sua intervenção ou é ingénuo ou está a fazer de nós um ???? e efetivamente lamentamos não haver uma posição de consenso, que qualquer

deliberação saída daqui, nesse sentido de repor a justiça relativamente às gentes de Trás-os-Montes e de Bragança, neste caso, acho que ficaria muito mais fortalecida com consenso.

----- Em segundo lugar, sendo não tão acompanhante destes assuntos como muitos aqui presentes, é efetivamente notório que este Governo, relativamente a Bragança, estranhamente tem feito esta região perder muitas das suas valências, não entendo muito porquê, nem o próprio Executivo Local, em teoria, consoante com o Governo Nacional não conseguir levar por diante a manutenção de determinados serviços, e vemos, da mesma forma que agora foi a ligação aérea, até as nomeações para lugares de direção na região, há uma preferência por pessoas de fora da terra. Efetivamente acho que era preciso ter uma atitude vincada de exigência para com o nosso Governo relativamente aos interesses da região. Como tal não vamos poder acompanhar a vossa pretensão, efetivamente achamos que o PS apresenta um texto também político, mas que efetivamente é mais conciso na exigência da reposição desta situação, de modo a satisfazer melhor os interesses da nossa região, e como tal temos pena.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Feitas já as necessárias intervenções e pedidos de esclarecimento também, passaremos à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E SEIS ABSTENÇÕES E CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto, por favor?.....

----- Uma declaração de voto de Bruno Veloso, do PS. Por favor, tem a palavra.

----- **Bruno Veloso** – O PS naturalmente gostaria muito de votar a favor esta Moção e só não o faz única e exclusivamente por uma razão, é que a Moção exige a manutenção de um serviço que este Governo acabou, nós exigimos a reposição que é substancialmente diferente, isto sim, é fazer politica e brincar com as palavras, nós vamos diretos aos assuntos.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Bom, vamos continuar a sessão, devo no entanto dizer que chegou um requerimento à Mesa, que passo a ler, que foi apresentado pela membro do CDS/PP, Ana Cláudia Guedes de Almeida.....

“REQUERIMENTO

----- Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida, membro eleito pelo CDS/PP vem, na sequência do que tem feito em sessões congéneres anteriores, requerer seja votado que o almoço de Natal seja suportado/pago pelos membros e não pelo Executivo.

A membro,.....

a) Ana Guedes”

----- **Presidente da Mesa** - A Mesa quer participar portanto a sua decisão de não admitir este requerimento, ao abrigo do artigo 34º, que diz que são considerados requerimentos os pedidos escritos dirigidos à Mesa que, depois de admitidos, serão imediatamente votados sem discussão.,

----- O ponto 2 diz: “Da decisão da Mesa” - E a decisão da Mesa é não admitir este requerimento. E da decisão da Mesa sobre não admissão do requerimento cabe recurso para o plenário.

----- Em que é que se baseia a Mesa para não admitir este requerimento?.....

----- Quanto foi solicitado, há instantes, perante a audiência com oitenta Deputados presentes, solicitando quem não estaria disponível para participar no almoço por razões diversas que a cada um assiste, alguns deputados, julgo, eu, treze deputados, manifestaram a intenção de não participar neste almoço, não aceitar o convite da Câmara. A interpretação que a Mesa faz é que os restantes deputados que se mantiveram em silêncio tiveram uma manifesta opinião de aceitar o convite, pelo que não admitimos o requerimento. No entanto, Sra. Deputada, cabe, desta decisão, o recurso para o Plenário, mas com a manifestação que eu vi do Plenário, pareceu-me de sentido inverso à admissão deste requerimento, pelo que não admitimos o requerimento, Sra. Deputada.

----- Bom, passamos então à intervenção seguinte, a inscrição era de Bruno Veloso, para fazer uma intervenção, julgo eu que é para a apresentação da Moção, essa Moção já foi apresentada pelo que vamos pô-la em discussão.

----- Srs. Deputados, quem se pretende inscrever para pedidos de esclarecimento sobre esta Moção?

----- Não há registos.....

----- Quem pretende fazer inscrição para pedido de intervenção sobre esta Moção?

----- Verificamos uma intenção de Eduardo Malhão, que, pelos vistos, é a única intenção formulada à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

----- **António Malhão** – Sr. Presidente da Mesa, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente do Executivo, Sr. Vereador, Srs. membros desta Assembleia Srs. e Sras. Presidentes de Junta, minhas Sras. e meus Senhores.

----- De facto a Moção do PS pretende lançar aqui alguma confusão nomeadamente no sentido de dizer que o serviço foi extinto. Não foi extinto, foi suspenso, e neste momento o Governo está à procura de uma solução que seja equilibrada e que permita a viabilização da ligação aérea entre Bragança/Vila Real/Lisboa, e também não me parece o processo mais correto ao apresentar aqui a sua Moção, no meio da moção do PSD que estava aqui a ser discutida, penso que poderíamos ter, obviamente e se calhar, ir por outro caminho, e se calhar teríamos chegado a um consenso, mas uma vez que não houve uma clarificação da posição do PS relativamente a este conceito de o Governo estar à procura de uma solução, e vir aqui dizer que a linha foi extinta, o que não é verdade, naturalmente que o PSD não pode acompanhar essa Moção, até porque entende que a Moção do PSD reproduz fielmente a situação que está em reflexão e em discussão, por isso o PSD não vai votar favoravelmente essa Moção.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda uma intervenção solicitada pelo Sr. Deputado Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Ó! Sr. Deputado, pode invocar todos os argumentos e mais alguns, agora há um que não pode invocar, é que já invocou que a Moção estava enformada politicamente. Bem, se a nossa Moção tem um cariz político, a sua intervenção já não posso dizer outra coisa senão ser absolutamente demagógica, porque se houve alguém que nesta Assembleia veio aqui pedir ao PSD se, se queria sentar, e está reproduzido nas declarações anteriores, um texto em comum, foi o PS, e portanto se o PS estava disposto a negociar um texto comum com o PSD e consigo enquanto proponente da Moção, não pode vir agora a sacar responsabilidades que o PS está aqui a lançar uma confusão. Não! O PS apresentou a sua Moção que naturalmente já vinha redigida, naturalmente é o seu sentir perante as situações, e naturalmente por aquilo que constatou, quer dos factos, quer daquilo que é a realidade, que hoje não existe um serviço público de carreira aérea regional, portanto eu não posso manter uma coisa que não existe. Durante onze meses o Governo andou de uma forma despiciente a não responder, segundo diz o Sr. Presidente de Câmara e outras instituições, a não responder a nenhuma pergunta que lhes foi efetuada sobre esta matéria, no dia que encerra desdobra-se em entrevistas e em declarações, e quer dizer, onze meses volvidos e resultados práticos, nada, e agora continuamos com resultados práticos, nada. Aliás aquilo que foi aprovado em reunião de Câmara, sobre proposta do Sr. Presidente de Câmara, é muito explícito ao verter para o Ministro da Economia as respostas que o Sr. Secretário de Estado, de alguma forma, baralhou e portanto esses são factos que nos chegaram a nós, via aquilo que o Sr. Presidente de Câmara também transmitiu da reunião com o Sr. Secretário de Estado. Agora não podem

é sacar ao PS e dizer que o PS está com outras intenções que não aquelas que estão claras e objetivamente transcritas na Moção.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Muito bem, não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria, vamos passar à votação da Moção apresentada pelo PS.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM TRINTA E SEIS VOTOS CONTRA, SEIS ABSTENÇÕES E TRINTA E NOVE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de Voto, Srs. Deputados?

----- Uma declaração de voto de Eduardo Malhão. Tem a palavra Sr. Deputado.

----- **António Malhão** – Votei contra esta Moção porque o essencial da Moção do PSD traduzia exatamente uma solução de consenso para este problema. Muito obrigado.

----- Tem a palavra o Sr. Deputado da CDU, Leonel Fernandes, para a declaração de voto.

----- **Leonel Fernandes** – Ora, bom dia a todos.

----- A CDU é, com toda a certeza, a favor de uma reposição imediata da linha aérea de ligação Bragança/Vila Real/Lisboa, e não por uma manutenção, porque efetivamente por mais que aquilo que se possa dizer ela, neste momento, não existe, e não sabemos quando ou como é que ela vai ser resposta.

----- Por outra lado repudiar efetivamente a forma aligeirada como este Governo tem tratado quer esta questão, quer outras questões, com o nosso Concelho e com o nosso Distrito, e temos muita pena que esta Assembleia, mais uma vez, assim como aconteceu quando foi a da questão do Helicóptero de Macedo, não haja um consenso efetivo para sairmos mais reforçados destas matérias.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para a sua declaração de voto, o Deputado do PS, Vítor Prada Pereira.

----- **Vítor Pereira** – Muito bom dia, cumprimentar naturalmente o Exmo. Executivo, cumprimentar também a Mesa, caros Deputados, Comunicação Social. Primeiro de tudo congratular-me com o espírito de liberdade e de consciência cívica e acima de tudo Brigantina, o que aqui ficou demonstrado, ainda há pessoas que põem o interesse da terra, o interesse de Bragança acima do interesse político/partidário. Portanto só poderia vir aqui manifestar esse contentamento e esse agradecimento.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, para declaração de voto, o Deputado do Movimento Sempre Presente, José João Lourenço.....

----- **José Lourenço** - Mais uma vez. Não foi o Sr. Malhão que ficou mal visto neste momento, não foi o PSD, que também demonstrou efetivamente uma capacidade de por a região à frente daquilo que é a mobilização partidária, foi efetivamente a região que perdeu, foram os Bragançanos, por não ter saído daqui uma postura muito mais sólida, muito mais coesa.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Ainda para declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Rui Correia.

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez bom dia. Eu Votei contra porque as duas Moções, na parte final, são muito idênticas. Nós já tínhamos votado favoravelmente uma, achamos que essa do PS tinha demasiados considerandos políticos, pelo que só poderíamos era votar contra para não esvaziar aquela que foi votada favoravelmente e apresentada pelo PSD. Não se trata propriamente de Brigantinos menores, ou com mais coragem ou isso, porque se o tivessem sido então tinham votado anteriormente na do PSD que tinha muita pouca política e tinha dados concretos, não propriamente alfinetadas que esta proposta tinha nos seus considerandos. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

-----

----- Não! O período para declarações de voto já está fechado, Sr. deputado

----- Bom, seguimos as nossas inscrições para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia e a Mesa passa a palavra à Sra. Deputada do CDS/PP, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- Enquanto a Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida se dirige ao microfone para fazer a sua intervenção queria solicitar duas coisas aos Srs. Deputados.

----- Primeira - Que não sejam utilizados os telemóveis, especialmente no fundo da sala, porque perturba imenso as gravações da sessão e aquando das audições das sessões não se consegue, muitas vezes, ter a perceção necessária, pelos ruídos de estática provocados nos equipamentos e isso perturba de facto a pessoa que está a fazer a audição das sessões para transcrever em atas de forma escrita, não é? Portanto solicito que aí ao fundo não sejam utilizados os telemóveis.

----- Segundo e por último - Que as intervenções que os Srs. Deputados trazem feitas para as sessões o façam, e continuem a fazer, de forma escrita, que o possam passar depois por via eletrónica para os serviços da Assembleia, porque isso poupa imenso tempo na produção das atas, acreditem quando os

textos já vêm prontos são fidedignos, não existem lacunas na leitura e de posterior assentamento escrito, e que poupa imenso tempo aos serviços na produção das atas, portanto era de facto algo de interessante que vocês poderiam fazer no futuro.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo. Sr. Presidente, só aqui um reparo. Lamento a decisão, não vou recorrer dela, mas isto é um “d’jà vu”, tenho um bom perder, mas o CDS sempre teve esta postura quanto ao almoço de Nata, estou ciente que estamos capturadíssimos pela CMB nesta perspectiva, mas também me ajuda ao mote da minha intervenção do período antes da ordem do dia que é o protecionismo constante ao restaurante Tulipa e portanto já que de protecionismo falamos acho que o Sr. Presidente da Câmara podia ser também mais protecionista com os comerciantes do centro da cidade com os quais se divorciou há muitos anos.

----- E, de facto, aquela manobra de diversão de isentar a primeira hora de pagamento do estacionamento do Mercado, então, já agora, é um desafio, que fizesse uma auscultação daquilo que são as boas práticas relativamente às zonas comerciais dos centros da cidade de outros Municípios, e permitisse que quem fizesse prova de compras no centro da cidade e no comércio tradicional beneficiasse dessa isenção de pagamento na parte proporcional e não apenas numa ação isolada, agora pela altura do Natal, e então se quer proteger, proteja sim o comércio tradicional e que o mantenha porque é desses comerciantes que precisamos, já que, e eles foram amigos do Sr. Presidente, perceberam que não havia iluminação de Natal e estamos em contenção, mas pelo vistos nota-se que há dinheiro para umas coisas e não há dinheiro para as outras, o que há que repensar.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputada.

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebordãos tem a palavra para a sua intervenção.

----- **Adriano Rodrigues** – Ora, bom dia à Mesa, aos senhores Deputados, ao Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores

----- Eu venho aqui fazer um convite à Assembleia, dia 26 de dezembro é a festa dos Caretos na minha Freguesia e vamos fazer a inauguração da reconstrução da Sede da Junta, eu queria convidar toda a Assembleia e todo o Município para ir ao nosso almoço e à missa, a missa é ao meio dia, e o almoço é à uma da tarde. Fica toda a gente convidada.

----- Também, como representante dos Presidentes de Junta do PSD, venho desejar, em nome de todos, um Bom Natal a toda esta Assembleia e aos seu familiares e que tenham uma boa entrada de novo ano.

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Não há mais intenções de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, demonstradas à Mesa, pelo que passamos para o Período da Ordem do Dia.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município......

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das atividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 28 de setembro de 2012, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1 - Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 30 de novembro de 2012, a execução bruta do Orçamento da receita é de 74,44% (no montante de 30,81 milhões de euros), para um Orçamento da despesa paga de 74,30% (no valor de 30,76 milhões de euros).

De um modo global, as Grandes Opções do Plano atingiram - até 30 de novembro de 2012 - uma execução financeira de 68,40% (12,35 milhões de euros), do Plano Plurianual de Investimentos 10,89 milhões de euros e do Plano de Atividades Municipal, 1,46 milhões de euros. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 6,22 milhões de euros. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 68,50% e o Plano de Atividades Municipal atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 67,66%.

A evolução da estrutura das dívidas a terceiros regista em 30 de novembro uma diminuição de 1.382 878,70€, ou seja, de -26,63 pontos percentuais, comparativamente a 31 de agosto de 2012.

De 01 outubro a 30 de novembro de 2012 foram deliberados em reunião de Câmara Municipal apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 160 085,00€ e Subsídios e Participações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 128 165,00€.

1.1.2 - Setor de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

No período de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2012 o valor das taxas e outras receitas municipais arrecadadas pelo setor no âmbito das suas atribuições foi de 821 357,62€ representando um saldo negativo de 72 867,92,€ (-8,87%), comparativamente ao mesmo período do ano transato.

Durante o período de 03 de setembro a 30 de novembro de 2012, foram abertos 26 procedimentos concursais por ajuste direto e 1 concurso público referentes à aquisição de bens e serviços.

No período em apreço foram efetuadas adjudicações no valor total de 376.227,580 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Em termos patrimoniais realizaram-se 3 escrituras de compra e venda de 2 parcelas de terreno e uma habitação.

1.2 - Divisão Administrativa

- Setor de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da atividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 2 273 documentos em suporte de papel, 2 388 documentos na aplicação informática de atendimento e 1 198 faturas na aplicação informática POCAL; foram emitidos nesse período 6 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

No âmbito do Arquivo foi dada continuidade ao tratamento de documentação e apoio à investigação relativa à obra “Bibliografia do Distrito de Bragança” do Prof. Hírdino da Paixão Fernandes.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos e Remunerações – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de dois procedimentos concursais por tempo indeterminado em fase de período experimental e 14 processos de aposentações. Deu-se continuidade ao acompanhamento do pessoal afeto ao centro de emprego com contrato emprego- inserção, num total de seis, nas áreas de Auxiliar de Serviços Gerais, Arquivo, Educação Social, Psicologia, Ação Educativa e requisição ao Centro de Emprego de 1 para a área de Apoio Social e Comunitário.

- Gabinete Jurídico prestou apoio nas seguintes áreas: - Habitação social; - Contraordenacional; Património; - Apoio jurídico às Juntas de Freguesia.

- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, destaca-se a realização das seguintes atividades na área da Informática:

1. No âmbito da implementação de um sistema de gestão de qualidade (SGQ) em decurso no Município de Bragança, foram concluídas as atividades necessárias ao processo de certificação. Aguarda-se a emissão de certificado.
2. Foram lançados procedimentos que visam melhorar as infraestruturas tecnológicas e suportar os projetos de modernização, nomeadamente:

- Atualização de servidores e aquisição de postos de trabalho para o balcão único (adjudicação já efetuada); - Aquisição de um sistema de projeção multimédia a implementar em 2 salas de reunião (adjudicação já efetuada); - Aquisição e instalação de um sistema de gestão de filas de espera (Análise efetuada.); - Aquisição de 1 outdoor digital (decorre a audiência prévia); - Fatura eletrónica (a decorrer através da AMTFNT para os 5 Municípios).

3. Decorreram atividades inerentes às funções atribuídas ao serviço de informática, nomeadamente: manutenção de backups, gestão de servidores, gestão da rede de dados, manutenção dos websites autárquicos, configuração de infraestruturas necessárias aos diversos projetos, apoio nas aplicações SIGMA e apoio nas Escolas.

O principal website do Município de Bragança registou, de 01 de outubro a 09 de dezembro do presente, um total de 47 681 (média de 681 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 5. 734 vezes (82/dia). Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 723 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 1 976 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 2 588 visitas e o da Biblioteca Municipal 447. Relativamente ao Facebook 5.079 “amigos” e 1. 497 fãs seguem diariamente as atualizações do Município.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

- Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 5 de outubro, uma nova exposição: LAMEIROS, de Pedro Calapez, que se seguiu à exposição “Edgar Martins I The Time Machine” que esteve patente até dia 30 de setembro.

Esta exposição reúne o trabalho mais recente, concretamente produzido em 2011 e 2012, de um dos mais importantes artistas do contexto nacional da Arte Contemporânea portuguesa, no campo da pintura. Da exposição destaca-se um conjunto de trabalhos intitulados “Lameiros”, cujo referente passa por um dos elementos identitários do mosaico paisagístico transmontano.

Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente desde o dia 10 de novembro a exposição “Mapas e o Espírito da Oliveira” representativa de um dos períodos mais importantes da produção artística de Graça Morais.

Para esta exposição foi possível reunir um número significativo de trabalhos desse período, tendo a pintora realizado ainda um conjunto de trabalhos inéditos para complementar a exposição.

Deste conjunto de novos trabalhos, resultou ainda uma nova e generosa doação à Coleção de Arte do CACGM/CMB. Depois de ter doado 52 trabalhos, no âmbito do protocolo celebrado em 2007, a artista doou mais duas séries de trabalhos sobre papel, num total de 14 pequenas obras, intituladas “Espírito da Oliveira”, cujo valor total das duas séries importa em 14.000,00€.

Esta exposição sucedeu à exposição “Nós na Arte – Tapeçarias de Portalegre e Arte Contemporânea”, realizada em parceria com o Museu da Presidência da República e que esteve patente até ao início do mês de novembro.

A par do público em geral, o Centro de Arte continua a receber muitos grupos escolares, do pré-escolar ao ensino superior, e, de modo particular no mês de setembro, grupos de estrangeiros que integraram um conjunto de visitas solicitadas pelo Instituto Politécnico de Bragança. Já no mês de outubro, o maior número de visitas foi requerido pelas escolas da cidade, tanto por alunos a frequentar os Cursos de Artes, como pelos alunos do Pré-escolar, num total de 14 visitas realizadas.

Complementado o programa expositivo do Centro de Arte, realizou-se no dia 6 de outubro uma visita cultural à Central Hidroelétrica de Picote, com a presença do artista Pedro Calapez. Numa visita muito participada, tendo a CMB disponibilizado um autocarro para o efeito, houve ainda muitos participantes a deslocarem-se em veículo próprio. Do programa constava uma visita guiada à Central, bem como ao projeto artístico de Pedro Calapez; ao emblemático Barrocal do Douro, uma referência da arquitetura moderna portuguesa; ao Miradouro da Fraga do Puio e ao Ecomuseu de Picote.

No âmbito dos projetos pontuais, refira-se ainda a abertura do equipamento ao comércio local, numa parceria com a ACISB, com a apresentação pública do evento “Bragança é Moda 2012”.

Nos meses de setembro, outubro e novembro visitaram o espaço 2.882 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de outubro e novembro visitaram o museu 1727 pessoas.

Atualmente e até ao final do corrente mês, está patente no espaço do museu uma exposição de máscaras do artesão António dos Santos Alves, natural de Varge – Bragança. Nos meses de setembro e outubro esteve patente uma exposição do artesão Amável Alves Antão também dedicada à temática da máscara.

Nos dias 27 e 28 de setembro decorreu, no Museo degli Usi e Costumi de San Michele – Itália, um colóquio onde esteve presente uma representação do Município de Bragança que fez uma apresentação do MIMT, associada à temática da máscara.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de setembro, outubro e novembro realizaram-se 21 espetáculos com 25 sessões.

De destacar a coprodução/residência artística com o Teatro da Garagem que culminou com a apresentação do espetáculo “A Comunidade”.

Destaca-se, ainda, o Festival Internacional Douro Jazz, na sua nona edição, que este ano contou com a participação de Mário Laginha, Marta Hugon, Fanny Roz e Elisa Rodrigues + Júlio Resende e, na dança, o espetáculo “The Elements” do grupo Quorum ballet que realizou, também, um ensaio aberto ao público, e a Vortice dance company com o espetáculo “Drácula”.

No teatro destaca a presença da Companhia do Chapitô com o espetáculo “Édipo” e a produção “Chão de água” pelo Teatro da terra, que contou com a participação local do Coral Brigantino.

De referir, ainda, na componente musical os espetáculos da Orquestra Metropolitana de Lisboa, da Banda da Armada (integrado na homenagem ao Cabo Artilheiro Aníbal Jardino), de Jorge Palma - Com todo o respeito, de Rita Redshoes e, a nível local, o XV Encontro Internacional de Grupos Corais Cidade de Bragança.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 299 monografias e efetuada a correção de 3.168 registos. No período em questão, registou-se a presença de 2.730 utentes em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas atividades, tais como: desenho e pintura, projeção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 355 crianças.

Durante os meses de setembro e outubro, esteve patente na sessão de adultos a exposição: “Séculos de relações culturais luso-húngaras”, organizada pela Embaixada da Hungria em Portugal, Academia de Letras de Trás-os-Montes e Câmara Municipal de Bragança.

No dia 19 de outubro foi realizada a atividade “Nós e os Riscos”, com a colaboração do Serviço Nacional de Proteção Civil, destinada a turmas do 1º ciclo e alunos de cursos profissionais das escolas da cidade.

Ainda neste período, decorreu o concurso de Quadras de São Martinho com ilustração e está a decorrer o período de inscrição/apresentação dos trabalhos concorrentes ao concurso do Conto de Natal/2012. Estes concursos lúdico/pedagógicos são destinados a alunos do 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico das escolas do concelho de Bragança.

No dia 19 de novembro, realizou-se mais um Encontro com os Escritores, desta vez foi convidado o escritor José Vaz que conversou com alunos do 1º ciclo e deu a conhecer a sua obra.

Ainda, neste período, realizaram-se 3 reuniões com os parceiros da Rede de Bibliotecas de Bragança para ultimar o plano de atividades, no âmbito do SABE (serviço de apoio às bibliotecas escolares), continuar os trabalhos para o catálogo conjunto, preparação da vinda do escritor João Tordo, nos dias

10 e 11 de dezembro, e terminar o programa do I Encontro de Bibliotecas de Bragança que irá decorrer nos dias 8 e 9 de março.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 410 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – Na sala Luís de Camões, esteve patente, entre 29 de setembro e 27 de outubro, a exposição “Ls Mielgos”, de Pintura, Literatura e Música, com a participação dos artistas Manuol Bandarra, Amadeu Ferreira e João Ferreira.

No mesmo período, na sala Miguel de Cervantes, esteve patente a exposição de fotografia “UM OLHAR, OUTRA PERSPETIVA ”, do artista Augusto Nunes.

De 3 a 22 de novembro, na sala Miguel de Cervantes, esteve patente, no âmbito da homenagem ao Cabo Artilheiro Aníbal Jardim, a exposição de índole histórica “Os últimos combates navais na Índia”.

Na sala Luís de Camões esteve patente, entre os dias 3 e 30 de novembro, a exposição “Aprende-se Fazendo”, do artista Amândio Gomes. No dia da inauguração foi apresentado, do mesmo autor, o livro “Aprende-se Fazendo”.

2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

- Serviço de Educação

No âmbito do Programa de Generalização das Refeições foi aprovada a candidatura que o município apresentou junto da Direção Regional de Educação do Norte e, na sequência de solicitação do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, foi preparado e concluído com a adjudicação do serviço o procedimento para o fornecimento de refeições aos seis alunos carenciados que frequentam a modalidade de educação pré-escolar itinerante/animação infantil e comunitária a funcionar na EB1 dos Formarigos.

No âmbito da candidatura para concessão de refeição e/ou prolongamento de horário para o ano letivo 2012-2013, até à presente data, deram entrada nos serviços de ação social escolar, um total de 1246 alunos

No corrente ano letivo o Município de Bragança continua a fornecer suplementos alimentares aos alunos abrangidos pelo escalão 1 do abono de família num total de 318 alunos.

Foi concluída a segunda fase de aquisição e distribuição de manuais escolares a 61 alunos carenciados do 1º Ciclo (Escalão 1 do abono de Família) do concelho de Bragança, tendo sido atribuídos 183 manuais, fichas de trabalho e CD complementares.

Os alunos posicionados no escalão 2 do Abono de Família recebem metade do valor da fatura dos manuais escolares, tendo sido já reembolsados 130 alunos, num total de 3.600,00€.

O Conselho Municipal de Educação reuniu, no dia 14 de novembro, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Bragança, onde foram analisadas temáticas como os resultados dos exames nacionais no concelho, a ação social escolar, entre outras informações relacionadas com o início do ano letivo.

Relativamente à questão da ação social escolar, o Conselho Municipal de Educação de Bragança avaliou as melhores soluções de atuação conjunta para, com maior celeridade, acorrer às dificuldades sentidas pelas famílias num período em que estão mais fragilizadas economicamente.

Na reunião de Câmara de 08.10.2012 foi deliberado autorizar a transferência de verbas com vista a assegurar as necessárias condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo integrados em Agrupamentos de Escolas, nomeadamente, no apoio ao desenvolvimento de projetos educativos, telefones/comunicações, higiene e limpeza, material de livraria e demais consumíveis. No caso do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia o valor do apoio financeiro é de 22.364,00€, para o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal o valor do apoio financeiro é de 15.374,00€ e para o Agrupamento de Escolas Miguel Torga o valor do apoio financeiro é de 11.002,00€.

Esta em curso o processo de aquisição de material didático e livros para oferta, como prenda de Natal, aos alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo da rede pública e privada do concelho de Bragança, num total de 2102 alunos abrangidos.

O Município de Bragança colaborou, ativamente, com a Universidade de Aveiro na passagem por Bragança do Road Show de Literacia Financeira, apoiando a realização da Exposição Interativa de Educação Financeira, que esteve disponível, nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012, nas instalações do Edifício Paulo Quintela, em Bragança, dirigida a jovens dos 7 aos 17 anos e público em geral, com o principal objetivo de sensibilizar e mobilizar a população para questões da literacia financeira, contribuindo para a formação de uma geração mais informada e mais consciente dos desafios financeiros do dia a dia.

Mais de 500 alunos das escolas do Concelho de Bragança, dos 7 aos 17 anos, puderam, assim, aprender um pouco mais sobre educação financeira.

A iniciativa incluiu, ainda, uma conferência intitulada “Construindo uma Educação + Financeira”, no dia 17 de outubro de 2012, proferida pelo Dr. Sérgio Cruz que teve como principal objetivo a sensibilização para a importância da educação financeira e toda a sua problemática e para a mobilização dos agentes educativos locais.

A Câmara Municipal de Bragança, em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade Centro de Saúde de Bragança, desenvolveu, no ano transato, um projeto de Saúde Oral, intitulado “Sorrir Branquinho”, tendo como principal objetivo a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-

escolar dos Jardins de Infância públicos e privados do concelho de Bragança e restante Comunidade Educativa a elas associadas.

Neste âmbito realizou-se uma sessão do projeto “Sorrir Branquinho”, no dia 4 de dezembro, no Auditório Paulo Quintela, com o objetivo de apresentar resultados das ações anteriormente realizadas, bem como propostas de alguns exemplos de ações que podem vir a ser desenvolvidas no presente ano letivo, dirigidas quer à comunidade educativa, quer às crianças dos Jardins de Infância do concelho de Bragança.

Pretende-se dar continuidade a este projeto, esperando obter uma diminuição da incidência de cáries em 10% e conhecer a prevalência de cáries nesta faixa etária, bem como aumentar o número de jardins de infância a efetuar a escovagem dos dentes em contexto escolar em 5%.

- **Serviço de Desporto e Juventude**

Neste período foi feita a gestão das instalações desportivas e a orientação de Estágios Curriculares da Escola Superior de Educação de Bragança e Secundária Emídio Garcia realizados nos equipamentos desportivos, foi dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, início das atividades orientadas na Piscina Municipal, prestado apoio ao Programa Mexa-se em Bragança e preparada a organização da 10.ª Festa de Natal Aquática, com os alunos das classes orientadas da piscina municipal.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro o projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária contou com a realização sete caminhadas, num total aproximado de 85 km, nas freguesias de Izeda, Grijó de Parada, Alfaião, S. Julião de Palácios, S. Pedro de Sarracenos, Montesinho e Caminhada do Dia dos Castelos, com um total de 405 participantes.

Reiniciaram-se as atividades do projeto Desporto Sénior no Meio Rural, destinado aos munícipes com mais de 65 anos, nas freguesias de Grijó de Parada, com cerca de 30 participantes, de São Julião de Palácios, com 35 participantes, e de Paçó de Rio Frio, com uma média de 35 participantes.

No dia 1 de outubro iniciaram-se as Classes Orientadas da Piscina Municipal com 715 inscritos nas modalidades de Natação para Bebés, Hidroginástica, Adaptação ao Meio Aquático, Aprendizagem Adultos e Crianças, Aperfeiçoamento e Competição. Está em fase de preparação o Torneio de Escolas de Natação, a realizar dia 15 de dezembro, com a participação de equipas representativas da vila de Alijó e das cidades de Chaves, Vila Real, Mirandela e Bragança.

- **Serviço de Ação Social**

No período que medeia entre a última sessão da assembleia municipal e o início do mês de dezembro de 2012 realizaram-se 365 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas.

Ainda neste período, foram realizadas 32 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d'Água, Coxa e Previdência.

Na dinamização da Rede Social de Bragança foram realizadas uma sessão plenária, no mês de novembro, uma reunião do grupo temático da população idosa e duas reuniões do núcleo executivo.

No âmbito da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Bragança (CPCJ), os técnicos do SAS participaram em 6 reuniões da Comissão Restrita, realizaram acompanhamento de processos e visitas domiciliárias, elaboraram informações técnicas e fizeram atendimentos a famílias e menores.

Os técnicos do SAS participaram, ainda, em 6 reuniões do NLI – Núcleo Local de Inserção Social, órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Para além das atividades mencionadas, o SAS presta um serviço constante de conciliação social, na procura de soluções para os problemas apresentados, efetua encaminhamentos e estabelece contactos interinstitucionais.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 6 concursos, com um valor base de 176.048,85€+IVA, destacando-se a aquisição de estantes móveis para o arquivo a instalar no novo edifício do Balcão Único (60.000,00€+IVA) e ainda a requalificação exterior e cobertura do edifício da antiga cooperativa da Terra Fria, sito no Bairro da Estação, cedido à Associação “Entre Famílias” (45.548,85€+IVA).

Neste período foram adjudicadas trabalhos e projetos no valor global de 109.344,70 + IVA, nomeadamente: - Projeto de execução da alteração do edifício C e estudo prévio da Torre Miradouro (13.500,00€); - Aquisição de serviços para a realização de sondagens para estudo Geotécnico (11.900,00€); - Aquisição de serviços para a elaboração do projeto expositivo e museográfico para o Museu da Memória da presença militar do forte São João de Deus (24.950,00€); - Aquisição de estantes móveis para o arquivo a instalar no novo edifício do Balcão Único (43.641,00€); - Execução de um coberto entre o centro escolar de Santa Maria e escola básica e secundária Miguel Torga (15.353,7,00€).

Outras obras a decorrer: - Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, com a intervenção denominada de “EcoPolis”; - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa, Lagomar e Terroso; Execução do Saneamento e ETAR em França, Rabal e Rebordãos; - Construção da primeira fase do Brigantia EcoPark.

Inaugurados, no dia 19 de outubro, o Parque Urbano da Coxa, a Circular Interior de Bragança e o topónimo Rua “Artur Carpinteiro”, que representam um investimento de 1,8 milhões de euros.

Através da maquinaria e recursos humanos da Divisão de Equipamento deu-se continuidade ao importante trabalho desenvolvido nas Freguesias rurais do Concelho de Bragança, nomeadamente enchimento e limpeza de caminhos agrícolas; - abertura e limpeza de caminhos florestais e aceiros; - construção e reparação de pontos de água (charcas) para rega e apoio ao combate a incêndios; - limpeza de estradas e caminhos rurais com recurso a destroçadores, entre outros.

3.2 - Divisão de Urbanismo – Face aos indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações urbanísticas sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 70,00%, continuando a verificar-se a tendência predominante ao espaço rural.

No âmbito da consolidação do espaço urbano acresce um fator positivo, 94% das operações urbanísticas são dentro dos perímetros urbanos, contrariando uma disseminação da construção difusa, conforme era constatado no anterior instrumento de gestão de planeamento - PDM.

Conforme tendência económica regista-se um abrandamento de 6,17%, ao licenciamento de processos no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

A decorrer/executados os seguintes trabalhos: - Nogueira: Detecção de várias perdas de água ao longo da rede pública de distribuição. Para o efeito foram feitas alterações na rede, assim como a execução de ramais novos. Vila Meã: Prolongamento da descarga da ETAR.

Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em coletores (47); limpeza de fossas (55); mudanças de nome de clientes (202); execução de novas ligações (41); substituição de contadores (98); reparação de fugas (47).

4.2. Divisão Ambiente – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Foram desenvolvidas 13 ações de reparação, substituição de mobiliário urbano associados a atos de vandalismo e a acidentes. Foram colocados 12 novos sinais e repostas 5 bolas delimitadoras. Iniciaram-se os trabalhos de manutenção dos redutores de velocidade e o rebaixamento de passeios junto a passeadeiras (Av. Amália Rodrigues).

- Foram realizadas manutenções periódicas nos parques infantis das Beatas, Mãe d'Água, Toural, Polis e Braguinha.

- Acompanhamento do processo de revisão do PMDFCI, com participação em todas as reuniões promovidas pela AMTFT com a empresa Metacortex. Compilação de toda a informação necessária para a revisão do PMDFCI. Apoio à atividade desenvolvida pelo Centro de Ciência Viva, inserida no projeto Floresta Comum, a qual consistiu na plantação de árvores autóctones na mata do Castelo.

- No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 141 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública.
- Foram realizadas 2 vistorias a veículos de venda ambulante e 8 vistorias relacionadas com queixas de insalubridade. No âmbito do PACE (Plano de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos) foi atribuído um N.º de Controlo Veterinário a uma indústria de fumeiro – Unidade Produtiva Local e efetuadas 11 vistorias a estabelecimentos de venda a retalho de carne e peixe.
- No âmbito da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPT)Elaboração do Plano de Contingência para a abastecimento de água a Bragança, homologado pelo Sr. Presidente da CMB em 03 de outubro de 2012; Elaboração do Plano Prévio de Intervenção de Neve e Gelo; Preparação da Reunião da CMPT; Preparação do Exercício tipo LIVEX para testar o PMEPC de Bragança.
- Manutenção de todos os espaços verdes, monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços; - Manutenção de todos os sistemas de rega automática; - Rega com cisterna de todas as áreas verdes sem sistema de rega; - Corte de árvores (Pinus pinaster) para os munícipes, aproveitando a limpeza de um aceiro florestal; - Colocação de fertilizante (estrume de folhas e relva), em todos os canteiros de anuais.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

De janeiro até julho, foram transportados 223.064 passageiros, o que corresponde a um decréscimo de 16,7% em relação a igual período do ano anterior. Foram efetuados 220 serviços ocasionais, dos quais 115 foram transportes de crianças solicitados por escolas do ensino básico ou pré-escolar.

Nos 11 primeiros meses de 2012 verificou-se 2018 movimentos de aeronaves e 4851 embarques ou desembarques de passageiros. No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao mesmo período de 2011, diminuições de 9,5% no número de embarque (2167 contra 2385) e de 9,1% nos desembarques (2279 contra 2520) de passageiros e uma diminuição de 3,3% nos movimentos das aeronaves (-31 movimentos derivados essencialmente as condições meteorológicas adversas – nevoeiro e greve dos controladores aéreos).

Continuação de trabalhos diversos de manutenção e reparação dos sistemas de aquecimento dos equipamentos municipais e execução de orientações de redução de consumo energético.

Outras atividades/assuntos relevantes:

- No dia 6 de outubro comemorou-se o Dia Nacional dos Castelos, que decorreu em Bragança pelo segundo ano consecutivo. O evento começou com uma caminhada, seguindo-se a exibição de algumas atividades da Escola Equestre da Associação Equestre de Bragança. Após a visita ao Castelo, ao Museu Militar e à Domus Municipalis, ao Pelourinho, ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje e à Igreja de

Santa Maria, decorreu uma sessão, na Domus Municipalis, com a Associação Portuguesa Amigos dos Castelos e terminou com a apresentação da Revista Monumentos, n.º 32, totalmente dedicada a Bragança. A publicação “Bragança, Arquitetura e Urbanismo”, é editada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – Direção de Informação, Estudos e Comunicação, e integra 17 artigos que focam a história, arquitetura e a época contemporânea de Bragança e da região.

- De 1 a 4 de novembro, o Pavilhão do Nerba acolheu a 11.ª Feira Internacional do Norte – Norçaça, Norpesca & Norcastanha 2012, onde mais de 15 mil pessoas oriundas, sobretudo, do Norte do País e de Espanha visitaram os cerca de 100 stands de expositores.

- Realizaram-se em Bragança, nos dias 2 e 3 de novembro, as cerimónias de homenagem ao jovem bragançano Cabo artilheiro Aníbal Jardino, falecido heroicamente na defesa do Estado Português da Índia, a 18 de dezembro de 1961, combate que pôs termo a 450 anos de possessão portuguesa na Índia. As cerimónias foram organizadas pela Câmara Municipal de Bragança, pela Armada e pela Liga de Combatentes.

- Nos dias 2 a 4 de novembro, decorreu o I Encontro Nacional de Estudantes Boavistenses (Cabo Verde), com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Boavista.

- Apresentação do livro “Comeres Bragançanos e Transmontanos”, da autoria do Dr. Armando Fernandes, no dia 3 de novembro, durante a XI Norçaça – Norpesca & Norcastanha.

- Teve lugar na Fundação “Os Nossos Livros”, no dia 9 de novembro, o lançamento dos volumes III e IV monumental da obra “Bibliografia do distrito de Bragança” – série Escritores, Jornalistas, Artistas, do Professor Hirondino Fernandes, editada pela Câmara Municipal de Bragança.

- Em Reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 26 de novembro de 2012, foi aprovada, por unanimidade, uma Resolução sobre a “Ligação Aérea Bragança/Vila Real/Lisboa”, em sequência de reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no dia 23 de novembro de 2012, a pedido dos Presidentes das Câmaras Municipais de Bragança e Vila Real.

O intuito é de que seja garantido, celeremente, o novo processo de concurso para o serviço público, iniciado na década de oitenta, da ligação aérea Bragança/Vila Real/Lisboa, evitando-se um significativo prejuízo para o desenvolvimento presente e futuro da região.

- Teve lugar, no dia 26 de novembro, na Casa da Seda (que reabriu oficialmente após obras de ampliação) a conferência “O Futuro das Cidades”, proferida pelo Professor Doutor José Fernando Gomes Mendes, Vice-Reitor da Universidade do Minho e doutorado em Planeamento do Território. A conferência “O Futuro das Cidades” foi antecedida por uma visita às obras (já concluídas) da 2.ª fase da Ciclovia do Fervença, que estabelece a ligação da 1.ª fase do projeto da Ciclovia (que circunda o Campus

do IPB) até ao Centro Ciência Viva, na Zona Histórica de Bragança, “aproximando” este equipamento e a Casa da Seda da população, facilitando o acesso a estes espaços.

Município de Bragança, 10 de dezembro de 2012.

O Presidente da Câmara Municipal,

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- **Presidente da Mesa** - Aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e os Srs.

Vereadores, lacuna que me assistiu hoje no início dos trabalhos, portanto formulo aqui, em meu nome e nome da Mesa, os meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Bragança.....

----- Dava a palavra ao Sr. Presidente para proceder à leitura do Estado e Vida do Município ou dos pontos chave que entenda dar explicação aos Srs. Deputados.

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

----- **Presidente da Câmara** – Um cumprimento para o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, para os restantes Membros da Mesa, para os Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, Público presente, em meu nome e dos Srs. Vereadores.

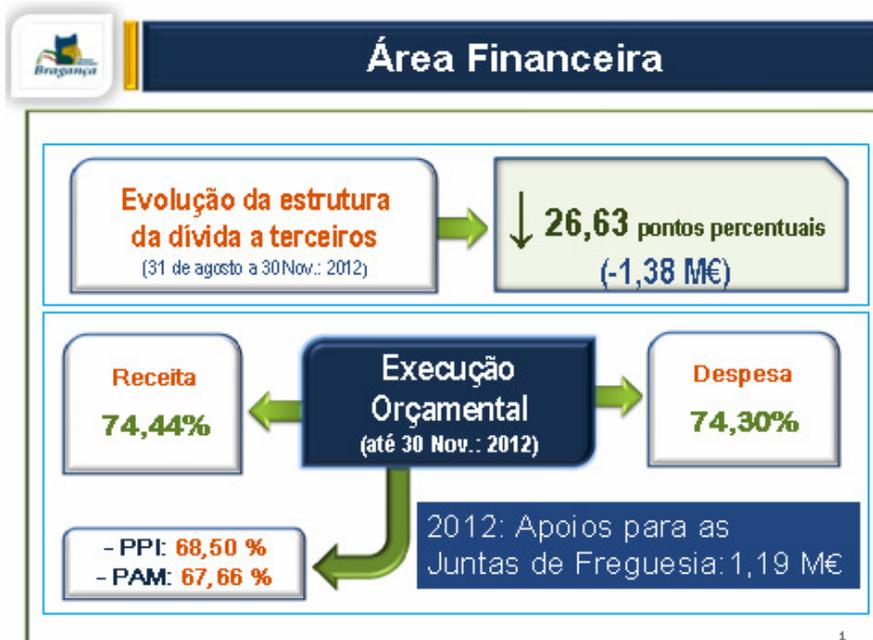
----- A informação escrita sobre o Estado e Vida do Município foi distribuída aos Srs. Deputados, queria salientar: na parte de Financeira a execução, a 30 de novembro, é de 74,44%, a despesa é sensivelmente o mesmo valor.

----- Também salientar que a dívida a terceiros diminuiu, no período de 30 de agosto a 30 de novembro, 26,63 pontos percentuais.

----- Dar nota relativa ao processo de taxas e licenças na avaliação de janeiro a 30 de novembro há uma quebra de 8,87%.

----- Na parte de Expediente Geral e Arquivo dar nota de que o Município está, neste momento, num processo de desmaterialização, desenvolver processos de gestão documental, informática, estando já num processo de transição e de uma forma significativa.

----- Também da parte dos Recursos humanos a informação é suficiente, a parte de Sistemas de Informação e Comunicação diria que a principal ocupação, de momento, é a instalação do balcão único e a aquisição necessária dos equipamentos para a instalação do novo edifício.



----- Na parte Sócio Cultural a informação é exaustiva relativa às atividades que foram promovidas tanto no Centro de Arte Contemporânea como no Museu Ibérico da Mascara e do Traje, no Teatro Municipal, nas Bibliotecas Municipais.

----- Também parte de Educação, a informação escrita exaustiva relativa às principais atividades desenvolvidas no início do ano letivo, reunião do Conselho Municipal de Educação, projetos que decorrem neste serviço.

----- Também na Área do Desporto é feita uma relação sintética das principais atividades que têm sido desenvolvidas, durante este período de tempo a Câmara formulou uma candidatura à Associação Portuguesa de Futebol para a reeleição do “Torneio Lopes da Silva - Sub 14”, é o maior torneio de futebol a nível nacional, junta as Seleções de todos os Distritos do Continente e Ilhas e trará a Bragança cerca de setecentas pessoas, durante o final do primeiro semestre do próximo ano.

----- Fez também uma candidatura à “Final da Taça de Portugal em Hóquei em Patins – Seniores”, processo que está ainda a ser avaliado.

----- No Serviço da Ação Social é dada a informação essencial relativa ao trabalho social que tem vindo a ser feito na Comissão, no âmbito da rede social.



Área Cultural



05 out.: Exposição "Lameiros", de Pedro Calapez

10 nov.: Exposição "Mapas e o Espírito da Oliveira", de Graça Morais

----- Dar nota relativa à evolução das obras do Parque de Ciência e Tecnologia, estão a decorrer dentro dos prazos contratados, com bom ritmo, lembro que o prazo é de dezoito meses, terminará em dezembro de 2013.



Obra em curso

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK
Custo da obra: 6,3 M€; Início: maio 2012; Prazo de execução: 18 meses



----- Esta é uma imagem de perfuração que está a ser feita no solo, tendo em vista a captação de energia, a significativa profundidade, é uma das vertentes consideradas no âmbito da eficiência energética do edifício.

 **Obra em curso**

Parque de Tecnologia Trás-os-Montes e Alto Douro: BRIGANTIA ECOPARK
Custo da obra: 6,3 M€; Início: maio 2012; Prazo de execução: 18 meses



----- Também uma imagem relativa ao edifício onde serão concentrados os Serviços Técnicos Administrativos e o Balcão Único, pensamos no final de fevereiro estará totalmente instalado, estamos já neste momento a dar início à instalação do estanteamento no arquivo, todo o arquivo histórico e intermédio do Município, que é num piso subterrâneo, portanto está, neste momento, já a iniciar-se esse processo.

 **Obra em curso**

REQ. DO FORTE S. JOAO DE DEUS – PROJECTO ECOPOLIS E ECODOMUS
Custo Obra: 10,21 M€ Data prevista conclusão: Maio 2013



----- Também o edifício destinado a armazéns, oficinas, equipas de administração direta, transportes urbanos, está praticamente concluído, estamos, neste momento, durante esta semana, a fazer as mudanças, com entrada por uma rua nova que está construída a poente e que servirá este edifício. Temos, em primeiro plano, uma parte de uma cobertura onde será instalada a central foto voltaica com 2000m2 de superfície.



----- Também uma nota relativa ao início das obras de construção do recinto de valorização de raças autóctones, pensamos que para além das atividades que já foram referenciadas, deste equipamento ligado à atividade agrícola, fundamentalmente pecuária, aqui, do nosso ponto de vista, são criadas condições para que a feira do gado se venha a realizar mensalmente, numa primeira fase, podendo evoluir para aquilo que era a tradição e que são as necessidades do Concelho, do País, espaço que é complementar ao espaço da instalação definitiva da feira, cujos trabalhos também se iniciam esta semana, foi feita a adjudicação, obtido o visto do Tribunal de Contas, portanto é um trabalho que está também em fase de início, foi feita a consignação dos trabalhos.



Obra em curso

RECINTO DE VALORIZAÇÃO DE RAÇAS AUTOCTONES
Custo Obra: 1,18 M € ; Início: nov.: 2012; Prazo de execução: 14 meses



8



Obra em curso

Recinto da Feira de Bragança – Porta da Rota da Terra Fria de Bragança
Custo Obra: 1,11 M € ; Assinado o auto de consignação em 12 de dez. 2012
Área de intervenção: 13.000 m² Prazo de execução: 14 meses



9

----- Algumas notas relativas às obras de saneamento que decorrem na parte Rural.
----- Também da instalação de estações de tratamento em três aldeias.



Obra em curso

EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM FRIEIRA, VILA BOA E LAGOMAR

Custo Obra: 670.090,66€;

Data prevista conclusão: Fev. 2013



EXECUÇÃO DE SANEAMENTO EM TERROSO, GONDESENDE E PARÂMIO

Custo Obra: 468.790,99€;

Data prevista conclusão: Fev. 2013

10



Obra em curso

EXECUÇÃO DE SANEAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE ETAR NAS ALDEIAS DE FRANÇA, RABAL E REBORDÃOS

Custo Obra: 637.218,59€;

Data prevista conclusão: Nov.: 2012



11

----- A inauguração da circular interior do Jardim da Coxa, a 19 de outubro.....



Obra concluída

**PARQUE VERDE DA COXA (Custo da obra: 146.371 m€)
Inaugurada em 19 out. 2012**



13

----- A inauguração de uma obra promovida em Samil, uma bonita obra, está de parabéns a Junta, o Sr. Presidente, a população, que fez uma requalificação notável, uma obra apoiada pela Câmara Municipal, trata-se de uma obra com o investimento de trezentos e cinquenta mil euros.



Trabalhos nas Freguesias



Centro de Convívio de Samil: Inaugurado a 04 nov.: 2012

14

----- A requalificação da sede da Junta de Freguesia e Centro de Convívio de Rebordãos, o Sr. Presidente da Junta já falou nesse trabalho, também uma grande requalificação e necessária, considerando que se tratava de um edifício antigo e já com alguns problemas estruturais.



Trabalhos nas Freguesias



Requalificação e ampliação da Sede de Freguesia/Centro de Convívio de Rebordãos

15

----- Requalificação do Centro de Convívio de Castro de Avelãs, é um trabalho recente, feito durante o dia de ontem, por uma empresa especializada na parte do isolamento acústico, este espaço não tinha condições mínimas para ser utilizado, quem já alguma vez passou por este espaço sabia que não tinha uso porque tinha essa lacuna grave e portanto foi resolvido.

----- Também em Fontes Barrosas a interessante recuperação do moinho da aldeia e o aceso, é só uma vista parcial, um bom trabalho feito pela Junta de Freguesia com o apoio da Câmara Municipal.



Trabalhos nas Freguesias



Requalificação do Centro de Convívio de Castro de Avelãs



Recuperação do moinho de Fontes Barrosas

16

----- Também obras de execução de armazenamento de água na parte rural, este ano, fez-se investimento significativo em charcas para armazenamento de água para a prevenção de fogos, o ataque a incêndios, mas também para fins agrícolas sempre que necessário por parte da população.



Trabalhos nas Freguesias



----- Construção de muros de suporte na Freguesia do Zoio.....



Trabalhos nas Freguesias



----- Ampliação do Cemitério de Izeda, um trabalho absolutamente necessário com alguma dimensão, em construção, por parte da Junta de Freguesia.....

----- Também em Sanceriz, o caminho que liga Sanceriz a Izeda e que serve toda a extensa zona do olival, tinha um pontão antigo, provavelmente feito já pelos serviços de hidráulica, tinha problemas

estruturais, está, agora, em construção o novo pontão, obra promovida pela Junta de Freguesia e com o apoio financeiro e técnico do Município.

 **Trabalhos nas Freguesias**



Ampliação do cemitério de Izeda **Construção de pontão em Sanceriz**

1

----- Trabalhos diversos nalgumas freguesias, calcetamentos em Oleiros, em Cova de Lua, trabalhos em Vilarinho de Cova de lua, trabalhos apoiados pela Câmara Municipal, executados pelas Juntas de Freguesia.

 **Trabalhos nas Freguesias**



Calcetamentos em Oleiros **Calcetamento do acesso à antiga Escola Primária de Vilarinho de Cova de Lua**

20

----- Também a reparação e construção de um largo em Maças, obra da Junta de Freguesia com o apoio da Câmara Municipal.

----- São Julião de Palácios, obra também da Junta de Freguesia, com apoio

----- Bons trabalhos que as juntas de freguesia têm estado a concretizar.....

 **Trabalhos nas Freguesias**

Requalificação de Largo em Maças **Calcetamentos em S. Julião de Palácios**

21

----- Requalificação do Centro de Convívio de Lanção. Calcetamento do adro da Igreja de Meixedo, um bom trabalho promovido pela Junta de Freguesia, da requalificação da envolvente da Igreja.....

 **Trabalhos nas Freguesias**

Requalificação do Centro de Convívio de Lanção **Calcetamento do adro da Igreja de Meixedo**

22

----- Alguns apoios diversos que a Câmara vai mantendo com o seu equipamento.



Outros trabalhos



Arranjos de acessos interiores da Casa do Trabalho e da Fundação Betânea

23

----- Está a ser feito o alargamento da estrada do cruzamento de Aveleda para Varge, estrada com alguns problemas em termos de visibilidade e segurança, está a ser feito o alargamento, tal como se fez para Baçal, prevendo-se a repavimentação e o respetivo alargamento, no ano de 2013.

----- Arranjos de caminhos em Castro de Avelãs.



Outros trabalhos



**Alargamento da Estrada Municipal
Aveleda-Varge**

**Arranjo de caminho em
Castro de Avelãs**

24

----- Também a Norça, foi a melhor edição dos últimos anos, no programa, nas atividades, nos expositores.....

----- Lançamento do livro de “Comeres Bragançanos e Transmontanos”, que é um projeto que foi desenvolvido pela Câmara Municipal, sendo autor da publicação o Dr. Armando Fernandes, um projeto que foi desenvolvido no sentido de fazer uma recolha dos comeres tradicionais Bragançanos/Transmontanos, de modo a, conjuntamente com restaurantes, poder ser qualificada a oferta gastronómica de Bragança, sendo que no inquérito recente aos turistas eram os aspetos que valorizavam e portanto decidiu-se avançar com este projeto, envolveram os restaurantes e de seguida passar a uma nova etapa que será a criação de uma rede de restaurantes aderentes dos comeres tradicionais Bragançanos e assim tornar a oferta turística mais competitiva. Esse livro, um bocadinho pesado, será oferecido aos Srs. Deputados no final da Assembleia.....



----- Também a realização de outros eventos relacionados com a Norça/Norpesca.





Eventos/Acontecimentos

**01 a 04 Nov.: XI Norça, Norpesca & Norcastanha
+ de 15 mil visitantes**



27



Eventos/Acontecimentos

**01 a 04 Nov.: XI Norça, Norpesca & Norcastanha
Apresentação do Livro "Comeres Bragançanos e Transmontanos"**



28



Eventos/Acontecimentos

01 a 04 Nov.: XI Norçaça, Norpesca & Norcastanha
+ de 15 mil visitantes



29

----- Homenagem ao Cabo Artilheiro, um herói da Guerra da Índia, herói Bragançano.....



Eventos/Acontecimentos

02 e 03 Nov: Homenagem ao Cabo Anibal Jardim



Homenagem ao Cabo artilheiro Anibal Jardim, no Parque do Eixo Atlântico

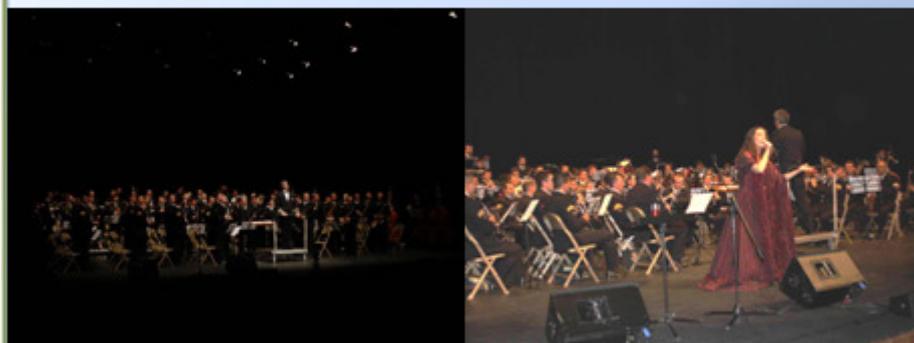
31

----- A mesma situação, atuação da Banda da Armada.



Eventos/Acontecimentos

02 e 03 Nov: Homenagem ao Cabo Anibal Jardim



Concerto da Banda da Armada, com a participação da cantora Dulce Pontes,
no Teatro Municipal de Bragança

34



Eventos/Acontecimentos

Homenagem aos militares falecidos, no Talhão dos Combatentes no Cemitério do Toural



30

 **Eventos/Acontecimentos**

02 e 03 Nov: Homenagem ao Cabo Anibal Jardim



Abertura da exposição "Os Últimos Combates da Índia",
no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira

32

----- Continuação da Homenagem ao Cabo Artilheiro.

 **Eventos/Acontecimentos**

02 e 03 Nov: Homenagem ao Cabo Anibal Jardim



Sessão cultural evocativa do Combate da Lancha "Vega", no Teatro Municipal de Bragança

33

----- Salientar a exposição do Dr. Amândio dos Anjos Gomes, uma obra muito interessante, que vale a pena ser vista quando voltar a ser exposta, tem peças muito bonitas.

----- Lançamento dos volumes três e quatro da obra “Bibliografia do distrito de Bragança”, do Prof. Hironidino Fernandes, pensamos em janeiro poder lançar já o V e VI volume, lembro que são dez volumes.

 **Eventos/Acontecimentos**

03 Nov: apresentação do catálogo e abertura da mostra “Aprende-se Fazendo”, de Amândio dos Anjos Gomes

09 Nov: lançamento dos volumes III e IV monumental da obra “Bibliografia do distrito de Bragança”, do Prof. Hironidino Fernandes

37

----- Foi proferida a conferência “ O futura das cidades”, uma conferência muito interessante, refletiu sobre o futuro.

 **Eventos/Acontecimentos**

26 Nov: conferência “O Futuro das Cidades”, proferida pelo Professor Doutor José Fernando Gomes Mendes, Vice-Reitor da Universidade do Minho, antecedida por uma visita às obras (já concluídas) da 2.ª fase da Ciclovía do Ferვენça

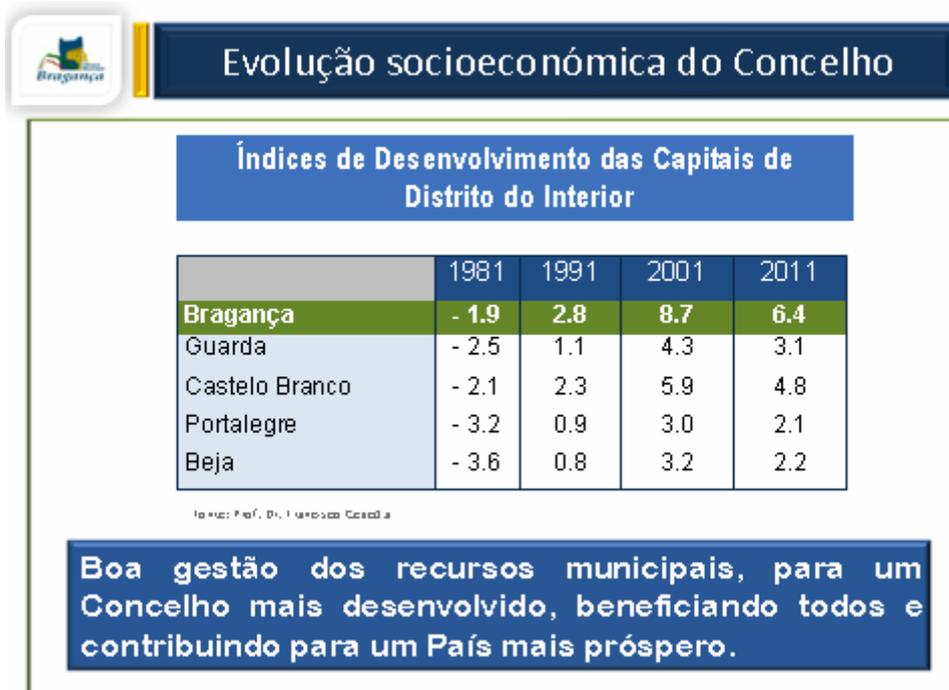
38

----- Também dar aqui uma nota aos Srs. Deputados que é a seguinte: O Professor Francisco Cepeda mantém, no âmbito dos seus trabalhos de investigação, desde há anos, uma base ampla de dados de

avaliação de desenvolvimento no País e sintetizou, neste quadro, aquilo que tem sido a evolução em termos de índices de desenvolvimento das capitais de distrito do interior, e de 1991 a 2011 nota-se que Bragança se tem destacado da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja, de uma forma bem evidente e bem significativa.

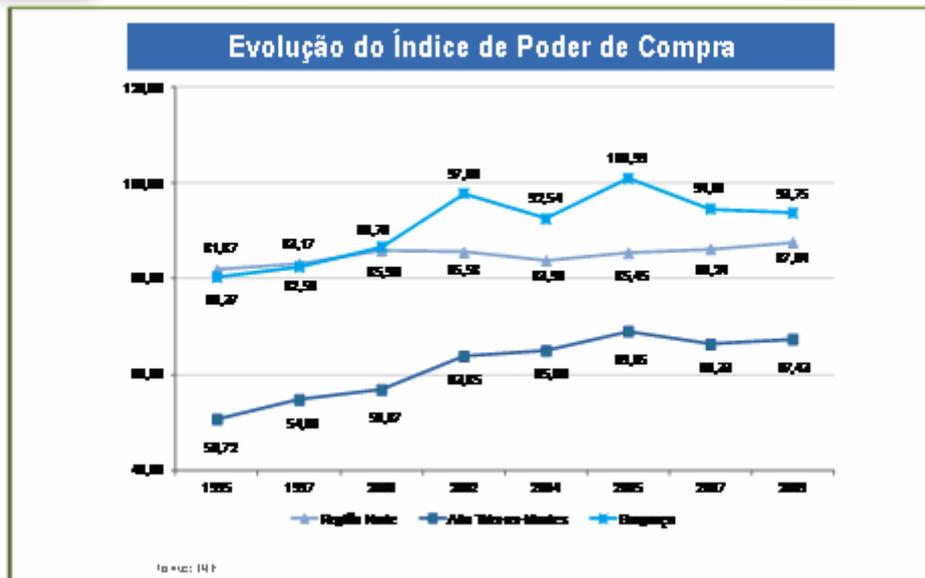
----- Muitas vezes, quando perante algumas dificuldades, as valorizamos excessivamente em deferimento de coisas boas que também acontecem no Concelho, no Município, vale a pena termos referências para que no quadro dessas referências poderemos dar ainda mais valor ao que de positivo se faz e ganhar mais confiança para continuar uma caminhada de afirmação e de desenvolvimento do nosso Concelho e da Região.

----- Também este índice de poder de compra vem em conformidade com o anterior, faltava fazer essa comparação com as capitais de distrito no anterior, que era importante, que é a comparação com a média na região Norte e com o Alto Trás-os-Montes, evidentemente que Bragança se destaca de forma significativa relativamente à média de Trás-os-Montes, e destaca-se em cerca de vinte e tal pontos em relação ao Concelho que vem imediatamente a seguir, que é Chaves.

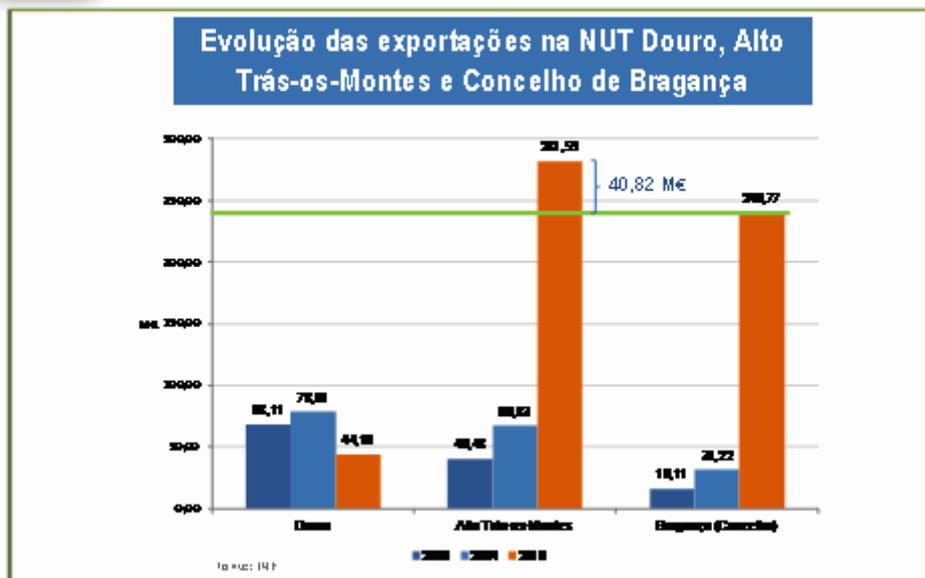




Evolução socioeconómica do Concelho



Evolução socioeconómica do Concelho



----- Também deixar uma nota relativamente à evolução da capacidade exportadora de Bragança. Vila Real exportava, em 2010, 44 milhões de euros, o Alto Trás-os-Montes - 281 milhões, sendo que desses 281, 240 são exportados a partir de Bragança, ou seja, Bragança sozinha exporta cerca de três vezes mais do que exportam os restantes municípios de Trás-os-Montes e Douro, juntos.

----- Os dados de 2011 farão e criarão ainda maior distância a esse nível, serão publicados dentro de duas ou três semanas, e ficaremos com a informação relativa àquela que é a evolução da capacidade exportadora do Concelho de Bragança.

----- Em traços gerais eram estas notas que eu tinha a acrescentar à informação escrita sobre o Estado e Vida do Município.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está aberto um período para apresentação de questões à Exma. Câmara.

----- Srs. Deputados, quem pretende fazer pedidos de esclarecimento?

----- Verificamos duas intenções de pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Bom dia, Sr. Presidente da AM, Sr. Presidente da Câmara.

----- Eu gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, que é também com alguma preocupação que o PS acolheu na semana passada as últimas notícias relativamente ao possível encerramento ou encerramento sazonal dum conjunto de Pousadas da Juventude. E sabendo nós que a Pausada da Juventude de Bragança constituiu um importante investimento para a juventude e para acolher os jovens deste Distrito e que tem também serviço de, alguma forma, apoio a muitos jovens que frequentam o Instituto Politécnico de Bragança, eu gostaria de saber se o Sr. Presidente tem alguma informação que possa acrescentar a esta Assembleia, se já promoveu alguma diligência junto do Governo no sentido de assegurar a manutenção deste excelente equipamento que temos na nossa cidade, ou se pretende, de facto, tomar alguma iniciativa nesse sentido, por forma a mantermos aberta a Pousada da Juventude.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, Elídio Morais.

----- **Elídio Morais** – Muito bom dia, quero cumprimentar a Mesa, o Sr. Secretário, a Sra. Secretária, o Sr. Presidente da Câmara e os seus Vereadores, Srs. Deputados, colegas Presidentes de Junta, Público em geral.

----- Ao Município eu queria dirigir a seguinte palavra, queria, em primeiro lugar, congratular-me, de facto, com o quadro aqui apresentado em que relativamente a obras nas Juntas de Freguesia, de facto elas são todas bem vindas, lamento é que, de facto, não sejam dirigidas a todas as juntas.

----- O assunto que me traz aqui é o seguinte: Eu gostaria de questionar a Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara essencialmente, se me poderiam esclarecer ou dar mais algum apontamento dos pormenores que eu já recolhi relativamente à danificação das infraestruturas da estação elevatória da ribeira dos Moinhos, ou seja, uma infraestrutura feita há anos pela Câmara Municipal em terrenos da Junta de Freguesia e que fazia o abastecimento da água a Santa Comba de Rossas, eu gostaria que o Sr. Presidente me pudesse dar algum esclarecimento relativamente a este assunto, à danificação deste posto de abastecimento de água.

----- Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Não há mais pedidos de esclarecimento?.....

----- Então peço ao Sr. Presidente da Câmara o favor de proceder às necessárias respostas às questões formuladas.

----- **Presidente da Câmara** – Questão colocada pelo Sr. Deputado Bruno Veloso - A informação que dispomos relativamente à Pousada da Juventude de Bragança é em sentido inverso, portanto as Pousadas de Juventude dos Municípios onde havia alguma taxa muito baixa de ocupação, a entidade competente fez os contactos com os municípios no sentido de encontrarem uma solução para esse problema. Em Bragança a informação que dispomos é que a ocupação é boa e portanto não se coloca essa questão, pelo menos presentemente.

..... A questão colocada pelo Sr. Presidente de Junta de Rossas, Elídio Rodrigues - A A4 danificou uma Estação Elevatória para a aldeia, a aldeia está servida, todo o sistema de abastecimento de água ao Concelho é propriedade do Município, o Município recebeu uma indemnização, face aos estragos que a A4 fez, quando se justificar fazer qualquer investimento para garantir a regularidade e qualidade de abastecimento de água a Rossas, que não tem faltado, fá-lo-á.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Pedidos de intervenções? Registamos já um pedido de intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas, Elídio Morais. Não registamos mais nenhum pedido de intervenção, pelo que tem a palavra, Sr. Presidente de Junta.

----- **Elídio Morais** – Mais uma vez, bom dia a todos.

----- Sr. Presidente, o que lhe tenho a dizer é o seguinte: Eu, como Presidente da Junta de Santa Comba de Rossas e eleito pelo povo, tenho a dizer que na reunião de Assembleia de Freguesia do dia nove de dezembro, foi-me dado poderes para eu questionar esta situação, e acontece o seguinte:

----- A Câmara Municipal juntamente com a empresa CAETE tomaram a liberdade de negociar um bem que penso que seria da Freguesia, acontece que nessa reunião entre a Câmara Municipal e a

empresa CAET, a Junta de Freguesia não foi ouvida nem achada no assunto, eu penso que em Rossas ainda existe Presidente de Junta, porque já não é a primeira vez que isso acontece, já não é a primeira vez que isso acontece, e eu acho que é pôr o Presidente de Junta de lado em tudo o que é trabalhos para a comunidade. Acontece que, de facto, e o Sr. Presidente referiu aqui muito bem, a Câmara recebeu 26 000.00€, (Vinte e seis mil euros) de indemnização pelos prejuízos causados.

----- A Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas como todas as outras juntas e a maior parte delas, e o Município sabe, carecem de dificuldades, e esses vinte e seis mil euros podiam servir muito bem para benefício da Freguesia, e eu no Plano e o Orçamento da CMB para 2013, não vejo aqui qualquer investimento para água em Santa Comba de Rossas, e nós temos problemas de água, Sr. Presidente nós temos problemas de água, temos problemas de saneamento enormes, nós andamos constantemente com a canalização em roturas, quer de saneamento, quer de água.

----- Nós temos dificuldades enormes, eu efetuei uns pedidos à CMB e todos os anos, o Sr. Presidente sabe perfeitamente que isso que é verdade, eu tenho tido cuidado de ter uma reunião com o Sr. Presidente em que alego sempre os mesmos pedidos, é sempre a promessa que para o ano vão ser feitos, e são pequenos investimentos, e provavelmente com essa verba dos vinte e seis mil euros que recebeu da CAET, penso eu que indevidamente, porque o terreno é da Junta de Freguesia, embora a infraestrutura e tudo o que esteja lá seja do Município, mas por essa ordem de ideias então qualquer dia vou ver-me sujeito a que os paralelos de Rossas saiam de lá para fora, são do Município, e então eu fico sem os paralelos, vai ser, precisamente por essa ordem de ideias.

----- E se nos desse esses 26 000.00€ que foi a questão essencial que nos trouxe aqui, e foi a decisão da Assembleia de Freguesia, de pedir ao Município que devolva o dinheiro à Junta de Freguesia para fazer face às dificuldades que neste momento tem na sua aldeia.

----- Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente de Junta.

----- Não há mais nenhum pedido de intervenção sobre a apreciação da informação escrita sobre o Estado e Vida do Município, do Sr. Presidente da Câmara, eu ia pedir ao Sr. Presidente se pretende ainda utilizar algum tempo disponível da Câmara, sobre este ponto?

----- Não pretende.

----- Então encerramos este ponto e passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2 - DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, MAPA DE PESSOAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“1 - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, MAPA DE PESSOAL E COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo concretizado com a seguinte apresentação:

Apresentação:

Na elaboração das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal de 2013, consideraram-se as opções gerais e específicas de política municipal enquadradas num programa plurianual e que se evidenciam, anualmente, de forma coerente nas previsões financeiras e no plano de ação, seguindo-se as regras do POCAL e legislação complementar, assim como as orientações previstas no Orçamento de Estado para 2013. As previsões correntes foram ajustadas considerando a situação de emergência financeira e social e a situação de recessão económica em que o País se encontra. Os documentos apresentados para aprovação foram detalhadamente construídos em articulação com todos os setores de atividade dos Serviços Municipais.

O valor da receita prevista é de 39.943.800,00€, menos 3,7% que o previsto no ano anterior. Prevê-se uma ligeira quebra no valor das receitas próprias, que representam 36,55% do valor global,

quebra que ocorre com maior incidência nos impostos locais e na venda de bens e serviços, em resultado da recessão económica, da diminuição do rendimento médio das famílias e de o município ter optado pelo não aumento das taxas e tarifas, pela redução das taxas de IMI e pela não cobrança de derrama sobre o lucro tributável das empresas. O orçamento da receita inclui uma previsão para venda de bens de investimento, com um valor baixo comparativamente à significativa disponibilidade do município, bens obtidos mediante uma política ativa de aquisições de terrenos e de construção de infraestruturas, o que se constitui como uma importante reserva patrimonial.

O Orçamento da receita conta com um significativo contributo (25,56%) de fundos comunitários contratualizados, que atingem o valor de 9,1 milhões de euros, o que nos permite financiar, em mais de 50%, todo o investimento previsto. A participação direta no Orçamento de Estado, que representa 33,88% do valor global, tem vindo a diminuir em resultado dos cortes impostos no quadro de reequilíbrio das contas públicas e do consequente ajustamento imposto ao País pelos representantes dos credores externos, diminuição que desde o ano de 2010 atinge o valor acumulado de 6.033.239,00€.

No Orçamento da despesa destaca-se, em primeiro lugar, o facto de a despesa corrente diminuir, embora em valor pouco expressivo, mas que evidencia a consolidação e sustentabilidade desta tendência iniciada no ano de 2009, apesar de, no período que decorre desde essa data até ao momento, terem sido integrados valores muito expressivos de aumento de impostos com incidência no orçamento municipal como seja o aumento do IVA e as contribuições para o sistema de saúde e de segurança social dos trabalhadores do município.

Esta capacidade evidenciada já desde o ano de 2009, decorridos cinco orçamentos, identifica uma tendência que resulta de uma gestão de rigor evidente, de eliminação do desperdício, de atuação detalhada, participada e assumida pelos responsáveis da organização, que garante e consolida a capacidade e qualidade de resposta do município perante o conjunto significativo de infraestruturas e equipamentos que garantem qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos, contrariando assim previsões pessimistas dos que, não satisfeitos com a resolução de reivindicações básicas e legítimas dos cidadãos, não conseguiram acompanhar um período de intensa mudança.

O Orçamento da despesa corrente prevê uma redução na despesa com pessoal, na aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos e em outras despesas correntes. A exceção está nas transferências correntes em resultado do maior apoio às funções sociais e de cidadania. Na despesa de capital regista-se uma diminuição na aquisição de bens de capital, apesar de no PPI e no PAM estarem inscritos projetos de elevada relevância social, marcas para a qualidade urbana, de apoio à economia, à manutenção e criação de emprego.

As transferências de capital mantêm o valor do investimento no sentido de garantir apoio à construção de equipamentos sociais e investimentos das freguesias, assim como da construção do Parque de Ciência e Tecnologia. Como ativos financeiros está incluída a realização do capital social em falta na empresa ATMAD, considerando que estão reunidas condições essenciais com vista à construção da Reserva de Água de Montesinho/Barragem de Veiguiñas, enquanto nos passivos financeiros se regista diminuição.

No conjunto das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, o esforço financeiro é afeto em 40,48% às funções gerais, em 26,77% às funções sociais e em 32,75% às funções económicas.

Quanto à dívida do município, constata-se que o serviço da dívida diminui 24,31% (de 1.44 milhões de euros para 1,09 milhões de euros) e representa 2,77% do orçamento anual da despesa global. A dívida global do município (curto, médio e longo prazo) desceu 6,19% no ano de 2012, estando ao mais baixo nível dos últimos 16 anos, representando 26,79% do orçamento da receita global. Prevemos que a dívida do município, no ano de 2013, se mantenha ou até diminua, salientando que esta perspetiva enquadra o financiamento IFDR/EQ-BEI, para fazer face ao significativo investimento na construção das novas instalações do município.

Esta situação ocorre em contraciclo com a situação no País, que se endividou de forma insustentável, com um crescimento da dívida pública de 74% entre o ano 2000 e o ano de 2010, crescimento que a crise veio a agravar, colocando o povo debaixo de um severo programa de austeridade e de uma carga fiscal insuportável, com resultados duros, em particular, para a população mais frágil e para os cidadãos em situação de desemprego que atinge um máximo histórico das últimas décadas, agravando-se os níveis de pobreza.

Quanto ao ativo fixo bruto do município, no ano de 2013, ocorrerá um aumento, uma vez que serão concluídos importantes investimentos. A 30 de setembro de 2012 totalizava 242,9 milhões de euros, tendo ocorrido, no último ano, um aumento de 5,87% nos bens de domínio privado e de 2,03% nos bens de domínio público. Regista-se que a evolução desde o ano de 2002 (66 milhões de euros), data a partir da qual foi realizada a primeira seriação dos bens que integram o Balanço Inicial, foi de crescimento, com o valor de 267%.

A excelente situação patrimonial do município resulta de um amplo período de elevado e continuado investimento municipal em equipamentos e infraestruturas que criaram bem-estar e qualidade de vida, situação conseguida sem que para isso fosse necessário endividar o município, pelo contrário registando-se uma forte diminuição da dívida.

Quanto aos recursos humanos do município, o mapa de pessoal, que em 2012 contemplava 375 trabalhadores, contempla para o ano de 2013 a previsão de 364 trabalhadores, valor que inclui os postos de trabalho da MMB, E.E.M. em resultado da extinção da empresa e internalização das suas atividades nos serviços do município. Durante o ano de 2012 foi garantida a redução mínima legalmente exigida do número de trabalhadores o que ocorreu por mecanismo de aposentação, sendo previsível que em 2013, idêntica exigência seja cumprida pela mesma via.

Aos trabalhadores tem sido garantido um serviço próprio de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, com resultados positivos em termos preventivos e de encaminhamento para o sistema público de saúde quando necessário. Quanto ao absentismo, em 2012 registou-se o valor de 6,46%, valor inferior à média dos municípios na Região Norte, esperando-se para o ano de 2013 uma ligeira redução, valor que continuará muito elevado enquanto a legislação não evoluir para uma situação mais justa e aceitável.

Às funções sociais, de segurança e de proteção civil, o município continuará a assegurar adequada evolução, com decisões oportunas e prioritárias, conforme as exigências de ação e decisão, sejam de âmbito natural, social ou económica, contando para o efeito com a imprescindível colaboração e apoio das instituições, em particular as do concelho, como seja os Bombeiros Voluntários, as Forças de Segurança, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Juntas de Freguesia. Nas Grandes Opções do Plano estão incluídas verbas para concretizar a colaboração referida.”

Após a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos, para se proceder à votação dos documentos previsionais para o ano de 2013 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal; Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais:

Os Srs. Vereadores, Leonel Afonso e Geraldo da Assunção, apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

“Nos últimos 30 anos Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu 120 mil habitantes. O recenseamento de 2001 mostrava que resistiam quatro concelhos em crescimento populacional (Bragança, Mirandela, Vila Real e Chaves). No entanto, no recenseamento de 2011 apenas resistem à perda generalizada as capitais de distrito (Vila Real e Bragança). No caso concreto do concelho de Bragança, assiste-se a um envelhecimento drástico. Não há crianças, os jovens e alguns menos jovens partem, em breve os adultos serão poucos e, se não formos capazes de estancar e ulteriormente inverter este fenómeno, estaremos perante um desfecho que se afigura dramático.

Este drama do despovoamento e da interioridade é um imperativo nacional que colheu a sensibilidade e a solidariedade ativa do Partido Socialista de Bragança, nomeadamente pelas posições assumidas pelos seus vereadores na Câmara Municipal. A relevância e transversalidade da interioridade são por nós assumidas com a gravidade que lhe é reconhecida, mas com o otimismo de quem interpreta esta realidade como uma oportunidade e um desígnio geracional, desde que assumido de forma consciente e consequente.

Importa pois identificar quais os instrumentos ao dispor dos atores regionais que sejam potencialmente capazes de concretizar novos caminhos para, numa primeira fase estancar o processo de despovoamento e de consolidação da qualidade de vida. Bragança não será sustentável se não estancar a fuga de população e se persistir na rota do imobilismo.

A consubstanciação de matrizes fundantes e de opções estratégicas alicerçam-se em documentos enquadradores. O Plano Plurianual e o Orçamento são instrumentos com essa natureza e marcos determinantes da vida da autarquia espelhando a vivência e a participação de cada um dos atores no processo. É este o momento e o espaço para, com responsabilidade e razoabilidade, desenhar macro estratégias e gizar diretrizes consentâneas que fomentem a competitividade de Bragança face a concorrentes internos e externos, que em nosso entendimento não se encontram vertidas no plano.

Por outro lado entendemos que os instrumentos previsionais em apreciação devem ser enquadrados com os atuais contornos conjunturais, conferindo-lhe a indispensável flexibilidade para o amortecimento dos constrangimentos que se atravessam, em concomitância com a indução e a agilização de etapas posteriores de crescimento económico. Acolher-se-ia, também, de forma positiva, um pacote fiscal autárquico que aliviasse o fardo dos Brigantinos, nomeadamente com a definição de taxas mínimas em matérias de fiscalidade e nos diversos itens dos serviços municipais. Também, em momentos como o presente, a solidariedade não pode ser uma palavra vã. Deverá traduzir-se em atos e ser substantiva em sede de dotação orçamental. Apenas assim se concretizará um eficaz e eficiente apoio aos mais desfavorecidos e aos mais vulneráveis às vicissitudes conjunturais.

O envelhecimento da população, a inexistência de emprego para os jovens, fundamentalmente pela tal ausência de políticas integradas que atraíam investimentos para a região, exigem por parte da autarquia uma atenção redobrada e proactiva. A criação de emprego e a inversão dos fluxos migratórios, através da fixação dos jovens da região e da captação de ativos externos carece da ação concertada de instituições públicas e privadas e das autarquias, fomentando o empreendedorismo, a sustentabilidade e humanização do concelho, bem como a capacidade de antever cenários e criar soluções, predisposições que não estão plasmada na proposta de plano e orçamento.

Por considerar que os documentos que suportam o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades corporizam e materializam projetos em cuja concepção não estivemos envolvidos, ou não nos revemos e não sustentam preocupações e linhas de força que consideramos vitais para o desenvolvimento, afirmação e projeção do concelho, por ausência de:

- Criação de políticas sociais e de solidariedade;
- Conceitos de gestão urbana, assentes em competências abrangentes, endógena, ecológica e identitariamente coerentes para a cidade;
- Pragmatismo no desenho e na consecução de políticas de crescimento e de afirmação sustentáveis para o concelho;
- Promoção de sinergias que induzam o empreendedorismo privado em setores e fileiras de forte potencialidade regional;
- Condições para a fixação e a empregabilidade de quadros técnicos e de outra mão de obra qualificada.

Votamos contra o Orçamento apresentado, visto que o documento é, por referência aos pressupostos supracitados, pouco ambicioso, respondendo a questões com mais de dez anos de existência, que surgem na senda de decisões erradas tomadas pela maioria que lidera o executivo municipal.”

O Sr. Vereador, Humberto Rocha, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“O meu sentimento em relação a este Plano e Orçamento é de frustração já que mais uma vez se assiste a um adiar de obras consecutivamente previstas neste e em anteriores planos, por motivos de obras megalómanas que não tem contribuído na proporção dos seus custos para a resolução dos problemas das populações que deviam servir, tanto a nível do meio rural, como da Sede do Concelho.

Mais uma vez, à semelhança do ano anterior e porque os motivos se repetem, o sentido do meu voto é de abstenção.”

O Sr. Vereador, Hernâni Dias, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“O orçamento municipal para 2013 apresenta valores de receita ligeiramente inferiores aos previstos para 2012, verificando-se uma quebra de 3,7%.

Ao nível das receitas próprias, prevê-se uma pequena diminuição para a qual contribuem o não aumento das taxas e tarifas e a redução da taxa do IMI, que tem vindo a baixar sistematicamente, na senda de uma política de alívio da carga fiscal aos munícipes, implementada por parte do Município, por forma a que estes não sintam tão gravemente os efeitos da crise em que o país está mergulhado.

Saliente-se o grande contributo de fundos comunitários para a construção do orçamento da receita, com um montante de mais de nove milhões de euros, fruto da capacidade de captação de dinheiros provenientes das entidades europeias e que ajudam à concretização de importantes projetos para o Município.

Ao nível da despesa, verifica-se a continuação de uma política de gestão rigorosa, partilhada pelos trabalhadores do município e que leva a uma diminuição da despesa corrente na aquisição de bens e serviços. Igual redução é concretizada ao nível da despesa com pessoal.

De realçar, no entanto, que o Município continuará a prestar especial atenção aos aspetos de âmbito social, quer através do apoio a instituições de carácter social, ajudando à concretização de importantes equipamentos para apoio aos mais desfavorecidos e mais carenciados, proporcionando-lhes melhores condições de vida, quer ao nível do apoio direto, seja ao nível da habitação social, seja na recuperação e melhoria das condições de habitabilidade de imóveis, numa altura de grande vulnerabilidade de muitas famílias, devido ao drástico programa de austeridade a que o país está votado.

Destaco, também, a vontade do Município em incentivar a atividade económica e promoção do emprego, através da construção do Parque de Ciência e Tecnologia, da instalação definitiva da feira, da construção do recinto de promoção de raças autóctones e da ampliação da Zona Industrial das Cantarias.

Apesar de todos os investimentos a levar a cabo em 2013, o Município continuará com as contas equilibradas, dando continuidade à tendência de redução da dívida e ao aumento do património, por isso, voto favoravelmente.”

A Sra. Vereadora, Fátima Fernandes, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Voto favoravelmente os documentos que suportam o Orçamento para o ano de 2013, o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Atividades Municipal e o Mapa de Pessoal pelas razões expostas no texto de apresentação.

Considero que estes documentos traduzem uma política de desenvolvimento sustentado do nosso concelho, ajustada à situação de crise socioeconómica que o País atravessa. Refletem o trabalho que se tem desenvolvido ao longo dos últimos anos com uma boa gestão de otimização dos recursos, a minimização do desperdício e a seletividade no investimento.

Dá-se continuidade a uma gestão realista e de rigor que tem vindo a atuar a nível do controle das despesas sem descurar o investimento em infraestruturas essenciais para o desenvolvimento do nosso concelho e necessárias à melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos munícipes e +aos apoios às instituições de índole social e às famílias carenciadas nomeadamente através da ação social escolar.”

O Sr. Vice-Presidente, Rui Caseiro, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Apesar das crescentes dificuldades a nível social e económico do País, por força da crise financeira que a todos afeta, resultante de deficiente governação do País, nomeadamente, na última década, marcada pela ausência de políticas de desenvolvimento sustentáveis, o Município de Bragança tem sabido fazer uma gestão de rigor, com equilíbrio orçamental, promovendo o crescimento do Concelho sem comprometer a governação do Município no futuro.

Mantendo a linha de orientação dos últimos 15 anos, que tornou possível a concretização do maior ciclo de investimentos na história do Município, o orçamento para 2013, embora ligeiramente inferior (-3,7%) ao do ano de 2012, continua a privilegiar o investimento direcionando receitas correntes para despesas de capital, além de contemplar também a redução das despesas correntes, demonstrando assim uma grande preocupação na otimização dos recursos financeiros disponíveis.

Nas Grandes Opções do Plano é de realçar o aumento significativo das verbas alocadas às funções económicas o que demonstra uma aposta clara do Município no apoio ao desenvolvimento da atividade económica, às empresas e consequentemente à criação de postos de trabalho e à fixação da população.

Tudo isto é possível graças ao empenho e profissionalismo dos trabalhadores do município que, a cada ano que passa, são em menor número.

Voto favoravelmente os documentos que suportam o Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2013, por considerar existir rigor na sua elaboração a os mesmos traduzirem uma política de desenvolvimento sustentado do concelho, contemplarem a execução de um conjunto de investimentos na cidade e no meio rural e apoios financeiros necessários à melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos brigantinos.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com 4 votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias, 2 votos contra dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso e Geraldo Alberto Leite da Assunção e uma abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2013 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos das alíneas b) e o) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei

n.º 12- A/2008, de 27 de fevereiro, e em conformidade com a alínea c) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e para efeitos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 28 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXO I

Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal/2013”

----- **Presidente da Mesa** - Compete à Câmara Municipal, independentemente dos documentos terem sido remetidos, documentos que fazem parte do apoio à decisão que os Srs. Deputados vão tomar relativamente a este documento, cabe, naturalmente neste momento e neste espaço, a apresentação do Sr. Presidente sobre os temas que lhe pareçam ser mais relevantes para trazer aqui a apresentação aos Srs. Deputados.

----- Sr. Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Na elaboração das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal de 2013, consideraram-se as opções gerais e específicas de política municipal enquadradas num programa plurianual e que se evidenciam, anualmente, de forma coerente nas previsões financeiras e no plano de ação, seguindo-se as regras do POCAL e legislação complementar, assim como as orientações previstas no Orçamento de Estado para 2013. As previsões correntes foram ajustadas considerando a situação de emergência financeira e social e a situação de recessão económica em que o País se encontra. Os documentos apresentados para aprovação foram detalhadamente construídos em articulação com todos os setores de atividade dos Serviços Municipais.

----- O valor da receita prevista é de 39.943.800,00€, menos 3,7% que o previsto no ano anterior. Prevê-se uma ligeira quebra no valor das receitas próprias, que representam 36,55% do valor global, quebra que ocorre com maior incidência nos impostos locais e na venda de bens e serviços, em resultado da recessão económica, da diminuição do rendimento médio das famílias e de o município ter optado pelo não aumento das taxas e tarifas, pela redução das taxas de IMI e pela não cobrança de

derrama sobre o lucro tributável das empresas. O orçamento da receita inclui uma previsão para venda de bens de investimento, com um valor baixo comparativamente à significativa disponibilidade do município, bens obtidos mediante uma política ativa de aquisições de terrenos e de construção de infraestruturas, o que se constitui como uma importante reserva patrimonial.

----- O Orçamento da receita conta com um significativo contributo (25,56%) de fundos comunitários contratualizados, que atingem o valor de 9,1 milhões de euros, o que nos permite financiar, em mais de 50%, todo o investimento previsto. A participação direta no Orçamento de Estado, que representa 33,88% do valor global, tem vindo a diminuir em resultado dos cortes impostos no quadro de reequilíbrio das contas públicas e do consequente ajustamento imposto ao País pelos representantes dos credores externos, diminuição que desde o ano de 2010 atinge o valor acumulado de 6.033.239,00€.

----- No Orçamento da despesa destaca-se, em primeiro lugar, o facto de a despesa corrente diminuir, embora em valor pouco expressivo, mas que evidencia a consolidação e sustentabilidade desta tendência iniciada no ano de 2009, apesar de, no período que decorre desde essa data até ao momento, terem sido integrados valores muito expressivos de aumento de impostos com incidência no orçamento municipal como seja o aumento do IVA e as contribuições para o sistema de saúde e de segurança social dos trabalhadores do município.

----- Esta capacidade evidenciada já desde o ano de 2009, decorridos cinco orçamentos, identifica uma tendência que resulta de uma gestão de rigor evidente, de eliminação do desperdício, de atuação detalhada, participada e assumida pelos responsáveis da organização, que garante e consolida a capacidade e qualidade de resposta do município perante o conjunto significativo de infraestruturas e equipamentos que garantem qualidade de vida e bem-estar aos cidadãos, contrariando assim previsões pessimistas dos que, não satisfeitos com a resolução de reivindicações básicas e legítimas dos cidadãos, não conseguiram acompanhar um período de intensa mudança.

----- O Orçamento da despesa corrente prevê uma redução na despesa com pessoal, na aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos e em outras despesas correntes. A exceção está nas transferências correntes em resultado do maior apoio às funções sociais e de cidadania. Na despesa de capital regista-se uma diminuição na aquisição de bens de capital, apesar de no PPI e no PAM estarem inscritos projetos de elevada relevância social, marcas para a qualidade urbana, de apoio à economia, à manutenção e criação de emprego.

----- As transferências de capital mantêm o valor do investimento no sentido de garantir apoio à construção de equipamentos sociais e investimentos das freguesias, assim como da construção do Parque de Ciência e Tecnologia. Como ativos financeiros está incluída a realização do capital social em

falta na empresa ATMAD, considerando que estão reunidas condições essenciais com vista à construção da Reserva de Água de Montesinde/Barragem de Veiguinhas, enquanto nos passivos financeiros se regista diminuição.....

----- No conjunto das Grandes Opções do Plano, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, o esforço financeiro é afeto em 40,48% às funções gerais, em 26,77% às funções sociais e em 32,75% às funções económicas.

----- Quanto à dívida do município, constata-se que o serviço da dívida diminuiu 24,31% (de 1.44 milhões de euros para 1,09 milhões de euros) e representa 2,77% do orçamento anual da despesa global. A dívida global do município (curto, médio e longo prazo) desceu 6,19% no ano de 2012, estando ao mais baixo nível dos últimos 16 anos, representando 26,79% do orçamento da receita global. Prevemos que a dívida do município, no ano de 2013, se mantenha ou até diminua, salientando que esta perspetiva enquadra o financiamento IFDR/EQ-BEI, para fazer face ao significativo investimento na construção das novas instalações do município.

----- Esta situação ocorre em contraciclo com a situação no País, que se endividou de forma insustentável, com um crescimento da dívida pública de 74% entre o ano 2000 e o ano de 2010, crescimento que a crise veio a agravar, colocando o povo debaixo de um severo programa de austeridade e de uma carga fiscal insuportável, com resultados duros, em particular, para a população mais frágil e para os cidadãos em situação de desemprego que atinge um máximo histórico das últimas décadas, agravando-se os níveis de pobreza.

----- Quanto ao ativo fixo bruto do município, no ano de 2013, ocorrerá um aumento, uma vez que serão concluídos importantes investimentos. A 30 de setembro de 2012 totalizava 242,9 milhões de euros, tendo ocorrido, no último ano, um aumento de 5,87% nos bens de domínio privado e de 2,03% nos bens de domínio público. Regista-se que a evolução desde o ano de 2002 (66 milhões de euros), data a partir da qual foi realizada a primeira seriação dos bens que integram o Balanço Inicial, foi de crescimento, com o valor de 267%. A excelente situação patrimonial do município resulta de um amplo período de elevado e continuado investimento municipal em equipamentos e infraestruturas que criaram bem-estar e qualidade de vida, situação conseguida sem que para isso fosse necessário endividar o município, pelo contrário registando-se uma forte diminuição da dívida.

----- Quanto aos recursos humanos do município, o mapa de pessoal, que em 2012 contemplava 375 trabalhadores, contempla para o ano de 2013 a previsão de 364 trabalhadores, valor que inclui os postos de trabalho da MMB, E.E.M. em resultado da extinção da empresa e internalização das suas atividades nos serviços do município. Durante o ano de 2012 foi garantida a redução mínima legalmente

exigida do número de trabalhadores o que ocorreu por mecanismo de aposentação, sendo previsível que em 2013, idêntica exigência seja cumprida pela mesma via.

----- Aos trabalhadores tem sido garantido um serviço próprio de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, com resultados positivos em termos preventivos e de encaminhamento para o sistema público de saúde quando necessário. Quanto ao absentismo, em 2012 registou-se o valor de 6,46%, valor inferior à média dos municípios na Região Norte, esperando-se para o ano de 2013 uma ligeira redução, valor que continuará muito elevado enquanto a legislação não evoluir para uma situação mais justa e aceitável.

----- Às funções sociais, de segurança e de proteção civil, o município continuará a assegurar adequada evolução, com decisões oportunas e prioritárias, conforme as exigências de ação e decisão, sejam de âmbito natural, social ou económica, contando para o efeito com a imprescindível colaboração e apoio das instituições, em particular as do concelho, como seja os Bombeiros Voluntários, as Forças de Segurança, as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as Juntas de Freguesia. Nas Grandes Opções do Plano estão incluídas verbas para concretizar a colaboração referida.”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Procedemos à abertura do período em que os Srs. Deputados podem pedir esclarecimentos, tem a palavra os Srs. Deputados, manifestem a vossa vontade.

----- Registamos já dois pedidos de esclarecimento, vamos dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes, do PS, para a primeira questão.

----- **Luís Fernandes** – Ora, muito bom dia a todos e também porque é a primeira vez que hoje aqui venho, cumprimentar a digníssima Mesa na pessoa do Sr. Presidente e dos Srs. Secretários, e caro amigo pessoal, também cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores e cumprimentá-los a todos vocês, caros colegas, Comunicação Social, e também uns votos, para já, de bom trabalho e de Bom Natal.

----- Ora bem, para já vou fazer aqui algumas questões ao Sr. Presidente, relacionadas com a leitura que fiz aqui do Orçamento. E, para espanto meu, e é uma luta que nós os residentes no Sul do Concelho temos há muito tempo, deve ser neste momento a zona mais desprotegida em termos de acessos, que retira daqui do Orçamento, pelo menos eu não vi, a estrada de Vale Verde/Paredes. Portanto que é um anseio, já aqui nos mostrou o Sr. Presidente o projeto, noutra tempo, e agora retira do Orçamento, ou , pelo menos, das intenções, essa estrada.

----- Não sei, vejo aqui os Presidentes de Junta daquela zona muito calados, muito acomodados com a esta situação, não percebo bem o que é que está por detrás, que promessas é que tiveram para outras obras para porem de lado esta questão.

----- Diz aqui que pretende, para 2013, fazer a expansão da Zona Industrial, para Norte.

----- Eu queria perguntar ao Sr. Presidente se está resolvido a desconformidade que este projeto recebeu na zona de Coordenação Norte, porque aqui os dados que eu tenho este projeto recebeu um parecer negativo em relação à implementação daquele assunto que eu aqui trouxe das rochas mais antigas de Portugal.

----- Portanto eu queria-lhe perguntar se isto já está resolvido.

----- Ainda, também, e não querendo de maneira nenhuma por em questão a obra, eu gostava de saber também porque é que também um anseio e a questão que hoje ainda vamos debater aqui, mas que faz parte também do orçamento, é se a questão da providência cautelar do Tribunal Administrativo de Mirandela está resolvido também em relação a Veiguiñas, também se já tem dados em relação a isso, que nós não temos.

----- Também falando ainda em estradas, ligações, essa está aqui, mas há muito tempo que se anda à volta disso e é um anseio muito grande daquelas populações, ligação de Babe a Labiados, se é desta que avança ou fica também uma vez mais para as calendas. E de Labiados a Gimonde também a ligação daquele acesso ali é para acabar ou não?

----- E também ainda mais um pedido de esclarecimentos, fiquei com dúvidas em relação à questão de Rossas, Sr. Presidente, portanto todos nós sabemos que a infraestrutura era da Câmara Municipal, portanto o furo teria sido pela Câmara e a estrutura que lá estava, mas não acha que ao fazer este negócio com a empresa da A4 que Rossas fica extremamente penalizada já que tinha ali um ponto de água que agora deixa de ter, portanto, e segundo parece, eles continuam a ter problemas muito sérios de abastecimento, no verão, não seria de, a Câmara, que fez esse negócio, ter chamada o Sr. Presidente e terem logo resolvido essa questão para evitar estes conflitos que eram desnecessários?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Tem a palavra, agora, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada.

----- **Norberto Costa** – Bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e seus Colaboradores, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, Comunicação Social, digníssimo Público.

----- Eu venho aqui também, como já veio o Adriano, pois nós dia 26 de dezembro temos a festa do Santo Estêvão, festa de grandes tradições, o Santo Estêvão era uma pessoa farta que apagava a fome ao seu povo, ainda hoje o povo revela essa tradição, falamos tanto em fome e é verdade que nas cidades, nas grandes cidades, há fome, mas nós Presidentes de Junta temos a obrigação, tanto os Presidentes de Junta das aldeias, como da cidade, como a Câmara, têm a obrigação de saber mais ou menos aquelas pessoas que necessitam, se havemos de gastar mais, pois ajudamos aquelas pessoas a que não caíam e que se levantem e que passem um santo Natal, porque se o nosso coração se abrir a Jesus, nada nos faltará, porque eu digo-vos de pequenino estando junto da minha mãe, havia alguém que batia à porta, a minha dizia-me: Vai ver quem é.....

----- Eu dizia-lhe: Mãe, é um pobrezinho!

----- E ela dizia-me: Ajuda-o a subir as escadas.

----- E chegado à lareira, ali se sentava, havia sempre um pote com casúlas ao lume, faziam-se-lhe umas sopas de azeite e alho, o pobrezinho ficava saciado com ela pequena refeição, não é por mero acaso, o Jesus que estava dentro do coração da minha mãe, porque morreram os dois pobrezinhos em casa e fez-se-lhe o funeral dignamente como se fosse uma pessoa de família, iam para a sala, punham-se em cima da mesa onde se comiam as refeições da festa, enquanto uns davam as tábuas, outros os pregos, os carpinteiros faziam o caixão, e aí se enterrava esse pobrezinho dignamente e hoje temos que estar preparados para isso porque ainda não estamos tão mal como muita gente diz, subimos, subimos na vida, foi demais, e hoje acontece qualquer coisa e já estamos todos assustados,

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tenho que o interromper porque eu estava a seguir o seu raciocínio a ver onde é que surgiam as questões, estamos no período de inscrições para pedidos de esclarecimentos à Câmara, não sei se o Sr. Presidente da Junta já terminou, ou tem alguma questão a formular?

----- **Norberto Costa** – Também estamos aqui para aprovar o Orçamento de Câmara! Eu acho bem que um orçamento de Câmara, também queria chegar lá, Sr. Presidente, eu queria dizer as minhas coisas que eu tenho gravadas na minha cabeça, no meu coração.

----- Um orçamento é sempre bom, para haver obras tem que haver um bom orçamento, sem orçamento não pode haver obras, hoje todos nós gostamos que a nossa aldeia esteja bem composta, tenha de tudo, porque ainda há pouco tempo aqui alguém da Mesa passou por a minha aldeia e disse: Vocês têm grandes ruas por compor! Pois temos!

----- **Presidente da Mesa** – Mas vou ter que lhe pedir que tem que terminar Sr. Presidente de junta porque, já ultrapassou os três minutos, tem que formular a sua questão à Câmara, por favor. Tem uma

questão para formular? Senão, tem que terminar a sua intervenção, ultrapassou os três minutos, ainda não formulou a questão:

----- **Norberto Costa** – Bom também quero agradecer aos Presidentes de junta e Câmara, que fizeram as grandes lagoas, obras das mais importantes, das mais importantes das aldeias, porque nós nas aldeias não podemos viver sem água, porque as nossas águas fogem para o mar e nós este ano fizeram-se represas, e muito bem, para os animais do campo, para os animais domésticos, para criar os nossos frutos e para tudo que seja necessário, para os incêndios, na minha aldeia houve um incêndio, ao cabo de meia hora estava instinto,.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, Sr. Presidente de Junta, eu vou ter mesmo que suspender a sua intervenção, é que não formulou nenhum pedido de esclarecimento, ultrapassou o tempo, peço que reserve esse tempo que necessite para uma intervenção para o período das intervenções, neste momento estamos nos períodos de esclarecimento, peço desculpa, mas esta é a figura regimental que cabe neste momento, pelo que, e por ter esgotado os três minutos, solicito que termine.

----- **Norberto Costa** – Pois eu só queria era convidar a gente para a festa de Santo Estêvão e desejar um Santo Natal para todos, que deus nos ajude, se alguém nos bater à porta damos a nossa esmola, e estou convencido que nós Portugueses vamos combater esta crise.

----- Teria mais para dizer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Sr. Presidente, peço desculpa, terminou o seu tempo, não queria interromper a reflexão do Sr. Presidente de Junta, mas eu estava á espera que surgisse a questão, e por isso permiti que se esgotasse o tempo.

----- Bom, não há mais pedidos de esclarecimento para formular à Exma. Câmara, pelo que abrimos aqui à Câmara o tempo necessário para proceder às respostas que foram solicitadas.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- O projeto da estrada Mós/Valverde/Paredes não foi excluído do Orçamento, tem a referência 24/2010, está dotado com cento e cinquenta mil euros, tenho dito que podemos aumentar o investimento se conseguirmos novos apoios de fundos comunitários, nós não conseguimos fazer mais do que aquilo que apresentamos, é impossível, se conseguirmos, se houver alguma abertura de avisos a nível de fundos comunitários que nos permitam fazer investimentos significativos na parte de estradas fá-lo-emos, sendo certo que no Plano de Atividades está previsto a intervenção de um conjunto de estradas, um conjunto com algum significado, nas intervenções que não são de grande extensão, em termos de investimento, todo o investimento que está direcionado para essas estradas, e estão listadas

numa folha ou duas, resultam de investimento próprio do Município, não há cofinanciamento e de facto para investimentos maiores temos que aguardar e tentar perceber se existe uma oportunidade de fazer uma candidatura, nesta fase final do quadro comunitário de apoio, para poder obter mais recursos financeiros.....

----- Nós, no Orçamento que apresentamos foi uma disponibilidade de nove virgula um milhões de euros de fundos comunitários contratualizados, não é uma previsão, portanto são contratos assinados, não podemos, mais que podia ser tentador meter aqui, por exemplo, quinhentos ou setecentos mil euros para esta estrada ou algo do género, com uma previsão de acessos a fundos comunitários, mas em termos de regras de construção do orçamento não podíamos fazer, estávamos impedidos de fazer, podemos considerar receitas que estejam contratualizadas mediante contrato assinado para o efeito se surgir essa oportunidade, seguramente será uma das prioridades.....

----- Há outros investimentos mais reduzidos, como seja a estrada da Petisqueira, está a destruir-se, é preciso um trabalho de conservação obrigatório, não se pode deixar destruir um património, a estrada que vai para a Senhora da Serra, a pavimentação que vai para Baçal com alargamento para Varge, agora do cruzamento de Avelada até ao Aeródromo, estamos a preparar um alargamento também, que é uma zona perigosa onde costuma haver acidentes, e portanto temos que orientar os recursos para as situações que são prioritárias. Temos que fazer um esforço para tentar a pavimentação de Coelhooso ao Rio, temos que tentar um esforço para a pavimentação de Laviados, a estrada de Grijó a Failde também é uma estrada estreita com alguns problemas, entre outras, portanto são investimentos que tentaremos fazer, é uma previsão se as receitas se, se concretizarem ao nível daquilo que é a nossa perspetiva.

----- Expansão da Zona Industrial das Cantarias, as questões relacionadas com património geológico - Não se tratou de haver uma recusa do estudo de impacto ambiental, mas sim uma clarificação dos respetivos estudos que foram feitos, elaborados os respetivos estudos geotécnicos, trabalhada especificamente essa matéria com o geólogo do LNEG no sentido de localizar corretamente os afloramentos, havia alguns erros na cartografia, discrepância entre a cartografia do PDM e do PU, situação que foi corrigida.....

----- A providência cautelar sobre Veiguiñas mantém-se, não tenho mais nada a acrescentar.

----- Em Rossas não houve negócio nenhum, houve um processo de exigência de indemnização por parte da Câmara da Municipal ao consórcio, construtor da Autoestrada.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Para pedidos de esclarecimentos não sei se há mais inscrições, se há alguém que queira fazer mais pedidos de esclarecimento?

----- Dá a impressão que não, passamos às inscrições para intervenções sobre este ponto?

----- Ana Cláudia, faça o favor.

----- **Ana Almeida** – Bom dia, de novo.

----- Sobre este ponto do Plano de Atividade e do Orçamento, Sr. Presidente, com melhor espírito de colaboração lhe digo que leio este Orçamento e este Plano de Atividades como muito mais materialista do que propriamente imaterialista, o que é que eu quero dizer com isto? E parece-me que do ponto de vista materialista ele está consolidado, se nós analisarmos o documento nota-se que este Plano de Atividades Plurianual e do Orçamento é muito sustentado e muito ancorado na base da manutenção ou do reforço daquilo que já está feito, portanto em termos materiais eu diria que estamos na praia, a expressão está na moda, estamos numa praia confortável, para o Sr. Presidente. Portanto falamos ou de obras, ou de materialização, materialização num sentido de adquirir sistemas de informação de apoio à gestão para a desmaterialização dos procedimentos, uns por vontade própria, outros por imposição legal, e parece-me que portanto tudo isso tem que ser feito, mas estamos, como eu estava a dizer, no domínio da consolidação e portanto as coisas desenrolam-se por si mesmas e portanto tendo sido aprovadas as obras e as infraestruturas obviamente terá que esta Assembleia ser responsável no sentido de não cortar as pernas e permitir a sua viabilização.....

----- Parece-me que, Sr. Presidente, e mais uma vez desta feita me dirijo a si, este é seu último Orçamento e acho que poderia ter uma aposta, e espero que as outras rubricas possam comportar esta proposta do CDS/PP, nomeadamente para aspetos mais imateriais e de ação social.....

----- É com alguma pena que noto que a parte da ação social, se compararmos o documento, há aqui algum desequilíbrio, portanto entre as questões materiais e as questões de ação social, e parece-me que poderia haver uma aposta do Município naquele que é o seu papel de alternatividade ao Governo Central.

----- De facto é o próprio Sr. Presidente que reconhece que esta crise está a afetar a qualidade mínima de vida de alguns cidadãos. E, por exemplo na parte escolar, em vez de se apostar na compra de alguns manuais escolares para os alunos que estão no primeiro escalão, ou 50% no segundo escalão de apoio social, porque não, Sr. Presidente, pensar, tal como já se faz noutros países, numa bolsa de manuais, até concertada com livrarias e papelarias do Distrito, de fazermos a bolsa dos manuais escolares do primeiro e do segundo ciclo? Seria uma coisa para pensar.

----- De facto, de acordo com a política dos manuais escolares, durante quatro anos eles têm que se manter. Porque? Todos os anos os pais terem que comprar manuais escolares!

----- Não poderia ser a própria Câmara a centralizar essa função e criar, digamos assim, um fundo de manuais que simultaneamente criasse a distribuição por todos, a gratuidade? Ou seja, os manuais são das escolas, os meninos e as famílias ficam obrigados a no início do ano levantar os manuais e a devolvê-los no fim do ano, e portanto iam passando de geração em geração.....

----- Outra questão, Sr. Presidente, poderia ser no apoio às vacinas, a saúde é completamente ignorada neste Plano de Atividades, não se vê nenhuma ação concreta projetada estrategicamente pela Câmara. Como nós sabemos temos o Plano Nacional de Vacinação mas também temos vacinas fora do Plano Nacional de Vacinação e muitas delas têm que ver com questões de saúde pública muito importantes, são as vacinas mais caras, que são as das meningites, as da hepatite A. Porque não a Câmara suportar todas as vacinas que estão fora do Plano Nacional de Vacinação como apoio às famílias? Já para não falar nas acessibilidades dos idosos? Por exemplo, como sabe, Sr. Presidente, ainda na área da saúde muitos dos médicos de família os serviços dos Centros de Saúde andam sistematicamente a telefonar para os utentes para virem fazer uma consulta de rotina para manterem o seu lugar na lista dos médicos de família, e isso muitas vezes não é feito por falta de acessibilidades.

----- Sr. Presidente, nesta perspetiva pedia-lhe que, naquilo que ainda é possível, revisse nomeadamente no plano de ação social, porque, como eu diria, acho que a aposta do Município deve ser, neste momento, naquilo que é imaterial e que não se vê tanto e não tanto nas obras, como já se viu, são para fazer e são para manter. E mais, a minha perceção é que este orçamento é um orçamento de manutenção e de reforço. Portanto isto não é nada, e ainda assim nós estamos a gastar muito dinheiro. Portanto valeria a pena redistribuir as despesas.

----- Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Eu vou referir aqui os nomes de que tomei nota para intervirem sobre este ponto, se algum não tomei que me diga.

----- Ana Cláudia, que fez agora, Leonel, Luís Vale, Luís Filipe, Amândio Gomes e Vítor Prada. Portanto tomei nota de todos. Muito obrigado.

----- Ora, chamo, agora, Leonel Fernandes.

----- **Leonel Fernandes** – Exma. Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caríssimos Deputados, Exmos. Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público, a todos muito bom dia.

----- O Executivo Municipal traz-nos aqui hoje para aprovação, um Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013 que, na perspetiva da CDU, não serve os interesses nem dos trabalhadores nem da população do nosso Concelho.

----- Este é um Orçamento que está na linha política do Orçamento do Estado, aprovado pelo PSD e Pelo CDS, tendo sido rejeitado por todas as restantes forças políticas, com assento parlamentar, porque não leva em linha de conta as reais necessidades do País e do Povo e que nos arrasta para um poço cada vez mais fundo, do qual só conseguiremos sair com uma verdadeira rotura destas políticas.

----- Ora, numa altura de fortes restrições, de austeridade sobre austeridade, também aqui, em Bragança, precisávamos de um Orçamento virado para a melhoria ou, pelo menos, para atenuar a forte queda das condições de vida e bem-estar da nossa população.

----- Mas, pelo contrário, o que vemos é um Orçamento nada preocupado com as pessoas, com as áreas Sociais, Culturais, ou com a fixação da Juventude, entre outras áreas fundamentais para o desenvolvimento do nosso Concelho.

----- É um Orçamento que continua a não fazer uma descentralização efetiva de competências, meios técnicos e financeiros para as freguesias, deixando-as na dependência do chapéu na mão e a fazer o choradinho.

----- Para um Município que se diz apostado no “ECO qualquer coisa” ou “ECO tudo”, ultrapassada que está a primeira década do Século XXI ainda estamos, com muito do nosso território sem Saneamento Básico, ou existindo não está devidamente tratado, nem há perspectivas que esteja tão depressa, eu diria que é um concelho “ECO nada”.

----- Portanto, aqui se vê que este Orçamento é mais o mesmo.

----- Construção de equipamentos, embora a CDU concorde com muitos deles, sem um plano estratégico de desenvolvimento global, integrado e sustentável.

----- Porque este Plano e Orçamento não apresentam nada de novo, não serve os interesses dos trabalhadores, nem tem em conta as necessidades do Concelho e da sua população, a CDU só pode, em consciência e coerência, votar contra.

----- Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Chamo para uma intervenção, Luís Vale.

----- **Luís Vale** – Cumprimento o Sr. Presidente, acabado de chegar à Mesa, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Presidentes de Junta de Freguesia, Público, Comunicação Social, bom dia a todos.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “A leitura e análise deste documento, com pouco esforço, pode-se confundir com a leitura e análise dos documentos relativos aos anos anteriores, o que, de imediato, nos revela uma persecução de políticas e de projetos municipais, que apesar de democraticamente sufragados e legitimados pelos munícipes, significaram ao longo de todos estes anos um deteriorar do estado e das condições de vida para as nossas populações.

----- Do nosso ponto de vista, essa permanência, essa insistência se teve efeitos positivos, e é evidente que os teve – tal como a bancada do PSD aqui não se cansa de os enumerar e elogiar, também teve efeitos prejudiciais e até dramáticos – tal como o BE foi aqui denunciando e que o tempo e, em especial, o tempo de agora, se encarrega de nos demonstrar. Mas mais, essa permanência demonstra claramente que os desafios, os problemas, as expectativas se mantiveram ao longo de todos estes anos.

----- A capitalidade de Bragança, por si, não foi suficiente para cativar, para motivar as pessoas, o investimento, os bens e os serviços. Muito pelo contrário, o esvaziamento prossegue, umas vezes mais rápido, outras vezes mais lento, mas assertivo e persistente. Mas para este executivo, para esta maioria, não é verdade, tudo está bem debaixo deste céu e por isso constrói, constrói, constrói... Persiste em fazer crescer a cidade, urbaniza e vai buscar lugares rurais, mas não cuida da cidade; Imagina uma expansão industrial, mas sem indústria. Não percebemos, não precisamos, não queremos.

----- Ao contrário do que um dia Einstein escreveu e este documento cita, o atual executivo não superou, não se superou, mas sim foi superado por uma realidade complexa e de crise, para a qual quinze anos de mandatos e de maiorias não foram suficientes para perceber e combater. É pena.

----- Meus senhores, minhas senhoras,

----- Votamos pela última vez as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, propostas por este executivo que governou durante 4 mandatos. Felizmente vai acabar. Estou convencido que esta será a última vez que votarei contra este tipo de documento. Veremos”

----- Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Passamos a chamar, agora, o Sr. Deputado Luís Filipe Fernandes, do PS.

----- **Luís Fernandes** – Uma vez mais, a todos um bom dia.

----- Ora bem, em relação a este orçamento temos a dizer o seguinte:

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Se compararmos os censos de 2011, com os realizados uma década antes (2001), verificamos que em Trás-os-Montes e Alto Douro somente resistiam quatro concelhos em crescimento populacional

(Bragança, Mirandela, Vila Real e Chaves). No entanto, no recenseamento de 2011 apenas escapam à perda generalizada as capitais de distrito (Vila Real e Bragança). No caso concreto do concelho de Bragança, assiste-se a um envelhecimento drástico. Não há crianças, os jovens e alguns menos jovens partem, em breve os adultos serão poucos e, se não formos capazes de estancar e ulteriormente inverter este fenómeno, estaremos perante um desfecho que se afigura dramático.

----- Este drama agudiza-se ainda mais nas nossas freguesias rurais onde a perda de população é por demais notória. Mundo rural, que ao invés de receber por parte dos atuais poderes, central e autárquico, incentivos positivos, que contribuam para a fixação dos nossos jovens, pelo contrário, é espoliado todos os dias de serviços e competências que adquiriram e consolidaram ao logo do tempo, como foi o caso recente das extinções criminosas de centenas de Juntas de Freguesia por este país fora.

Nos últimos 30 anos Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu cerca de 120 mil habitantes.

----- Esta questão do despovoamento e da interioridade é um imperativo nacional que colheu a sensibilidade e a solidariedade ativa do Partido Socialista de Bragança, nomeadamente pelas posições assumidas pelos seus vereadores na Câmara Municipal e pelo seu grupo parlamentar nesta Assembleia. A relevância e transversalidade da interioridade são por nós assumidas com a gravidade que lhe é reconhecida, mas com o otimismo de quem interpreta esta realidade como uma oportunidade e um desígnio geracional, desde que assumido de forma consciente e consequente.

----- O anterior Governo do partido socialista, percebeu e assumiu conscientemente esta questão da interioridade, quando o então primeiro-ministro, *e aqui a Dr. Cláudia à bocadinho não se lembrava quem apelidou a Autoestrada da Justiça, foi, e eu digo-lhe, José Sócrates, sim, sim foi ele, ...até prova em contrário*, apelidou a A4 como Autoestrada da justiça para com Trás-os-Montes subsidiou e manteve a carreira aérea, comprometeu-se com o helicóptero e cumpriu, entre muitas outras iniciativas de discriminação positiva para com esta nossa região.

----- Visão e comportamento bem diferente tem tido este Neo Liberal governo da coligação PSD/CDS. Vamos continuar com o problema da travessia do Marão, é uma vergonha o túnel continuar parado, o avião já foi, já aqui vimos, o helicóptero, por vontade do governo também já tinha ido, isto para só falarmos de algumas situações das quais esta região está a ser espoliada, todos os dias e às quais o executivo municipal não tem sabido, ou podido, opor-se. Que sorte nós temos em ter um Primeiro-ministro que diz ser transmuntano!

----- Importa pois identificar quais os instrumentos ao dispor dos atores regionais que sejam potencialmente capazes de concretizar novos caminhos para, numa primeira fase estancar o processo de despovoamento e de consolidação da qualidade de vida. Bragança não será sustentável se não

estancar a fuga de população e se persistir na rota do imobilismo, por mais faraónicas obras que execute.

----- A consubstanciação de matrizes fundamentais e de opções estratégicas alicerçam-se em documentos enquadradores. O Plano Plurianual e o Orçamento são instrumentos com essa natureza e marcos determinantes da vida da autarquia espelhando a vivência e a participação de cada um dos atores no processo. É este o momento e o espaço para, com responsabilidade e razoabilidade, desenhar macro estratégias e gizar diretrizes consentâneas que fomentem a competitividade de Bragança face a concorrentes internos e externos, que em nosso entendimento não se encontram vertidas no plano.

----- Por outro lado entendemos que os instrumentos previsionais em apreciação devem ser enquadrados com os atuais contornos conjunturais, conferindo-lhe a indispensável flexibilidade para o amortecimento dos constrangimentos que se atravessam, em concomitância com a indução e a agilização de etapas posteriores de crescimento económico. Acolher-se-ia, também, de forma positiva, um pacote fiscal autárquico que aliviasse o fardo dos Brigantinos, nomeadamente com a definição de taxas mínimas em matérias de fiscalidade e nos diversos itens dos serviços municipais. Também, em momentos como o presente, a solidariedade não pode ser uma palavra vã. Deverá traduzir-se em atos e ser substantiva em sede de dotação orçamental. Apenas assim se concretizará um eficaz e eficiente apoio aos mais desfavorecidos e aos mais vulneráveis às vicissitudes conjunturais.

----- O envelhecimento da população, a inexistência de emprego para os jovens, fundamentalmente pela tal ausência de políticas integradas que atraíam investimentos para a região, exigem por parte da autarquia uma atenção redobrada e proactiva. A criação de emprego e a inversão dos fluxos migratórios, através da fixação dos jovens da região e da captação de ativos externos carece da ação concertada de instituições públicas e privadas e também das autarquias, fomentando o empreendedorismo, a sustentabilidade e humanização do concelho, bem como a capacidade de antever cenários e criar soluções, predisposições que não estão plasmada na proposta de plano e orçamento.

----- Por considerar que os documentos que suportam o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades corporizam e materializam projetos, onde não nos revemos e não sustentam preocupações e linhas de força que consideramos vitais para o desenvolvimento, afirmação e projeção do concelho, por ausência de:

Criação de políticas sociais e de solidariedade;

Conceitos de gestão urbana, assentes em competências abrangentes, endógena, ecológica e identitariamente coerentes para a cidade;

Pragmatismo no desenho e na consecução de políticas de crescimento e de afirmação sustentáveis para o concelho;

Promoção de sinergias que induzam o empreendedorismo privado em setores e fileiras de forte potencialidade regional;

Condições para a fixação e a empregabilidade de quadros técnicos e de outra mão de obra qualificada. ..

Votamos assim contra o Orçamento apresentado, visto que o documento é, por referência aos pressupostos supracitados, pouco ambicioso, respondendo a questões com mais de dez anos de existência, que surgem na senda de decisões erradas tomadas pela maioria que lidera o executivo municipal.”

-----Tenho dito.

-----**Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.....

-----Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira.

-----Devo dizer que é o registo que temos aqui, peço desculpa, mas a Sra. Secretária deu-ma a lista, deu-ma a lista.

-----**Vítor Pereira** – Bom, eu só venho aqui acrescentar e não vou fazer, até porque a explanação foi feito pelo meu camarada Luís Filipe, que é a posição do partido, e é oficial, só que tenho que fazer aqui alguns comentários, ao que o Sr. Presidente da Câmara disse em relação aqui a um ponto ou dois e que para o PS é importante marcar aqui uma posição em relação a esses assuntos.

-----A questão da estrada Laviados / Gimonde - Eu lembro-me muito bem, quando fui fazer campanha eleitoral há quatro anos e vi o estado em que estrada estava, e vi o estado em que saí de lá com a viatura, eu e as pessoas que, na altura, nos deslocámos a fazer a sessão de esclarecimento, e passados estes quatro anos a estrada continua na mesma. É claro que eu não sou, de maneira nenhuma, antes pelo contrario, contra investiremos que se fazem neste ou naquele ponto, neste ou naquela estrada, neste ou naquele alargamento, nesta ou naquela ligação ao rio ou à ribeira, seja lá onde for, de maneira nenhuma, agora, eu acho que numa altura de crise, numa altura em que é fundamental, como se costuma dizer, contar os tostões, temos que ter investimentos prioritários, e se gastamos o dinheiro em estradas ou em melhorias, ou em asfalto deste ou daquele local, parece-me que, e esta Assembleia tem que tomar consciência disso, a estrada de Laviados é premente, porque aqueles munícipes que vivem em Laviados têm tanto direito de circular em asfalto como tem qualquer munícipe de qualquer ponto do Concelho.....

----- E, portanto, Sr. Presidente peço-lhe que reveja, ou veja a posição em relação a esta questão de Laviados, porque, sob pena de eu pensar que há aqui alguma componente política que eventualmente

não deveria existir. E portanto é neste sentido que eu lhe faço este pedido. Parece-me que agora vem aí a primavera e é altura adequada para asfaltar esse bocado de estrada que falta no nosso Concelho, parece-me que é a única localidade, eu sei que é pequenina, eu sei que vive lá pouca gente, mas tem a mesma dignidade e tem o mesmo direito de ter asfalto como tem outra qualquer, e, dizia eu, parece-me que é a única localidade deste Concelho que não tem asfalto, portanto parece-me que é altura própria para resolver o assunto, não andamos cá com mas nem mais més, não vem a verba, é altura de resolver o assunto, Sr. Presidente tenha paciência, tem que ser feito, e o Partido Socialista marca aqui esta posição, porque tem que o fazer.

-----Por outro lado também, já agora que estamos em marés de Juntas do PS, parece que eu estou a defender as Juntas do PS, mas faria-o em qualquer parte, a qualquer localidade deste Concelho, fosse ou não fosse do PS..

-----A questão de Rossas - Sr. Presidente, eu acho que um Presidente de Junta tem a mesma dignidade e tem o mesmo apreço e deve ter o mesmo respeito que tem o Presidente de Câmara, e portanto o Presidente de Junta de Rossas merece todo o respeito e merece toda a consideração para qualquer assunto que seja tratado no âmbito da sua Freguesia, ser ouvido e achado na questão. E portanto Sr. Presidente, eu sei e eu percebo perfeitamente que o equipamento é da Câmara Municipal, mal seria que não fosse da Câmara Municipal, agora o que eu sei também é que eles perderam uma mais valia em relação ao equipamento que lá estava porque estava ali utilizado, pelos vistos, um depósito de água que servia os utentes e os fregueses de Rossas. E, portanto, Sr. Presidente, eu sei que os vinte e tal mil euros para a Câmara Municipal podem ser importantes, há bocado disse que os tostões é importante contá-los numa altura em que estamos, mas a Junta de Freguesia de Rossas também tem as suas beneficências e os seus arranjinhos para fazer na sua Freguesia, e portanto,

----- **Vítor Pereira** – Arranjinhos, entre aspas, é evidente, não queira conotar arranjinhos com... o Sr. da Junta de Freguesia de Santa Maria é muito atento a estas questões linguísticas quando lhe dá jeito, mas percebeu-me muito bem, o Sr. percebeu-me bem, eu sei que não é, ainda bem que não é, o Sr. percebeu-me bem.

-----Portanto, Sr. Presidente, peço-lhe também que tenha lá uma atenção com a Junta de Freguesia de Rossas e chame o nosso Presidente, que até é um rapaz cordial e veio aqui com a maior das cordialidades levantar a questão, para que efetivamente esse assunto se veja.

-----Outro assunto também que me deixou alguma preocupação é a questão da Pousada da Juventude, Sr. Presidente. O Sr. Secretário de Estado, eu sei que veio aqui e veio numa visita de cortesia

e de muita amabilidade, mas, Sr. Presidente, nós temos que ter atenção a isso, eles podem-nos encerrar, à semelhança de outros serviços da Pousada da Juventude, a qualquer momento, eu sei que existe um protocolo com o IPB e é esse protocolo que nos está a garantir a tal ocupação da Pousada da Juventude. Mas, Sr. Presidente, eu lembro-lhe que o Sr., e muito bem, fez e acho que já estão prontas, duas Pousadas para jovens do ERASMOS, agora, aqui na Zona Histórica, e portanto é claro que se o Politécnico puder deslocar os estudantes do ERASMOS para uma Pousada que lhes pertence, com certeza que não vai manter o protocolo com a Pousada da Juventude, isso vai fazer com que a tal ocupação que o Sr. Presidente falou, acabe, e nós temos que equacionar isso, porque pode-nos levar a um equipamento daquela natureza ter que ser encerrado, e portanto eu espero é que este Governo que já tem encerrado ou que promete encerrar ainda mais, que não o faça em relação à Pousada da Juventude.

-----Para já tenho dito, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Para finalizarmos as inscrições para intervenções, chamamos o Sr. Deputado do PSD, Amândio Gomes.

----- **Amândio Gomes** – Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretário de Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores.

----- Antes de ler a exposição que em nome do PSD elaborei, queria fazer algumas considerações em referência ao que aqui foi dito pelos diversos partidos. O CDS/PP pôs a tónica do sentido do seu voto especialmente na falta de atenção das obras imateriais, isto é, no sentido de ajuda às pessoas que carecem de ser ajudadas. Devo dizer que a Câmara este ano que já transferia para as diversas IPSSs, verbas consideráveis, aumentou as verbas a transferir em duzentos e dezoito mil e quinhentos euros.

----- O PCP como sempre diz tudo, mas não faz nada, pelo que não merece, enfim, muito reparos, para ele tudo é nada, de maneira que não vale a pena falar mais no assunto.

----- O Bloco de Esquerda, pois refere que o Orçamento não é mais do que a continuidade dos outros orçamentos anteriores.....

----- Tem que assim ser, as obras não se encontram desligadas umas das outras e muitas delas duram vários anos para serem elaboradas.

----- Diz também que a capitalidade não foi suficiente para cativar os investidores, ainda não os cativou todos, quantos seriam desejáveis, mas alguns já cá estão.

----- A Câmara constrói, constrói! Não acha que ela nunca deve parar? Eu penso que tem que construir os equipamentos necessários para que aqueles investidores que para aqui desejarem vir possam sentir-se bem e continuar a ser um de nós.

----- Sr. Dr. Luís Filipe refere-se ao envelhecimento das populações, é um facto, mas a Câmara também sabe isso e tudo tem feito no sentido de fixar os mais jovens, promovendo a criação de empregos não diretos pela Câmara, porque a Câmara não pode criar todos quantos empregos são necessários, mas fazendo as infraestruturas e trazendo alguns equipamentos, com isso está a conseguir que alguns jovens se possam fixar na nossa terra.

----- Após isto e de harmonia com a proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 26/11/2012, verificamos que compete a esta Assembleia analisar e discutir o Orçamento, o Plano de Atividades Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos, o Mapa de Pessoal e os Compromissos Plurianuais, relativos ao ano de 2013.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

“Todos estes documentos foram elaborados em cumprimento dos preceitos legais vigentes, com observância das regras do POCAL e das orientações previstas no Orçamento do Estado para o ano de 2013, as quais em virtude de nos encontrarmos num estado de recessão, impõem uma redução significativa de receitas, que obriga à contenção de algumas despesas.

Não pretendendo maçar Vs. Ex^{as} com uma imensidão de números, dispenso-me de fazer uma análise exaustiva dos documentos em apreço, pois o Senhor Presidente da Câmara Municipal já explicou de forma muito clara, todo o seu conteúdo, exibindo mapas comparativos devidamente quantificados.

Cabe-me, contudo, explicitar as razões do voto favorável do Partido Social Democrata, realçando os pontos fortes que estiveram na génese das grandes opções do Plano do Atividades e respetivo Orçamento para o ano de 2013, e do Plano Plurianual de Investimentos, que são:

1- Manter uma gestão eficiente e de rigor, que garanta uma preocupação constante na otimização dos recursos financeiros disponíveis, quer eliminando gastos desnecessários, quer consolidando a capacidade e qualidade de resposta do município perante o conjunto significativo de infraestruturas e equipamentos disseminados por todo o concelho, que só os ilusionistas mais angustiados parecem não querer ver.

2 - Continuar a incentivar a atividade económica e a promoção do emprego, através da construção do Parque de Ciência e Tecnologia, da ampliação da zona Industrial das Cantarias, da instalação definitiva da feira e do recinto de promoção das raças autóctones.

3 - Continuar a defender e valorizar o meio rural, para evitar a sua total desertificação, já que a promoção da indústria agrícola terá de fazer parte integrante do desenvolvimento económico do nosso concelho.

4 - Apoiar de forma mais intensa como disse as IPSS's, bem como as Juntas de Freguesia, com vista à satisfação das necessidades a que a Segurança Social devia e não consegue responder com eficácia, perante a grave crise que sobre nós se abateu, mercê de políticas erradas dos vários (des) governos que têm presidido aos destinos do país.

5 - Ampliar e consolidar a intensa atividade cultural que o município vem desenvolvendo, através da construção de algumas infraestruturas em falta, pois esta atividade é uma componente intrínseca da atividade turística bragançana que ao longo dos últimos anos tanto se tem valorizado.

6 - Resolver de uma vez por todas o problema do abastecimento de águas ao concelho, concretizando a construção da Barragem das Veiguiñas, em parceria com a empresa das ATMAD.

----- Estes são, a nosso ver, os pontos fortes do culminar duma política que tem sido implementada, com denodo e sem desfalecimentos, ao longo destes 15 anos de governação autárquica e têm permitido transformar o concelho e a cidade de Bragança, num verdadeiro centro de desenvolvimento económico, social e cultural que causa a admiração e o fascínio de todos quantos nos visitam e estou certo que há de irradiar para outras regiões menos desenvolvidas.

----- Ao contrário do que aconteceu noutras zonas do interior, também abandonadas pelo Poder Central, Bragança, embora sofrendo as consequências nefastas dum envelhecimento populacional acentuado, tem conseguido fixar e até aumentar a sua população, mercê de uma política ativa do executivo municipal, que, em 15 anos, dotou o concelho e a cidade das infraestruturas fundamentais e necessárias à criação de empregos, nos mais variados setores da vida local.

----- Se não tivessem sido implementadas as políticas que a cegueira congénita e a letargia de alguns elementos da oposição teima em desvalorizar, Bragança não passaria de uma triste e pequenina cidade do interior, sem futuro.

----- Esquecem-se que o desenvolvimento de uma região não se faz num estalar de dedos e só se pode concretizar por fases e em função dos meios financeiros disponíveis. Devo lembrar que o Sr. Eng.º Jorge Nunes foi, até hoje, o autarca que melhor soube angariar e aplicar os avultados meios financeiros necessários à construção das estruturas e equipamentos imprescindíveis ao desenvolvimento económico, social e cultural sustentados do nosso concelho.

----- Podem chamá-lo de megalómano, até de sonhador, pois o futuro é daqueles que acreditam na beleza do sonho, mas a realidade diz-nos que ainda nenhum de nós o soube igualar na função de bem governar.

----- Ele conseguiu encurtar significativamente muitos prazos nos caminhos do desenvolvimento e despertar o interesse dos investidores, mas tal como o PSD que o apoia, ainda tem esperanças e acredita que uma vez concluído o Parque de Ciência e Tecnologia e aliviada a crise que outros provocaram e nós tentamos debelar, a incubação de empresas e o acolhimento de empresas tecnológicas, com a conseqüente criação de empregos, a hemorragia da mão de obra qualificada que agora se verifica, será estancada e a juventude poderá permanecer e desfrutar da qualidade de vida que Bragança lhe oferecerá sem parcimónias.

----- Senhor Presidente:

----- Quero dizer-lhe que tenho pena que este seja o seu último ano dos seus mandatos à frente dos destinos do nosso Município, pois sei bem que ainda tinha muito de bom e útil para oferecer a esta sua e nossa terra.

----- (disse) ”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Esta foi a última inscrição para as intervenções no âmbito do ponto em discussão, pelo que, e eu recorde, análise e discussão dos Documentos Previsionais para o ano 2013, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal, Mapa de Pessoal e Compromissos Plurianuais.....

----- Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para as considerações finais.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

----- Nas considerações finais queria deixar algumas notas, a primeira tem a ver com a intervenção do Sr. Deputado Vítor Pereira, não quero deixar passar também em branco uma situação destas, quer dizer, vão ser dezasseis anos e seguramente que não haverá nenhuma situação de menos consideração por nenhum dos Autarcas legitimamente eleitos nas Freguesias, gente boa, gente que tem feito imenso pelo Concelho, de uma forma absolutamente notável, com uma entrega absoluta à causa pública. Têm de facto nestes anos sido Presidentes de Junta com capacidade de execução, numa relação muito estreita de parceria com a Câmara Municipal, o que é sabido não existir em muitos municípios, que não têm o apoio e a parceria e os recursos financeiros que têm mantido com a Câmara Municipal, com o Executivo. Obra feita é absolutamente gigantesca por parte das Freguesias, e a Câmara Municipal tem sido um parceiro presente, absolutamente presente nesse âmbito, e portanto não quero que fique essa questão,

de ser uma exigência, não é uma exigência, é uma determinação de primeiro momento da nossa parte na relação com o poder Autárquico, no âmbito de uma afirmação clara e de uma linha orientação política clara, dignificar o poder local, fortalecer a cidadania, tem sido assim com o Sr. Elídio, Presidente da Junta de Rossas, e com os que o antecederam, pois fizeram-se coisas muitas boas para a freguesia, penso eu, nos últimos tempos, nos últimos anos.

----- Sem fazer uma listagem exaustiva: A beneficiação da estrada de ligação de Rossas a Rebordainhos, beneficiou as duas Freguesias, foi um investimento importante; todo o trabalho feito para a Senhora do Pereiro, que tanto valoriza a Freguesia de Rossas, foi um trabalho onde a Câmara esteve sempre presente, sempre presente; o cemitério; a pavimentação de ruas; o arranjo da sede da Junta de Freguesia; da escola; os trabalhos na estação da CP; tanto trabalho que foi feito, se nos próximos vinte anos forem feitos tantos trabalhos eu acho que o Sr. Presidente, cidadão Elídio, deve dar-se como satisfeito, feliz por ver essa evolução, seguramente que fará essa avaliação.....

----- Sra. Deputada Ana Cláudia Guedes - Falou nalguns aspetos que são relevantes e seguramente que serão uma preocupação crescente no quadro da gestão do Municipal, enfim, há etapas que se concretizam há outras que se abrem com assunção de novas competências, com o avanço que os Municípios podem fazer ainda que mesmo de carácter não formal, no quadro das competências, mas essa evolução vai ter que ocorrer.

----- Diria que na área da saúde não estamos propriamente a zero, às vezes temos projetos que não são suficientemente divulgados por o Município ou acompanhados pelos Srs. Deputados Municipais, há um projeto que se faz com todas as escolas de ensino pré-escolar no âmbito da saúde oral em colaboração com o Centro de Saúde, com resultados positivos.

----- O Município apoia e colabora com transporte de mulheres para fazer exames no IPO, fá-lo com regularidade, a unidade Móvel de Saúde atua num quadro de cooperação com o Centro de Saúde, com o ULSN, contatando os cidadãos mais idosos, mais isolados, enfim tentando fazer o acompanhamento sistemático e fá-lo mediante um quadro de intervenção definido pela responsável do Centro de Saúde, portanto o Município está presente e garante, na parte material, o apoio a este projeto, sendo a parte de enfermagem, médica, garantida pelo Centro de Saúde.

----- Deixar outra nota que tem a ver ainda com os Presidentes de Junta e com a estrada de Laviados, temos este projeto orçamentado de forma bem evidente no Orçamento, em 2009 a Freguesia quis que se iniciasse um processo de retificação e alargamento da estrada, disse à população que não teríamos condições para reagir de imediato na pavimentação, teriam que ficar algum tempo com a estrada em terra, mas com piso razoável, com carácter transitório, e a opção da Freguesia foi a de que preferiam que

se fizesse a retificação e o alargamento, que envolveu bastante investimento da parte do Município, uma vez que as condições de circulação e de segurança naquela estrada eram, de facto, muito precárias e havia acidentes com muita regularidade. Foi uma opção feita conscientemente num quadro de diálogo entre a Câmara e a população, portanto ninguém enganou ninguém. E, portanto, neste Orçamento há dotação para tentarmos fazer aquilo que é a nossa vontade, vontade, de facto, de não ter nenhuma ladeia com acesso precário, mesmo estando pavimentado era absolutamente precário e extremamente perigoso. Essa situação eu penso que o Presidente de Junta conhece bem, o essencial do alargamento foi feito já durante este mandato, não foi antes das eleições, foi já durante este mandato, o grosso do trabalho, portanto faremos isso, tentaremos fazer, digamos, tomar esta iniciativa como uma vontade própria e não como uma exigência política, fazemo-lo de forma clara, com a consciência daquilo que acordámos com a população, com o calendário que temos pela frente e eu penso que responderemos positivamente nesse âmbito.

----- Os Srs. Presidentes de Junta, ao contrário do que diz o elemento da CDU, não andam de chapéu na mão perante a Câmara, andavam sim em tempos passados, deixaram de andar, fizeram obra, obra que os dignifica e de que devem sentir orgulho, com apoio financeiro da Autarquia, para além do previsto no plano, apoiando projetos específicos a nível técnico, a nível de fiscalização, a nível financeiro, e eu acho que se os Srs. Presidentes de Junta, porque conhecem outros Concelhos, sabem o que se passa com outros colegas e sabem muito bem que há vários Concelhos, mesmo no Distrito, onde não há transferências do Município para as Juntas de Freguesia, nem sequer as podem fazer porque não têm essa disponibilidade, mas não há por opção, por princípio da relação, e não tem sido assim com a Câmara de Bragança, em ano nenhum, não foi em 2012 e não será em 2013.

----- Em 2012 o Município transferiu, cerca de três vezes mais, verbas para aplicação direta por parte das Juntas de Freguesia, do que aquilo que estava no quadro de referência no respetivo Plano de Atividades. Portanto pensamos em 2012 continuar a fazer esse trabalho, no sentido das Juntas continuarem a responder àquilo que são investimentos prioritários, sendo certo que a realidade nas Freguesias não é, hoje, igual à realidade de há dez anos ou há quinze anos atrás, estamos perante uma escassez de recursos financeiros e ninguém tem o direito de utilizar, só por querer fazer, utilizar dinheiro em coisas que não são imediatamente prioritárias, os recursos são públicos, veem dos impostos e todos temos que ter essa consciência, no Município e nas Freguesias. Nós sabemos, a pressão do povo é sempre para querer mais e mais, isso é uma pretensão legítima, natural, surge nas aldeias, surge na cidade, surge junto dos Srs. Presidentes de Junta, surge junto do Presidente da Câmara, mas nós temos que ter também a frontalidade suficiente para em determinadas situações dizer que se considera que

determinadas tipo de solicitações não são solicitações prioritárias e que seja possível concretizar face à escassez de recursos, portanto temos que ter sem receio essa possibilidade de o fazer.

----- No Plano de Investimentos para o não 2013 os recursos disponíveis estão claramente orientados para a finalização de um projeto de modernização administrativa do Município, é sabido, e que envolve a construção de instalações novas para o Município, para a área económica uma fatia muito significativa, muito expressiva, e da área económica, a parte industrial e a parte da agricultura, o essencial dos investimentos, retirado o investimento nas instalações da sede do Município, estão direcionadas para a parte da atividade económica. Com a economia cria-se riqueza e pode-se combater a pobreza.....

----- Na área da segurança social temos uma verba significativa, maior do que no ano anterior, é bem visível, para apoiar instituições, modernização e ampliação de instalações necessárias para poderem estruturar e garantir as respostas sociais, se não tiverem instalações próprias não conseguem ter respostas sociais, portanto não conseguem ir ao encontro dos cidadãos. Foi uma opção que fizemos na Câmara, foi não financiar despesa corrente nas instituições mas sim financiar a construção de instalações para que as respostas sociais possam ser garantidas de forma eficiente e com mais qualidade.....

----- E temos outra área que é parte da mobilidade e segurança para a qual está alocada a um conjunto significativo de verbas que têm exatamente a ver com a beneficiação de estradas e pavimentações. Também na área de saneamento básico algumas verbas estão definidas.

----- Foi o Orçamento possível, um Orçamento ainda com valor significativo, num quadro de contratualização financeira comunitária com alguma expressão, é este o Orçamento que nós pretendemos implementar e, seguramente, que vamos com ele obter bons resultados para continuar a qualificar o nosso Município e garantir mais qualidade de vida e bem estar, e mais justiça social.

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Srs. Deputados estão 84 Deputados na sala, vamos passar à deliberação sobre este ponto da agenda de trabalhos.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM TREZE VOTOS CONTRA, CINCO ABSTENÇÕES E SESENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E QUATRO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Existe uma pretensão para proceder à declaração de voto. Ana Cláudia Guedes de Almeida do CDS/PP, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – O CDS/PP absteve-se porque tem tido a perceção daquilo que tem sido o seu papel nesta legislatura, digamos assim, e de facto ao longo das várias sessões ordinárias e extraordinárias temos votado um plano de atividades para a Câmara Municipal e este resulta da continuidade dessas atividades que já tinham sido aprovadas, por isso, como eu há pouco referi, não poderia agora vetar aquilo que democraticamente foi aprovado.....

----- Em todo o caso, Sr. Dr. Amândio Gomes, eu acho que o Sr. Presidente a Câmara teve uma perceção muito mais ampla daquilo que lhe foi dito, as IPSSs são uma ínfima parte do setor social, e portanto não estava em causa isso, aliás o CDS teve aqui uma postura construtiva e que foi muito bem percecionada pelo Sr. Presidente da Câmara, até nas considerações finais, e eu sei ser responsável e sei ver quando é que as coisas são feitas com determinadas intenções ou sem determinadas intenções, portanto o Sr. Presidente não precisa de advogados de defesa, ele sabe muito bem entender as mensagens, e fê-lo, diga-se, aliás, não costuma ser habito nele responder às minhas questões, fê-lo com uma lisonjeza e delicadeza que eu, de facto, hoje, não esperava, mas congratulo-me com isso e de facto eu só tenho a dizer uma coisa, o sentido da minha intervenção e do CDS/PP é que nós ligamos muito mais aos aspetos materiais e o Sr. Presidente da Câmara está neste momento a implementar um balcão empreendedor, balcão único, e de facto esse balcão do empreendedor tem uma função, não é só pôr lá a informação de quais são as taxas praticadas pelos Municípios, é um balcão e o Sr. Presidente e o Sr. Vereador da área do Urbanismo e da área Económica sabem bem que esse balcão serve como fator de comparação nomeadamente dos vários Municípios, para saber onde é que é mais vantajoso investir, mas saber onde é que há melhores condições para morar também é uma forma de os particulares saberem onde é que querem morar.

----- **Presidente da Mesa** – Sra. Deputada, Sra. Deputada, tome atenção ao que é que eu lhe digo, peço desculpa, mas eu vou ter que a interromper... ..

----- **Ana Almeida** – Mas eu estou a justificar! Estou a justificar ao Sr. Presidente, não estou a intervir.

----- **Presidente da Mesa** – Está a entrar num confronto de opiniões.

----- **Ana Almeida** – Não, não, só estou a querer justificar e termino com isto, saber onde é que é mais vantajoso socialmente morar também é uma boa forma de cativar e de fixar pessoas no nosso território e é aí que eu quero chegar, era aí que o CDS queria chegar, e só por essa razão, por ficar com alguma dúvidas sobre a abrangência dessas medidas ou não, no Plano de atividades, é que se absteve, não tinha intenção de votar contra o Orçamento.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sra. Deputada.

----- Continuo a insistir que os momentos para declarações se devem cingir a esse facto e não utilizando esse tempo para fazer considerações finais ou intervenções.

----- Tem ainda a palavra para a declaração de voto o Sr. Deputado do PSD, António Eduardo Malhão.

----- **António Malhão** - Apenas para, em meu nome e do Grupo Municipal do PSD, me congratular com a aprovação deste documento e destacar o seu alto valor económico, social e cultural. Muito obrigado. .

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado António Eduardo Malhão.

----- Vamos aproveitar este período para fazermos a pausa.

----- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto?

----- A Mesa não registou nenhum pedido de declaração de voto, Sr. Deputado! A Mesa tem estado atenta e devo-lhe dizer que não o registou, no entanto faça favor de proceder à sua declaração de voto. Quero voltar a dizer: é recorrente a atitude dos Srs. Deputados, no momento em que a Mesa solicita os períodos para pedidos de esclarecimentos, pedidos de intervenção e declarações de voto, sistematicamente existem deputados que deixam passar o período e manifestam essa intenção a seguir, no entanto quero dizer que tem a palavra para a sua declaração de voto pedindo-lhe que no futuro o faça no momento adequado.

----- **Luís Fernandes** – Sr. Presidente aceito o repto mas efetivamente eu levantei a mão, fiquei ciente que tinham visto.

----- Ora bem, a declaração de voto do PS, para justificar o nosso contra, é no sentido de que efetivamente nós não nos revemos no Plano e no Orçamento que nos foi apresentado. Reconhecemos que ao longo deste tempos, muita obra, muitas coisas foram feitas neste Concelho, coisas boas, mas coisas que, e obras principalmente, que de dúvida e de eficácia que nós questionamos e temos questionado em vários sentidos, nomeadamente depois de realizadas o que é que isso trás de mais valias para a nossa região. Portanto nesse sentido o nosso vai contra porque efetivamente não nos revemos, o nosso programa eleitoral não era este, o nosso programa eleitoral ia por outro caminho onde valorizava o social, onde valorizava outras áreas e não propriamente todo este betão que Bragança neste momento está inundado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Srs. Deputados, vamos interromper aqui os trabalhos da Sessão, do período da manhã. Relembro do convite que a Câmara formula aos Srs. Deputados para o almoço no restaurante “o Tulipa”, encontramos-nos aqui por volta das catorze horas e trinta minutos.

----- Até já.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - Neste ponto da agenda de trabalhos foi interrompida a sessão, tendo-se reiniciado novamente, depois de verificada a existência de quórum, cerca das catorze horas e trinta minutos.

----- **Presidente da Mesa** – Retomamos os trabalhos, para abordarmos o ponto 4.2.2.....

PONTO 4.2.2 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 305/209, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 305/209, DE 23 DE OUTUBRO E LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta de Reorganização dos Serviços Municipais:

“A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto; 64 -A/2008, de 31 de dezembro; 3 -B/2010, de 28 de abril; e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

Considerando que:

O n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local (EPDAL) estabelece que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas às regras e critérios previstos no aludido diploma até 31 de dezembro de 2012, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que estabelece o Regime Jurídico de Organização dos Serviços das Autarquias Locais (RJOSAL);

Compete à Assembleia Municipal aprovar, nos termos da Lei, a reorganização dos serviços municipais, em conformidade com a alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

· Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do artigo 6.º do RJOSAL aprovar o modelo de estrutura orgânica (hierárquico, matricial ou misto, conforme dispõe o n.º 1 e 2 do artigo 9.º do aludido diploma);

· Compete à Assembleia Municipal aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares (direções municipais e departamento municipais) em conformidade com a alínea b) do artigo 6.º do RJOSAL;

· O Município de Bragança, atentos os critérios de provimentos previstos nos artigos 6.º a 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, está habilitada a prover os seguintes dirigentes:

Dados de Suporte:

(1) População Residente (CENSOS 2011)	(2) População Movimento Pendular	(3)=(1)+(2) = População	Dormidas Turísticas por ano civil	MAPA XIX – TRANSFERÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS – OE/2012 (A proposta de Lei do OE 2013 mantém valores iguais)	
				Transf. OE 2012 FSM + IRS)	Permilagem
35.319	5.180	40.499	86.168	13.531.850 €	5,925

Nos termos do art.º 9.º do EPDAL:

Diretor Municipal (Cargo de Direção Superior de 1.º Grau)			
POPULAÇÃO ≥100,000 (1 Diretor Municipal por 100,000)	PARTICIPAÇÃO FUNDOS ≥8/1000, acresce 1 Diretor Municipal	DORMIDAS ≥1.000.000 (1 Diretor Municipal por 1.000.000, com um limite de 2)	Total de Diretores Municipais passíveis de serem providos
0	0	0	0

Nos termos do art.º 7.º do EPDAL:

Diretor de Departamento Municipal (Cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau) ou equiparado			
POPULAÇÃO >=40.000 (1 Diretor de Departamento Municipal por cada 40.000)	PARTICIPAÇÃO FUNDOS >=2/1000, Acresce 1 Diretor de Departamento Municipal	DORMIDAS >=400.000.00 Diretor de Departamento Municipal por cada 400.000, com um limite de 4)	Total de Diretores de Departamento Municipal passíveis de serem providos
1	1	0	2

Nos termos do art.º 8.º do EPDAL:

Chefe de Divisão Municipal (Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau) ou equiparado		
POPULAÇÃO Até10,000 (2 Chefes de Divisão), entre 10.001 e 20.000 acresce 1 Chefe de Divisão, por cada fração inteira de 10.000 para além dos 20.000 acresce 1 Chefe de Divisão Municipal	DORMIDAS >=100.000.00 Chefe de Divisão Municipal por Cada 100.000, com um limite de 6)	Total de Chefes de Divisão Municipal passíveis de serem providos
6	0	6

Nos termos do art.º 6.º do EPDAL:

Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau ou Inferior	
POPULAÇÃO >=40.000 (1 Titular de Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau ou Inferior por cada 40.000 com um limite de 6	Total de Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau ou Inferior passíveis de serem providos
2	2

Em suma:

TOTAL DE TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO			
Total de Diretores Municipais passíveis de serem Providos	Total de Diretores de Departamento Municipal passíveis de serem Providos	Total de Chefes de Divisão Municipal passíveis de serem providos	Total de Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau ou Inferior passíveis de serem providos
0	2	6	2

· A estrutura orgânica dos serviços municipais pode ainda prever cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior conforme dispõe o n.º 2 do artigo 4.º Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, cuja área e requisitos de recrutamento, identificação dos níveis remuneratórios e competências são aprovados pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal;

· Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (unidades orgânicas lideradas por dirigentes titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau ou inferior), nos termos da alínea c) do artigo 6.º do RJOSAL, estando cometida à Câmara Municipal a competência para criar, dentro dos limites máximos fixados pela Assembleia Municipal, as aludidas unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências, conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do RJOSAL;

· Compete à Assembleia Municipal definir o número máximo total de subunidades orgânicas (serviços liderados por pessoal com funções de coordenação, designadamente coordenador técnico) nos termos das alíneas d) do artigo 6.º, competindo ao Presidente da Câmara Municipal a criação, a alteração e a extinção de subunidades orgânicas, dentro daquele limite, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do RJOSAL;

· Compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea f) do artigo 6.º do RJOSAL definir o número máximo de equipas de projeto, quando seja exclusivamente adotado o tipo de estrutura hierarquizada.

Face aos considerandos enunciados, proponho que a Câmara Municipal aprove e submeta à Assembleia Municipal para aprovação a seguinte moldura organizacional:

- Modelo de estrutura orgânica – Estrutura Hierarquizada;

- 2 unidades orgânicas nucleares, cuja matriz de atribuições consta do anexo A, designadamente:

Departamento Administração Geral e Financeira, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Município, assegurar a gestão financeira e contabilística, executar as políticas e estratégias dos recursos humanos definidas pelo Executivo Municipal, racionalizando e otimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Bragança, no respeito pelas disposições legais aplicáveis e assegurar a operabilidade dos sistemas de informação e novas tecnologias, assessoria jurídica;

Departamento de Serviços e Obras Municipais, competindo-lhe executar atividades concernentes à prestação de serviços à população, nomeadamente na área do abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento de resíduos sólidos e limpeza pública, implementação e conservação de áreas verdes, cemitérios, trânsito, transportes urbanos, escolares e recursos endógenos, cumprindo-lhe, ainda, assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, quer sob o regime de empreitada, quer pelo sistema de administração direta, bem como a implementação de planos municipais de ordenamento do território e o licenciamento adequado da ocupação do espaço físico, tendo, consequentemente, a seu cargo, estudo de políticas de habitação e a gestão de parques industriais e habitacionais sob a alçada do Município;

N.º máximo de unidades orgânicas flexíveis 10 (dez):

8 (oito), atentos os critérios de provimento previstos nos artigos 6.º a 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

2 (duas) nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do mesmo diploma.

N.º máximo de subunidades orgânicas 1 (uma) e;

Quesitos a que alude o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto relativo aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau:

Designação: Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau designam-se Chefes de Unidade;

Competências:

Os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores coadjuvam o titular de cargo de direção intermédia de que dependam hierarquicamente, se existir, ou coordenam as atividades e gerem os recursos de uma unidade orgânica funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção;

Aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau com as necessárias adaptações;

Área de recrutamento: Efetivos do serviço;

Requisitos do recrutamento:

Licenciatura adequada às atribuições da unidade orgânica que venham a liderar;

No mínimo 2 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

Remuneração: 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.

Entrada em vigor

- A presente moldura organizacional entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

Revogação

- Com a entrada em vigor da atual estrutura, fica revogada a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Despacho n.º 5172/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 59, de 24 de março.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com 5 votos a favor do Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Geraldo Alberto Leite da Assunção, Maria de Fátima Gomes Fernandes, e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 2 votos de abstenção dos Srs. Vereadores, José Leonel Branco Afonso e Humberto Francisco da Rocha, aprovar a Proposta de

Reorganização dos Serviços Municipais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 305/209, de 23 de outubro e Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Mais foi deliberado, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Reorganização dos Serviços Municipais, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Intervenção do Sr. Vereador, Dr. Leonel Afonso

É meu entendimento que a Lei n.º 49/2012 enferma de economicismo, centralismo e concentracionismo. Surge no seio das autarquias, como um tentáculo, emanado a partir do Terreiro do Paço, sem a preocupação de diálogo ou concertação com os interessados. Embora o preceito legal tenha que ser aplicado, porque vivemos num estado de direito, não nos revemos nos princípios que impõe. Assim abstenho-me na votação da proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Anexo II Organograma ”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, pretende prestar algum esclarecimento adicional?

----- **Presidente da Câmara** – Boa tarde para todos. O n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 28 de agosto determina que o Município proceda à reorganização dos serviços municipais até 31 de dezembro de 2012, sendo de competência da AM aprovar a reorganização dos serviços municipais, aprovar o modelo de estrutura orgânica e aprovar a estrutura nuclear.

----- Nos termos da Lei o Município de Bragança pode ter os seguintes cargos de direção, não pode ter diretor municipal, pode ter dois diretores de departamento municipal, seis chefes de divisão e dois titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau.

----- Trata-se de um número de chefias inferior ao que a Lei anteriormente admitia, e nesse âmbito foi, com o serviço, avaliada nova estrutura orgânica.

----- Tudo que eram serviços próximos da presidência, deviam descer para a estrutura de chefia, assim, ficaram sobre a direção direta do Presidente da Câmara, o Gabinete de Apoio Pessoal, Serviço

Municipal de Proteção Civil, Veterinário Municipal, fica o Gabinete de Planeamento Estratégico e Auditoria Interno e o Aeródromo Municipal.

----- De quatro departamentos passamos a dois, a opção foi manter um departamento na área de administração geral e gestão financeira, manter um departamento na parte de serviços e obras municipais, dois departamentos, que eram o departamento de obras e urbanismos e o departamento de serviços municipais, como disse, agora ficam num só departamento, e o departamento de apoio à ação social fica ao nível de divisão e de unidade de terceiro grau.....

----- Assim, no departamento de administração geral e gestão financeira ficamos com uma unidade de administração geral, fica respetivamente com um serviço de atendimento integrado ao município, designado por balcão único do Município, onde todos os serviços estarão disponibilizados de forma integrada, um serviço de expediente geral e arquivo, eram dois serviços distintos, expediente geral e arquivo, e os serviços de recursos humanos que eram também dois serviços autónomos, embora de pequena dimensão.....

----- A divisão de administração financeira que vai incluir o serviço de contabilidade e gestão patrimonial, tratava-se de dois serviços autónomos, são dois serviços que se concentram num só, e o serviço de taxas, contra ordenações e metrologia também se concentram estes serviços, e a tesouraria fica também num serviço autónomo.

----- No departamento de serviços e obras municipais ficamos com três divisões: divisão de planeamento, infraestruturas e urbanismo, que vai congrega tudo que é obras; serviço de cadastro e toponímia; serviço de gestão urbanística e fiscalização; serviço de obras de administração direta; serviço de empreitadas e serviço de conservação de edifícios municipais.

----- No serviço de conservação de edifícios municipais concentramos um conjunto de competências do Município que estavam dispersas noutras divisões, na parte de energia, de mecânica, obras e outros serviços, concentram-se todos para garantir uma resposta integrada naquilo que são as exigências de conservação do património municipal.....

----- É criada a divisão de logística e mobilidade que envolve o serviço de mobilidade (transportes urbanos e escolares, parques de estacionamento, estação rodoviária e trânsito), saltam de uma divisão que era a divisão de mobilidade e energia; parque de máquinas e oficinas, que era a divisão de equipamento, e o serviço de compras e armazém. Deixamos de ter compras dispersas, passamos a ter compras concentradas todas nesta divisão. A divisão de logística e mobilidade concentra um conjunto de competências.

----- A divisão de ambiente, água e energia fica com o serviço de energia, eletromecânica e telecomunicações (serviços da atual divisão de mobilidade e energia); serviço de espaços verdes e cemitérios (vêm da divisão do ambiente); serviços de manutenção e limpeza urbana e os serviços de água e saneamento, que vêm de outra divisão, divisão de águas e saneamento, ou seja, esta divisão de águas e energia concentra competências que vêm de três divisões, sendo que algumas competências destas três divisões foram respetivamente para a divisão de logística e mobilidade e para a divisão de planeamento, infraestruturas e urbanismo.....

----- É criada uma divisão nova, que é a divisão de promoção económica e desenvolvimento social, entendemos que os desafios próximos do Município requerem a concentração de algumas das suas competências e até o alargamento de um serviço próprio capaz de responder de forma integrada neste âmbito, onde ficará o serviço de mercado e feiras, serviço de turismo, serviço de promoção económica e o serviço de desenvolvimento social, quatro dimensões da política municipal que nos parece terem de ser desenvolvidas e portanto o Município deve adaptar a sua estrutura, agora que está a revê-la, face a essa exigência atual e futura.....

----- Temos a divisão de educação, cultura e ação social, concentra-se a parte de educação, cultura e ação social numa divisão, e uma unidade de terceiro nível, unidade de desporto e juventude.....

----- É esta a proposta de reorganização dos serviços que está para aprovação da Assembleia Municipal e que entrará em vigor depois de aprovada e assim se dará satisfação àquilo que a Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto determina.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Está aberto o período de pedidos de esclarecimento. O primeiro registo que temos é o de Ana Cláudia Guedes de Almeida, e Vítor Parada Pereira, de seguida.....

----- Tem a palavra a Sr.ª Deputado do CDS/PP, Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Boa tarde. Relativamente à parte da estrutura, segundo me pareceu, a proposta de estrutura que vai ser sujeita a aprovação, terá uma estrutura essencialmente hierárquica, não é? Portanto eu perguntava: se este é um modelo orgânico simultaneamente mais eficiente e mais efetivo, porque não um matricial e um misto?.....

----- Só uma outra questão, relativamente às comissões de serviço, saber se há comissões de serviço neste momento e se interfere com o número dos dirigentes, ou seja, pode ficar de acordo com o que dispõe este diploma legal, se houver comissões de serviço esta estrutura orgânica não entrará de imediato em vigor porque poderá não haver uma correspondência direta dentro dos atuais dirigentes,

portanto saber com que estatuto é que ficam, se houver as comissões de serviço, e qual será a posição da CM relativamente a estes processos.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª deputada.....

----- Tem a palavra o Sr. Deputado do PS, Vítor Prada Pereira

----- **Vítor Pereira** – Boa tarde a todos. Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, eu tenho algumas dúvidas em relação à Lei de agosto de 2012, e, segundo a Lei de 2012, isto diz aqui que com quarenta mil habitantes dá direito a um diretor de departamento e aqui aparecem dois! Eu só estou a fazer estas perguntas porque não percebo muito bem como isto é possível!

----- E depois - “população em movimento pendular”, 5 180 pessoas - Que população é esta? Mas mesmo assim, trinta e cinco mil mais cinco mil dá quarenta mil e pouco, dá um diretor de departamento, como é que é possível aparecerem aqui dois?.....

----- Depois em relação às chefias de divisão tenho as mesmas dúvidas, diz que por cada dez mil habitantes há dois chefes de divisão, entre dez mil e vinte mil acresce um chefe de divisão, portanto passam a ser três, por mais cada fração de dez mil habitantes é mais um chefe de divisão, seriam quatro a ter aos trinta mil, quarenta mil seriam cinco, são as contam que eu faço! Como é que é possível dar seis! ---

----- São estas dúvidas que eu tenho, o Sr. Presidente da Câmara é que sabe as unidades e divisões que irá eventualmente criar, agora eu tenho esta dúvida de questões legais, se isto é possível, se não é possível, é o que eu quero perguntar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado pelas suas questões, Sr. Deputado.

----- O Sr. Presidente da Câmara tem a palavra para efetuar as respostas aos pedidos de esclarecimento formulados pelos senhores deputados.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

----- Quanto ao modelo de estrutura, que é, de facto, o que temos vindo a adotar nos últimos anos e pareceu-nos que seria um modelo de resposta mais eficaz àquela que é o histórico da organização.

----- Quanto às comissões de serviço haverá a nomeação em regime de substituição e imediatamente de seguida será aberto um concurso para provimento dos lugares, que pensamos poder trazer à Assembleia de fevereiro, para aprovar o respetivo júri, nos termos da Lei, poderíamos tê-lo feita já para esta mesma Assembleia, mas não foi possível, porque há dificuldades de resposta a nível das instituições públicas, atualmente só o CEFA estará habilitado a poder fazer esta formação e ainda assim existem dúvidas, neste momento, quanto à natureza jurídica, uma vez que se trata de uma Fundação, saber se está de acordo com aquilo que a Lei determina a nível da identificação das instituições habilitadas para

poder promover estes concursos. De qualquer forma nós teremos que, para a Sessão da AM a realizar em fevereiro, constituir os júris, provavelmente iremos entregar a uma mesma entidade, eventualmente uma universidade com formação adequada nesta área para contratar os serviços relacionados com a promoção da totalidade dos concursos, tratamos disso em fevereiro, não queremos seguir outra via, temos que seguir uma via desta natureza.

----- Quanto à questão do número de lugares de diretores e chefes de divisão, estão devidamente explicados no verso da certidão, estão aí os dados de suporte, a população residente nos censos de dois mil e onze, a população em movimento pendular e o somatório das duas, da população residente e pendular, que dá os quarenta mil quatrocentos e noventa e nove, passando dos quarenta mil dá direito aos seis chefes de divisão e não aos cinco. A mesma razão se aplica à determinação de lugares de diretor de departamento.

----- A informação que está distribuída aos senhores deputados está correta, está de acordo com a Lei, remete, cada um dos quadros, para o artigo da Lei, no sentido da verificação do cumprimento dos requisitos, que nos permite chegar a um quadro que diz que há condições legais para designar dois diretores de departamento, seis chefes de divisão e dois lugares de direção intermédia de terceiro grau..

----- A informação relativa à população é obtida oficialmente do Instituto Nacional de Estatísticas, portanto nós não inventamos esse valor.....

----- **Presidente da Mesa** – Passamos então à abertura do período de inscrições para intervenções. Registamos um pedido do Sr. Deputado da CDU, Sr. Leonel, tem a palavra.....

-----**Leonel Fernandes** - Muito boa tarde a todos. Aquilo que nos trás aqui não é propriamente as questões que foram aqui levantadas, porque eu penso que em termos de fundamentação, daquilo que nós entendemos, está devidamente fundamentado, mas é uma questão mais profunda, ou seja:.....

-----**Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

-----“Como todos se devem lembrar, há, apenas, cerca de três anos, a Câmara Municipal apresentou a esta Assembleia Municipal a reorganização dos serviços. Desta vez por imposição de um Decreto-lei (305/2009, de 23 de Outubro) emanado por um Governo PS. Nessa altura, o executivo Municipal aproveitou para criar mais alguns lugares de pessoal Dirigente e cortar nos lugares do chamado pessoal de chefia intermédia.....

-----Agora, ironicamente, é um governo PSD/CDS que, com a publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, obriga a retroceder e impõe um corte substancial no número de lugares de pessoal dirigente.....

-----Dada a situação de crise em que, dizem, nos encontramos e a forte austeridade, essa sim efetiva, esta redução, se ponderada e achada necessária pelo executivo, até poderia ser útil mas, considerando que se trata de pura ingerência na Administração Autárquica, pondo fortemente em causa a autonomia do Poder Local, nunca poderá, por nós, ser aceite.

-----Esta Lei, afirmando fixar regras para a gestão de certos recursos humanos, o que ela verdadeiramente faz ultrapassando os limites razoáveis da fixação de princípios orientadores da gestão autónoma dos seus serviços pelas Autarquias Locais, é desarticular a organização dos serviços municipais e degradar a prestação de serviços às populações.

-----Esta Lei, na regulação que faz, não permite que se atenda às funções a garantir, às necessidades de enquadramento do trabalho, aos objetivos que se querem atingir e sobretudo às características e condições específicas de cada município.

-----É tudo feito a régua e esquadro.

-----Senão, reparem; Impõe densidades de pessoal dirigente mas não tem em linha de conta, o número de trabalhadores existentes ou os necessários, os recursos disponíveis e não menos importante, a área do município. Mas em contra partida, pasmem-se, essa densidade é em função dos habitantes, podendo ser aceitável, e até das dormidas turísticas.

-----Eu ainda gostava de saber o que é que um dirigente municipal tem a ver com as dormidas turísticas?

-----Bom, como já estamos habituados, mais uma vez, todo interior do País e particularmente o nosso concelho sai penalizado desta história.

-----Até apetece dizer que, por este caminhar, qualquer dia, somos dispensados dos atos eleitorais e os executivos municipais passaram a ser nomeados como meros capatazes executores da política do poder Central à semelhança do que acontecia há umas décadas atrás.

-----Neste sentido, a CDU, não concordando com esta lei, porque não pode aceitar esta forma de ingerência na gestão dos serviços municipais, atacando deliberadamente a autonomia da Administração Local, também não pode concordar com esta proposta de Reorganização.

-----Esta é uma Reorganização que não serve ao Município, não serve aos trabalhadores e não serve às populações.

-----No entanto, sabendo que é uma imposição da lei, que o executivo tem que cumprir, o sentido de voto da CDU é de abstenção.”

-----Muito obrigado.....

Presidente da Mesa – Muito obrigado, Sr. deputado Leonel Fernandes.

-----Não se registando mais nenhum pedido para intervenção, pergunto à Câmara se pretende fazer alguma intervenção.....

-----A Câmara prescinde.....

-----Vamos passar, de imediato, à votação.....

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, VINTE E CINCO ABSTENÇÕES E CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

----- Registamos a intenção de declaração de voto de Ana Guedes de Almeida.

----- Ana Guedes de Almeida, do CDS/PP, tem a palavra.

----- **Ana Almeida** – Só para referir que o CDS/PP votou a favor da reestruturação porque efetivamente só decorre de uma imposição legal, não obstante, e ter ficado esclarecida quanto ao procedimento a seguir relativamente às comissões de serviço, em todo o caso, Sr. Presidente, o que posso dizer é que a Fundação CEFA tem um estatuto misto, em termos estatutários ela tem financiamento público, via Orçamento de Estado, e ela própria recruta para os cursos a ministrar, pessoal de universidades, ela só é Fundação para efeitos privados, para não estar tão dependente do organismo central, não obstante, e ter alguma autonomia de orçamento. Mas, em todo o caso, como bem conhecerá, há uns anos a esta parte, como mantém essas transferências e tendo em conta o histórico do orçamento da própria Fundação, mas creio que aquela aposta para a Fundação CEFA passar para a Associação Nacional de Municípios está longe de chagar.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª deputada.

----- Passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.3 - ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO – DIVISÃO DE URBANISMO;.....

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ABERTURA DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA OCUPAÇÃO DE 1 POSTO DE TRABALHO

**DA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – ÁREA DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL
PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO – DIVISÃO DE URBANISMO**

Pela Divisão Administrativa, foi presente a seguinte informação:

1. A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012, estabelece no n.º 2 do artigo 46.º que em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, autorizar a abertura dos procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, para a carreira geral, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor da atividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município;

b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Demonstração de que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Demonstração do cumprimento da medida de redução mínima previsto no artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012.

Dando cumprimento à orientação técnica da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), no âmbito do recrutamento de trabalhadores nos municípios, informa-se:

1. O pedido de autorização para a abertura do procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado, reporta-se:

Recrutamento de trabalhadores		
N.º de Postos de trabalho	Carreira/Categoria/atividade	Vínculo

1	Técnico Superior - Área de Geografia e Planeamento Regional	Relação jurídica por tempo indeterminado
----------	--	---

2. A Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada em 16 de dezembro de 2011, aprovou o Mapa de Pessoal para o ano de 2012, no qual consta a criação de 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Geografia e Planeamento Regional para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Urbanismo, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado.
3. O procedimento concursal acima enunciado é necessário para a execução das atividades permanentes dos serviços da Divisão de Urbanismo do Município de Bragança, sendo pois o respetivo recrutamento imprescindível para o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público e consequentemente sendo impossível a ocupação do posto de trabalho em causa nos termos do previsto nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.
4. Resumo da evolução recente dos recursos humanos no Município de Bragança, que demonstra um decréscimo ao nível da evolução dos recursos humanos no período em causa:

Evolução dos Recursos Humanos			
	31/12/2010	31/12/2011	À data da deliberação referida em 1.
Total	367	365	357

5. Existe dotação no orçamento municipal para se poder proceder ao recrutamento de 1 de Técnico Superior – área de Geografia e Planeamento Regional para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Urbanismo.

6. Demonstração de que o recrutamento é compatível com o objetivo de redução de trabalhadores imposto pelo artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012:

Objetivo de Redução de Trabalhadores		
Total de trabalhadores em 31/12/2008	Total de Trabalhadores em 31/12/2011	Total de trabalhadores estimado em 30/09/2012, incluindo o recrutamento
383	365	358*

(*No Município de Bragança a regra da redução de trabalhadores até final do 3.º trimestre do ano de 2012, ocorreu por aplicação do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º da Lei n.º 64-B/2011, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011.

O Município de Bragança deu cumprimento ao objetivo de redução de trabalhadores, em 30 de setembro de 2012 este município dispunha de 358 trabalhadores, dados comunicados ao SIAL – Recursos Humanos – Trimestral.

Em 01 de outubro de 2012, ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de mais um trabalhador, o município dispunha de 357 trabalhadores, o que permitiu a contratação de mais um trabalhador passando a dispor de 358 trabalhadores.

Em 15 de outubro de 2012 foi reconhecido o direito à aposentação a mais um trabalhador passando o Município de Bragança a dispor de 357 trabalhadores).

7. A autorização para a abertura do procedimento concursal compete ao órgão deliberativo (Assembleia Municipal), sob proposta do respetivo órgão executivo (Câmara Municipal), cfr. n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012.

Proposta:

Face aos pressupostos acima enunciados, propõe-se para autorização da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2012, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Geografia e Planeamento Regional para o Departamento de Obras e

Urbanismo – Divisão de Urbanismo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e submeter à autorização da Assembleia Municipal, a abertura do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para ocupação de 1 posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para o ano de 2012, na carreira/categoria de Técnico Superior – área de Geografia e Planeamento Regional para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Urbanismo, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, pretende fazer algum esclarecimento inicial?

----- Reserva-se para algum pedido de esclarecimento.

----- Srs. Deputados, algum pedido de esclarecimento à Câmara Municipal de Bragança, sobre esta matéria?

----- Não há pedidos de esclarecimento.

----- Intervenções sobre esta matéria?

----- Não há intenções de intervenção sobre esta matéria.

----- Passamos, de imediato, à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUINZE ABSTENÇÕES E SESENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos, de imediato, para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.4 – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB - MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M. ;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DO MMB - MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pela Assessoria Jurídica Municipal:

Analisado o processo, cumpre emitir parecer

I. Enquadramento fáctico-jurídico

1. Por deliberação de 16 de dezembro de 2011, não executada, a Assembleia Municipal determinou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e oito de novembro de 2011, a extinção do *MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M* (doravante MMB), a liquidação do passivo da Empresa a fornecedores, a transferência do passivo à banca e do ativo da Empresa para o Município e a integração dos trabalhadores da Empresa no Mapa de Pessoal Municipal, após a extinção da mesma.

2. Para efeitos de execução daquela deliberação, foi solicitado, em 24.01.2012, parecer à CCDRN sobre o procedimento a adotar para a integração dos trabalhadores do MMB no Mapa de Pessoal do Município.

3. Na sua comunicação de 14.02.2012, a CCDRN veio expressar o entendimento de que tal integração apenas seria possível na sequência de aprovação em procedimento concursal aberto nos termos a lei.

4. Ora, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º, n.ºs 2 e 3, 9.º, 20.º, 21.º, n.º1 e 50.º, todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável às autarquias ex vi o n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a ocupação de postos de trabalho por tempo indeterminado, previstos no Mapa de Pessoal, apenas se pode operar (com exceção dos diplomados

pelo CEAGP), com recurso a um procedimento concursal de recrutamento para constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, por contrato de trabalho em funções públicas.

5. Procedimento este que deverá observar as injunções decorrentes do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, designadamente, iniciar-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

6. Acresce que em matéria de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais (que não se encontravam em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira), vigorava, à data de aprovação da deliberação da Assembleia Municipal de 16 de novembro, a Lei n.º 12 -A/2010 de 30 de junho, que interditava, nos seus artigos 9.º e 10.º, a abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, salvo em casos de relevante interesse público no recrutamento e impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

7. Pelos motivos aduzidos e atenta a incindibilidade da deliberação da Assembleia Municipal, enquanto solução integrada, que, manifestamente, não teria sido aprovada sem a parte relativa à integração dos trabalhadores, não estavam reunidas as condições legais para a “redução” e execução da deliberação em causa (*cf. artigo 292.º do Código Civil*).

8. Nesta conformidade e considerando que se encontrava em curso a alteração ao regime do setor empresarial local, o Exmo. Presidente da Câmara endereçou ofício ao Exmo. Secretário de Estado da Administração Local, datado de 08.03.2012, solicitando que o referido diploma, nas alterações que viessem a ocorrer, consagrasse a possibilidade dos trabalhadores das empresas municipais contratados em regime de contrato de trabalho puderem vir a ser integrados no mapa de pessoal das autarquias.

9. A alteração ao regime do setor empresarial local veio a ser aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que institui um novo regime jurídico de extinção das empresas municipais, aplicável às empresas criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, que estabelece uma distinção clara entre os procedimentos de dissolução pura e simples e os procedimentos de dissolução que impliquem a integração nos serviços municipalizados ou internalização nos serviços das respetivas entidades públicas participantes, da quaisquer das atividades das empresas a dissolver (*cf. os artigos 61.º, n.º2, 62.º n.ºs 1,2 e 12,, 64.º, 65.º e 70.º n.ºs 1 e 5*).

10. Passando o legislador a admitir, em caso de integração ou de internalização, a possibilidade dos trabalhadores detentores de contrato de trabalho por tempo indeterminado, que tenham sido admitidos pelo menos um ano antes da data da deliberação de dissolução da empresa, se candidatarem,

precedendo acordo de cedência de interesse público, aos procedimentos concursais exclusivamente destinados a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, que sejam abertos pelas entidades participantes da empresa, na pendência dos respetivos procedimentos de dissolução e de liquidação, para a ocupação de postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que os trabalhadores cedidos se encontram a executar, objeto de integração ou internalização (cf. o artigo 62.º, n.ºs 6 a 11 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

11. Para efeitos de dissolução da empresa que implique a integração ou a internalização de quaisquer atividades, a deliberação respetiva deve ser acompanhada do respetivo plano, o qual deve incluir os seguintes elementos:

a) Definição das atividades a integrar ou a internalizar;

b) Listagem dos postos de trabalho indispensáveis para a prossecução das atividades a integrar ou a internalizar, identificando a carreira e as áreas funcional, habilitacional e geográfica, quando necessárias;

c) Previsão das disponibilidades orçamentais necessárias, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (artigo 62.º n.º 12 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

12. Atento o exposto, mantendo-se válidos e atuais os pressupostos e objetivos que presidiram à opção pela extinção do *MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.*, torna-se necessário aprovar uma nova deliberação de dissolução da Empresa, liquidação do seu património e internalização das suas atividades nos serviços do Município, acompanhada do Plano exigido no n.º 12 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, do Balancete Geral da Empresa e do Relatório de Auditoria, atualizados, tudo ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 61.º, n.º2, 62.º, n.º12, 65.º e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

13. Considerando, finalmente, que o Município, salvo melhor entendimento, não dispõe dos meios humanos indispensáveis para a prossecução das atividades da Empresa a internalizar, julga-se conveniente o recurso ao mecanismo de cedência de interesse público dos seus trabalhadores, ao abrigo do n.º 6 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, subsequentemente à deliberação da dissolução da Empresa.

II. Proposta

Nos termos expostos, propõe-se:

A aprovação de uma nova proposta de dissolução do *MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.*, liquidação do passivo da Empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do ativo da Empresa para o Município e internalização de todas as suas atividades nos serviços do

Município, acompanhada do respetivo Plano, do Balancete Geral da Empresa e do Relatório de Auditoria atualizados, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

A aprovação da deliberação de celebração de acordos de cedência de interesse público dos trabalhadores do *MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.*, no prazo máximo de 6 meses após a deliberação da sua dissolução, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 62.º e no n.º 5 do artigo 70.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.”

Após análise e discussão, foi deliberado, com 6 votos a favor dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias e 1 abstenção do Sr. Vereador, Humberto Rocha, aprovar a referida proposta de dissolução do *MMB – MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.* e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas constantes das alíneas a) do n.º 6 do artigo 64.º e i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e dos artigos 62.º, n.º 2, 22.º, n.º 1 e 70.º, n.º 5, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – ANEXO III Relatório de Auditoria”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Câmara, pretende fazer alguma intervenção inicial?.....
----- Não.
----- Srs. Deputados, pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria?.....
----- Não se regista nenhum pedido de esclarecimento, ou intenção para tal.
----- Passamos a abrir o período para inscrições para intervenções.
----- Não há pedidos para intervenção.
----- Passamos, de imediato, à votação deste ponto.....

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, DUAS ABSTENÇÕES E OITENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.

----- **Presidente da Mesa** - Declaração de voto?

----- Uma declaração de voto de Ana Cláudia Guedes de Almeida, do CDS/PP. Tem a palavra

----- **Ana Almeida** – Só para dizer que o CDS/PP votou a favor, de fato não obstante há um ano termos tido aqui uma sessão bem delongada a propósito do modelo do Mercado Municipal, a verdade é que se deliberou a sua extinção, e nessa altura lembro-me de ter sido uma condição desta Assembleia, de facto, a preocupação com os trabalhadores. E portanto só votámos assim porque precisamente, e é claro na certidão que nos foi entregue, havia uma incindibilidade da deliberação no sentido de que havendo extinção da figura societária teria que haver uma preocupação com o assumir do pessoal do Mercado e portanto isto decorre da Lei e se não for assim nós não estaríamos a ser proteccionistas com os trabalhadores, por isso não podíamos deixar de votar a favor, depois de termos, à data, há um ano, incluído, como condição, a proteção dos trabalhadores da empresa municipal. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.ª deputada.

----- Passamos para o ponto seguinte.

PONTO 4.2.5 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO A CELEBRAR COM A CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA;

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO A CELEBRAR COM A CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação, elaborada pela Assessoria Jurídica Municipal:

“Considerando que a Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2012, autorizou a celebração de um contrato administrativo de concessão de uso privativo do domínio público de uma parcela de terreno com a área total de 13 072,10 m², sita na Zona do Campelo/Santiago, composta por uma parcela destinada a equipamento de utilização coletiva, com a área de 3 451,00m² e por uma parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva, com a área de 9.621,10 m², cedida ao Município de Bragança, no âmbito do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2011, com a Cáritas Diocesana de Bragança, subordinado ao seguinte clausulado:

Cláusula I

Âmbito

1. *Entre as partes é celebrado um contrato de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno com a área total de 13 072,10 m², sita na Zona do Campelo/Santiago, cedida ao Município de Bragança no âmbito do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2011, melhor identificada na planta anexa ao Alvará e ao presente contrato, composta por uma parcela destinada a equipamento de utilização coletiva, com a área de 3 451,00m² e por uma parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva, com a área de 9.621,10 m², pertencentes ao domínio público municipal.*

2. *O valor das parcelas é fixado em 446 804,38€ (quatrocentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro euros e trinta e oito cêntimos).*

Cláusula II

Fins e conteúdo da concessão

1. *A concessão do uso privativo conferida nos termos da cláusula anterior, tem por fim a utilização da parcela para a implantação de um equipamento social destinado à prestação de um serviço de assistência social à coletividade, com as valências, entre outras, de Centro de Dia e de Noite, Apoio Domiciliário e Centro de Apoio a Carenciados.*

2. *A concessão confere à segunda outorgante o poder/dever de utilização exclusiva da parcela destinada a equipamento público, com a área de 3 451,00 m² e o poder/dever de criar, gerir e utilizar, sob o ponto de vista recreativo e de lazer, a zona verde a executar na parcela destinada a esse uso, com a área de 9 621,10 m², em ambos os casos, no respeito pelos fins e limites aqui consignados e no Alvará de Loteamento n.º 1/2011.*

3. *A parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva será de livre acesso e utilização por parte do público em geral, sem prejuízo de poderem ser fixados, por acordo entre as partes, horários de utilização reservada à segunda outorgante dos equipamentos desportivos e de recreio e lazer que nela venham a ser implantados.*

Cláusula III

Prazo

1. O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de celebração do presente contrato de concessão.

2. A concedente compromete-se a prorrogar o prazo da presente concessão ou a viabilizar, por outro meio legalmente admissível, a continuidade da exploração à concessionária, por acordo entre as partes, desde que tal decisão seja do interesse da comunidade e a legislação em vigor à altura a isso não se oponha.

Cláusula IV

Realização das obras e trabalhos

1. São da responsabilidade da concessionária todos os estudos, projetos e obras de construção, reparação e conservação dos edifícios e dos equipamentos desportivos e de recreio e lazer a céu aberto, bem como, os trabalhos de conceção, execução, conservação, limpeza e vigilância dos jardins.

2. As obras e trabalhos a levar a cabo pela concessionária ficam sujeitas à aprovação dos projetos e à emissão das respetivas licenças, nos termos gerais.

3. A concessionária obriga-se a realizar as obras e trabalhos dentro dos prazos que lhe forem fixados e de harmonia com os projetos aprovados.

4. A concessionária iniciará o processo de forma a garantir a realização das obras e trabalhos no prazo máximo de 5 anos a contar da data de assinatura do presente contrato.

5. A execução das obras e trabalhos fica sujeita à fiscalização municipal, sendo facultado aos seus agentes ou representantes, no exercício das suas funções, o livre acesso ao local dos trabalhos.

6. Cabe à concessionária a responsabilidade por todos os prejuízos que causar com a execução das obras e trabalhos e instalação e montagem de equipamentos.

Cláusula V

Conservação dos bens

A concessionária deve manter até ao termo da concessão os edifícios, equipamentos ao ar livre e jardins, em bom estado de conservação e em perfeitas condições de utilização, realizando todos os trabalhos necessários para que os mesmos satisfaçam, cabal e continuamente, o fim a que se destinam.

Cláusula VI

Propriedade das obras

As obras, edifícios, instalações e equipamentos implantados pela concessionária na área da concessão são, nos termos legais, sua propriedade até ao termo da concessão.

Cláusula VII

Locação financeira

Em caso de aluguer, locação financeira ou figuras contratuais afins de bens e equipamentos a afetar à atividade, deverá ser reservado ao concedente o direito de, mediante contrapartida, aceder ao uso desses bens e suceder na respetiva posição contratual em caso de sequestro ou resolução da concessão, não devendo, em qualquer caso, o prazo de vigência do respetivo contrato exceder o prazo de vigência do contrato de concessão.

Cláusula VIII

Transmissão e oneração de direitos

1. Não pode a concessionária transmitir para outrem o direito resultante da concessão, nem, por qualquer forma, fazer-se substituir no seu exercício sem autorização expressa do concedente.

2. O disposto no número anterior é aplicável aos atos de constituição de garantia real, de arresto, de penhora ou de qualquer outra providência semelhante sobre aquele direito, bem como, à transmissão e oneração da propriedade das obras efetuadas e das instalações montadas pela concessionária.

3. A autorização de oneração só poderá versar sobre os edifícios a implantar na parcela destinada a equipamento público e associada a empréstimos atribuídos para efeitos de execução das obras e trabalhos da responsabilidade da concessionária no âmbito do presente do contrato.

4. A violação do disposto nos números 2 e 3 determina a nulidade dos atos aí previstos.

Cláusula IX

Resolução administrativa

1. Constituem, designadamente, causas de resolução unilateral do contrato, por parte da concedente:

a) O incumprimento definitivo por facto imputável à concessionária das obrigações de execução das obras e trabalhos da sua responsabilidade;

b) A alteração do fim ou a suspensão ou cessação injustificada, total ou parcial, das atividades a que se destina a utilização das parcelas concessionadas, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respetiva causa;

c) A ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pela concessionária das atividades em causa, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;

d) A recusa ou impossibilidade da concessionária em retomar a concessão na sequência de sequestro;

e) A reiterada desobediência às determinações da concedente sobre matéria de execução das prestações contratuais e das demais entidades competentes;

f) A oposição repetida ao exercício da fiscalização pela concedente e por outras entidades competentes;

g) A apresentação da concessionária à insolvência ou a sua declaração judicial, salvo se a concedente autorizar que os credores assumam os direitos e encargos resultantes do contrato.

2. A resolução do contrato, quando as faltas da concessionária sejam meramente culposas e suscetíveis de correção, não será declarada se forem integralmente cumpridas as obrigações violadas, ou reparados os danos causados, dentro do prazo razoável estabelecido pela concedente.

3. A resolução do contrato implica a reversão gratuita para a concedente, de todos os edifícios, obras, equipamentos, instalações fixas e trabalhos realizados.

Cláusula X

Cessação por motivos de interesse público

1. A concedente pode extinguir a concessão em qualquer momento por motivo de interesse público que assim o exija.

2. A extinção da concessão confere à concessionária o direito a uma indemnização pelas perdas e danos sofridos correspondentes às despesas que ainda não estejam amortizadas e que representem investimentos em bens inseparáveis das parcelas ocupadas ou em bens cuja desmontagem ou separação das parcelas ocupadas implique uma deterioração desproporcionada dos mesmos.

3. A indemnização não poderá, porém, exceder o valor das obras e instalações fixas no momento da rescisão.

Cláusula XI

Decurso do prazo

1. Decorrido o prazo da concessão e caso não haja continuação da exploração pela concessionária, a concedente entra de imediato na posse das parcelas postas à disposição da concessionária, bem como das obras, instalações fixas e trabalhos nelas executadas pela concessionária, sem dependência de qualquer outra formalidade que não seja a realização de uma vistoria ad perpetuum rei memorium, para a qual deverá ser notificada a concessionária, as quais reverterão gratuitamente para a concedente, livres de ónus ou encargos, salvo aqueles cuja constituição tenha sido autorizada pela concedente, não podendo a concessionária reclamar qualquer indemnização.

2. Não são oponíveis à concedente os contratos celebrados pela concessionária com terceiros para efeitos do desenvolvimento das atividades a que se destina a utilização das parcelas concessionadas.

Cláusula XII

Responsabilidade civil

A concessionária é responsável, nos termos gerais de direito, por quaisquer prejuízos ocasionados à concedente ou a terceiros no exercício da atividade desenvolvida nas parcelas concessionadas.

Cláusula XIII

Regime jurídico

No omissis, regem as disposições materiais da parte III do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de janeiro ou diploma que se lhe seguir.

Cláusula XIV

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura, contando-se a partir dessa data o período de duração da concessão.

Considerando que a Cáritas Diocesana de Bragança vem propor uma alteração às Cláusulas II, III, IV e XIV, do referido contrato administrativo de concessão de uso privativo do domínio público;

Considerando que nada obsta que se proceda com a alteração sugerida pela Cáritas Diocesana de Bragança, propõe-se uma nova redação às Cláusulas II, III, IV e XIV, do contrato administrativo de concessão de uso privativo do domínio público, nos termos seguintes:

“Cláusula II

Fins e conteúdo da concessão

(...)

3. A parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva poderá ser usufruída pelo público em geral, mas o seu acesso será controlado pelo concessionário na medida exata da proteção e guarda exigíveis para salvaguarda dos utentes do empreendimento social (crianças e idosos).”

“Cláusula III

Prazo

1. O prazo de duração do período de concessão é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de emissão do alvará ou da admissão de comunicação prévia das obras de construção do equipamento social. “

(...)

“Cláusula IV

Realização das obras e trabalhos

(...)

4. A concessionária iniciará o processo de forma a garantir a realização das obras e trabalhos no prazo máximo de 7 anos a contar da data de assinatura do presente contrato, prorrogável, por motivos relevantes, devidamente fundamentados.”

“Cláusula XIV

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura, contando-se o prazo de duração do período da concessão a partir da data da emissão do alvará ou da admissão da comunicação prévia das obras de construção do equipamento social.

Considerando que compete à Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alteração às Cláusulas II, III, IV e XIV, do contrato administrativo de concessão de uso privativo do domínio público a celebrar com a Cáritas Diocesana de Bragança, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e para os efeitos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, propõe-se a aprovação à alteração das Cláusulas II, III, IV e XIV, documento que a seguir se transcreve na íntegra:

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO A CELEBRAR COM A CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA

Cláusula I

Âmbito

1. Entre as partes é celebrado um contrato de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno com a área total de 13 072,10 m², sita na Zona do Campelo/Santiago, cedida ao Município de Bragança no âmbito do Loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2011, melhor identificada na planta anexa ao Alvará e ao presente contrato, composta por uma parcela destinada a equipamento de utilização coletiva, com a área de 3 451,00m² e por uma parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva, com a área de 9.621,10 m², pertencentes ao domínio público municipal.

2. O valor das parcelas é fixado em 446 804,38€ (quatrocentos e quarenta e seis mil e oitocentos e quatro euros e trinta e oito cêntimos).

Cláusula II

Fins e conteúdo da concessão

1. A concessão do uso privativo conferida nos termos da cláusula anterior, tem por fim a utilização da parcela para a implantação de um equipamento social destinado à prestação de um serviço de assistência social à coletividade, com as valências, entre outras, de Centro de Dia e de Noite, Apoio Domiciliário e Centro de Apoio a Carenciados.

2. A concessão confere à segunda outorgante o poder/dever de utilização exclusiva da parcela destinada a equipamento público, com a área de 3 451,00 m² e o poder/dever de criar, gerir e utilizar, sob o ponto de vista recreativo e de lazer, a zona verde a executar na parcela destinada a esse uso, com a área de 9 621,10 m², em ambos os casos, no respeito pelos fins e limites aqui consignados e no Alvará de Loteamento n.º1/2011.

3. A parcela destinada a zona verde e de utilização coletiva poderá ser usufruída pelo público em geral, mas o seu acesso será controlado pelo concessionário na medida exata da proteção e guarda exigíveis para salvaguarda dos utentes do empreendimento social (crianças e idosos).

Cláusula III

Prazo

1. O prazo de duração do período de concessão é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de emissão do alvará ou da admissão de comunicação prévia das obras de construção do equipamento social.

2. A concedente compromete-se a prorrogar o prazo da presente concessão ou a viabilizar, por outro meio legalmente admissível, a continuidade da exploração à concessionária, por acordo entre as partes, desde que tal decisão seja do interesse da comunidade e a legislação em vigor à altura a isso não se oponha.

Cláusula IV

Realização das obras e trabalhos

1. São da responsabilidade da concessionária todos os estudos, projetos e obras de construção, reparação e conservação dos edifícios e dos equipamentos desportivos e de recreio e lazer a céu aberto, bem como, os trabalhos de conceção, execução, conservação, limpeza e vigilância dos jardins.

2. As obras e trabalhos a levar a cabo pela concessionária ficam sujeitas à aprovação dos projetos e à emissão das respetivas licenças, nos termos gerais.

3. A concessionária obriga-se a realizar as obras e trabalhos dentro dos prazos que lhe forem fixados e de harmonia com os projetos aprovados.

4. A concessionária iniciará o processo de forma a garantir a realização das obras e trabalhos no prazo máximo de 7 anos a contar da data de assinatura do presente contrato, prorrogável, por motivos relevantes, devidamente fundamentados.

5. A execução das obras e trabalhos fica sujeita à fiscalização municipal, sendo facultado aos seus agentes ou representantes, no exercício das suas funções, o livre acesso ao local dos trabalhos.

6. Cabe à concessionária a responsabilidade por todos os prejuízos que causar com a execução das obras e trabalhos e instalação e montagem de equipamentos.

Cláusula V

Conservação dos bens

A concessionária deve manter até ao termo da concessão os edifícios, equipamentos ao ar livre e jardins, em bom estado de conservação e em perfeitas condições de utilização, realizando todos os trabalhos necessários para que os mesmos satisfaçam, cabal e continuamente, o fim a que se destinam

Cláusula VI

Propriedade das obras

As obras, edifícios, instalações e equipamentos implantados pela concessionária na área da concessão são, nos termos legais, sua propriedade até ao termo da concessão.

Cláusula VII

Locação financeira

Em caso de aluguer, locação financeira ou figuras contratuais afins de bens e equipamentos a afetar à atividade, deverá ser reservado ao concedente o direito de, mediante contrapartida, aceder ao uso desses bens e suceder na respetiva posição contratual em caso de sequestro ou resolução da concessão, não devendo, em qualquer caso, o prazo de vigência do respetivo contrato exceder o prazo de vigência do contrato de concessão.

Cláusula VIII

Transmissão e oneração de direitos

1. Não pode a concessionária transmitir para outrem o direito resultante da concessão, nem, por qualquer forma, fazer-se substituir no seu exercício sem autorização expressa do concedente.

2. O disposto no número anterior é aplicável aos atos de constituição de garantia real, de arresto, de penhora ou de qualquer outra providência semelhante sobre aquele direito, bem como, à transmissão e oneração da propriedade das obras efetuadas e das instalações montadas pela concessionária.

3. A autorização de oneração só poderá versar sobre os edifícios a implantar na parcela destinada a equipamento público e associada a empréstimos atribuídos para efeitos de execução das obras e trabalhos da responsabilidade da concessionária no âmbito do presente do contrato.

4. A violação do disposto nos números 2 e 3 determina a nulidade dos atos aí previstos.

Cláusula IX

Resolução administrativa

1. Constituem, designadamente, causas de resolução unilateral do contrato, por parte da concedente:

a) O incumprimento definitivo por facto imputável à concessionária das obrigações de execução das obras e trabalhos da sua responsabilidade;

b) A alteração do fim ou a suspensão ou cessação injustificada, total ou parcial, das atividades a que se destina a utilização das parcelas concessionadas, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respetiva causa;

c) A ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pela concessionária das atividades em causa, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;

d) A reiterada desobediência às determinações da concedente sobre matéria de execução das prestações contratuais e das demais entidades competentes;

e) A oposição repetida ao exercício da fiscalização pela concedente e por outras entidades competentes;

f) A apresentação da concessionária à insolvência ou a sua declaração judicial, salvo se a concedente autorizar que os credores assumam os direitos e encargos resultantes do contrato.

2. A resolução do contrato, quando as faltas da concessionária sejam meramente culposas e suscetíveis de correção, não será declarada se forem integralmente cumpridas as obrigações violadas, ou reparados os danos causados, dentro do prazo razoável estabelecido pela concedente.

3. A resolução do contrato implica a reversão gratuita para a concedente, de todos os edifícios, obras, equipamentos, instalações fixas e trabalhos realizados.

Cláusula X

Cessaçã por motivos de interesse público

1. A concedente pode extinguir a concessão em qualquer momento por motivo de interesse público que assim o exija.

2. A extinção da concessão confere à concessionária o direito a uma indemnização pelas perdas e danos sofridos correspondentes às despesas que ainda não estejam amortizadas e que representem investimentos em bens inseparáveis das parcelas ocupadas ou em bens cuja desmontagem ou separação das parcelas ocupadas implique uma deterioração desproporcionada dos mesmos

3. A indemnização não poderá, porém, exceder o valor das obras e instalações fixas no momento da rescisão.

Cláusula XI

Decurso do prazo

1. Decorrido o prazo da concessão e caso não haja continuação da exploração pela concessionária, a concedente entra de imediato na posse das parcelas postas à disposição da concessionária, bem como das obras, instalações fixas e trabalhos nelas executadas pela concessionária, sem dependência de qualquer outra formalidade que não seja a realização de uma vistoria *ad perpetuam rei memorium*, para a qual deverá ser notificada a concessionária, as quais reverterem gratuitamente para a concedente, livres de ónus ou encargos, salvo aqueles cuja constituição tenha sido autorizada pela concedente, não podendo a concessionária reclamar qualquer indemnização.

2. Não são oponíveis à concedente os contratos celebrados pela concessionária com terceiros para efeitos do desenvolvimento das atividades a que se destina a utilização das parcelas concessionadas.

Cláusula XII

Responsabilidade civil

A concessionária é responsável, nos termos gerais de direito, por quaisquer prejuízos ocasionados à concedente ou a terceiros no exercício da atividade desenvolvida parcelas concessionadas.

Cláusula XIII

Regime jurídico

No omissis, regem as disposições materiais da parte III do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 18 de janeiro ou diploma que se lhe seguir.

Cláusula XIV

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura, contando-se o prazo de duração do período da concessão a partir da data da emissão do alvará ou da admissão da comunicação prévia das obras de construção do equipamento social.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração às Cláusulas II, III, IV e XIV, do contrato administrativo de concessão de uso privativo do domínio público a celebrar com a Cáritas Diocesana de Bragança, bem como submeter à autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e para os efeitos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugada com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXO IV Planta de Apresentação”

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente, deseja fazer alguma intervenção inicial?

----- Deixamos para questões que possam ser colocadas, pelo que solicito aos Srs. Deputados que manifestem a vontade de pedidos de esclarecimento à Câmara.....

----- Há um pedido de esclarecimento, de Ana Cláudia.

----- Mais alguma intenção de pedido de esclarecimento?.....

----- Não.

----- Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Cláudia Guedes de Almeida.

----- **Ana Almeida** – Eu só queria esclarecer, efetivamente o que está aqui em causa, como os meus colegas saberão, é a alteração às cláusulas 2, 3,4 e 14 do contrato, não é? É correto? Certo! Basicamente eu fiz a comparação e parece-me que da deliberação de Câmara resulta que não há grandes alterações ao nível do interesse público nestas cláusulas de contratação. Mas a mim não se me afigura tão claro nomeadamente quanto à cláusula do prazo de execução. Desde logo há aqui duas alterações que me parecem ser uma carta branca à Caritas no sentido de prolongar a execução ou de iniciar a execução das obras para quando lhe aprovar, principalmente numa altura de crise e de estado de necessidade, como é o que vivemos, tudo é possível, porque, de facto, onde estava dito que o prazo de início, nomeadamente na cláusula quatro - Realização de obras e trabalhos – que era de cinco anos, não era? Sem mais passa a dizer que a concessionária iniciará os processos de forma a garantir a realização de obras e trabalhos num prazo máximo de sete anos a contar da data da assinatura do contrato,

prorrogável por motivos relevantes devidamente fundamentados. Ora, isto é um conceito indeterminado que dá para tudo principalmente num estado de necessidade. Eu não sei, Sr. Presidente, se não seria de rever.

----- Quanto às outras alterações não tenho nada a opor porque, de facto, francamente, fiquei algo estupefacta como é que tinham posto o início da contagem do prazo da assinatura do contrato e não da admissão dos procedimentos de controle prévio, mas parece-me que já quanto à execução da obra poderá ficar comprometido em virtude deste conceito indeterminado por motivos relevantes devidamente fundamentados. Se calhar, era de exigir algumas condições e especificar em que situações é que isto

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.^a Deputada.

----- Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para formular algum esclarecimento solicitado.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- De facto a Instituição solicitou-nos alteração ao número três da cláusula segunda, no que diz respeito à forma como a parcela destinada a espaço verde poderia ser utilizada em termos de utilização pública, do público em geral. Pareceu-nos correto ponderar os interesses da Instituição, as questões de segurança relacionadas com os utentes e o acesso público em geral.

----- Quanto ao prazo foi uma das preocupações fundamentais da Instituição. Os tempos são de dificuldades, não há recursos financeiros disponíveis, de imediato, para poder encarar investimentos de uma certa dimensão, o investimento que está em causa para esta Instituição é um investimento significativo, construir uma obra de raiz, e fomos, assim, sensíveis ao apelo da Instituição no sentido de alargar o prazo a partir do qual se iniciava a contagem do período da concessão, neste caso os trinta anos, considerou-se sete anos a contar da data da assinatura do presente contrato e que os trinta anos contariam a partir da data da emissão do Alvará, via definição da comunicação prévia das obras de construção do equipamento social, ou seja, sete anos, podendo parecer um prazo muito dilatado mas nos tempos que correm não é um prazo tão significativo considerando aquilo que é a experiência de outras instituições, desde que iniciam um processo de conceção de um projeto, de desenho, de elaboração de projeto de execução, de garantia de obtenção de apoios financeiros para a construção, no fundo montar a operação.

----- A questão da prorrogação dos sete anos – só por motivo relevante devidamente fundamentado, e essa relevância tem que ser reconhecida na Assembleia Municipal, não é a Câmara Municipal, eu imagino que a prorrogação remeta, neste âmbito, para a competência da Assembleia. Para todos os efeitos numa situação destas terá que ser devidamente fundamentada, terá que ser devidamente compreendida pelo Executivo da Câmara Municipal, tinha a ideia de que a prorrogação teria de ser

autorizada pela Assembleia, mas não tenho a certeza, eventualmente pode ser já uma competência própria do Executivo.

----- Estamos a lidar com uma Instituição Social que está instalada na nossa Cidade já há vários anos, tem atividade suficiente, feita com crianças, adultos, tem condições para ampliar a área das valências de apoio social que prestam, existe um terreno disponível da Autarquia com condições plenas para esse efeito, eu acho que é de aprovarmos esta alteração, uma vez que da parte da Instituição seguramente que a vontade é grande e se a Instituição não conseguir reunir as condições para desenvolver esta operação o terreno também não se perde, o Município não arriscou nada, não perdeu nada, o nosso pensamento foi ir ao encontro das preocupações da Instituição.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos esclarecimentos.

----- Vamos abrir um período de inscrições para intervenções sobre este tema.....

----- Não há inscrições.....

----- Passamos à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E OITENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto?

----- Ana Cláudia Guedes de Almeida, do CDS/PP, tem a palavra para formular a sua declaração de voto. --

----- **Ana Almeida** – A intenção do CDS/PP quando pediu o esclarecimento não era votar contra, era perceber, e, de facto, alertar para alguma descricionalidade/arbitrariedade que poderia estar na cláusula número quatro, porque, de facto, os motivos relevantes devidamente fundamentados, devia ficar expressamente dito que poderia ser por reconhecido interesse municipal, porque se não se conseguir a execução, e todos nós temos a noção das dificuldades financeiras, e, aliás, o Sr. Presidente sabe que em termos de projeto as obras mesmo que sejam feitas no âmbito de uma comunicação prévia pode ser entregue todo o projeto de arquitetura e ir executando fases, portanto à medida que se vai executando vai-se realizando verba para as fases seguintes. Eu só insisto, acho que se deveria ficar dito que o interesse relevante e fundamentado devia ser, nomeadamente estamos a falar de interesse público pela Assembleia Municipal, e fechar estes casos, o Sr. Presidente trabalha há muitos anos nestas áreas e saberá que isto se fosse aparecer de uma Entidade Central, dizia – isto é uma norma aberta, pode aqui fazer tudo e pode aqui não fazer nada – portanto era tentar fechar as circunstâncias em que quais serão os motivos relevantes que poderão não desencadear a execução no prazo de sete anos,

máximo, sabendo nós que pode entrar uma primeira fase e depois ser postergado, as fases sucessivas para depois. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.^a Deputada.....

----- Passamos ao ponto seguinte.....

PONTO 4.2.6 – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL

Pela Divisão de Urbanismo foi presente a seguinte informação:

“No âmbito da execução da infraestrutura rodoviária, Av. Circular Interior de Bragança, troço compreendido entre a rotunda do Caçador e a Av. Abade Baçal, foi necessário à execução dos trabalhos, proceder a ajustamentos dos limites de terrenos aí existentes, nomeadamente aos lotes n.ºs 96, 182 ao 211, lotes pertencentes ao loteamento urbano titulado por alvará de n.º 3/86, que confrontam no seu todo a nascente com terrenos do domínio público municipal, e dos lotes 49 a 53 do loteamento municipal (sem alvará de loteamento) sito, no Bairro do Pinhal, que confrontam no seu todo, a poente, com terrenos do domínio público municipal.

Considerando que os terrenos em causa vinham a ocupar área do domínio público municipal há bastante tempo, exceto os lotes n.ºs 182, 183, 184, 185, 186 e 187, do loteamento urbano titulado pelo alvará de loteamento n.º 3/86, áreas sem vocação e utilidade em termos de arranjo urbanístico, nem servidão de estadia, áreas que se integram com maior utilidade como complemento dos lotes acima referidos, propõe-se:

Que se desencadeie um processo de desafetação destas parcelas de terreno de domínio público para o domínio privado do Município, para que estas parcelas sejam posteriormente adquiridas pelos proprietários dos lotes acima mencionados, com as áreas identificadas em levantamento efetuado pelos serviços de topografia municipal, anexo a esta informação, com exceção dos lotes n.ºs 182 a 187 do loteamento urbano titulado pelo alvará de loteamento n.º 3/86, uma vez que a área cortada nestes lotes e integrada na via pública é privada e será adquirida pelo Município.

A área a desafetar de domínio público para o domínio privado municipal é de 1042,00m², dos quais 877,00 m² do lado poente da Av. Circular Interior de Bragança, corresponde à letra A e 165,00 m² do lado nascente desta nova infraestrutura viária, corresponde à letra B.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação das referidas parcelas de terreno de domínio público para o domínio privado do Município.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a desafetação das referidas parcelas de terreno do domínio público Municipal para o domínio privado do Município, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e para efeitos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º do citado diploma.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de novembro de 2012.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANEXO V

Planta – Av. Circular Interior de Bragança – desafetação parcela de terreno ”

----- **Presidente da Mesa** – Srs. deputados, pedidos de esclarecimento sobre este ponto?

----- Não se registam inscrições para pedidos de esclarecimento.

----- Abrimos o período para inscrições para intervenções sobre esta matéria.

----- Ana Guedes Almeida, tem a palavra para intervir sobre esta matéria.

----- **Ana Almeida** – Eu só queria ter a certeza que aquilo que vamos votar é uma mudança estatutária do regime das parcelas. Não é certo? Sr. Presidente. Nomeadamente a diferença está quando o domínio público municipal está protegido por um regime de ocupação pública, de acesso ao

público, e portanto passamos para o domínio privado municipal, entra no comércio jurídico, e nós, Assembleia, para a integração no domínio municipal não temos que dar o nosso consentimento, já para desafetar é a nossa vez, portanto queria que tivéssemos consciência que vamos votar uma mudança de estatuto, que a partir do momento que entra no domínio privado municipal e entra no comércio jurídico, portanto, como a própria certidão diz, é vendável e passava a sua propriedade de gestão a privados, a terceiros, e portanto saber se é isso que queremos ou não. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Sr.^a Deputada.

----- Sr. Presidente tem a palavra.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente.

----- Trata-se de regularizar uma situação de ocupação de terreno por parte de privados, ocupação que ocorre desde há bastantes anos, na sequência de uma operação de loteamento no Bairro do Pinhal. Áreas sobrantes de loteamentos, estão referenciados, que foram sendo ocupadas com os logradouros dos lotes. Com a construção da circular interior foi necessário ocupar parte da área que tinha sido ocupada por privados, tendo mandado proceder à demolição de anexos e de muros para garantir a construção da Avenida com o perfil que tinha sido aprovado, e para além disso ainda restam áreas ocupadas por parte de privados que são públicas, portanto aquilo que se impõe é regularizar essa situação transferindo essa área que está ocupada por privados, que seria domínio público, transferi-la para o domínio privado, para que possa ser desenvolvida a operação urbanística no sentido de vender a esses privados aquilo que já ocupam e regularizar a situação perante o município e perante os próprios privados. É uma operação simples, a área já está ocupada há anos, aquilo que se impõe, da nossa parte, constatada essa situação e confrontados os proprietários com essa realidade, salientar que tinham que libertar as áreas necessárias para a infraestrutura pública e para além disso teriam que pagar a área que tinham ocupado a mais e que a Câmara iria desencadear um processo que é este que estamos a desencadear agora.....

----- **Presidente da Mesa** – feito este esclarecimento adicional, estamos em condições de passar á votação.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto?.....

----- Não há declarações de voto.

----- Passamos para o último ponto, que foi agendado pela manhã, com o consentimento e deliberação dos senhores deputados.

PONTO 4.2.7 – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – RESERVA DE ÁGUA DE MONTESINHO E CIRCUITO DE LIGAÇÃO AO SISTEMA EXISTENTE (SOLUÇÃO I – VARIANTE B2) – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL.

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

LUISA MARIA PARREIRA BARATA, Licenciada em Direito e Chefe da Divisão Administrativa do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de dezembro do ano de dois mil e doze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, José Leonel Branco Afonso, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Geraldo Alberto Leite da Assunção e Hernâni Dinis Venâncio Dias, a fim de se realizar a vigésima terceira Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A BRAGANÇA – RESERVA DE ÁGUA DE MONTESINHO E CIRCUITO DE LIGAÇÃO AO SISTEMA EXISTENTE (SOLUÇÃO I – VARIANTE B2) - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Desde há cerca de 40 anos, que Bragança enfrenta um problema crónico de abastecimento de água, problema que foi mitigado, mas não resolvido pela execução, incompleta, do “Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor”, faltando executar a 6.ª e última fase que compreende a construção da barragem de Veiguinhas;

Nos últimos anos, concretamente no final do inverno de 2005, em dezembro de 2007 e em outubro de 2011, face à seca e escassez de água, a cidade e o concelho de Bragança viveram sérias ameaças de rotura dos sistemas de abastecimento de água;

Em 2005, no final do inverno, face à seca intensa e prolongada então verificada, as reservas existentes na barragem da Serra Serrada, único local onde havia água, estiveram a apenas 10 dias da rotura total, situação que foi acompanhada de perto pelo então Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, pela Proteção Civil Nacional e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, se não tivesse chovido naquela altura, o colapso do sistema e inerente catástrofe tinham seguramente acontecido;

Em 2007 e 2011, foram pelo Município de Bragança mobilizadas todas as capacidades disponíveis da Proteção Civil Distrital, através de uma logística muitíssimo pesada e onerosa, para o Município, procedendo ao transporte de água em camiões cisterna a partir de Macedo de Cavaleiros.

A Proteção Civil Nacional, que sempre tem acompanhado esse processo, informou por escrito o Município de Bragança que não possuía capacidade interna para reagir/enfrentar uma situação de rotura total no abastecimento.

Face à seca prolongada e severa que se verificou no ano de 2012, o Município de Bragança decidiu reavaliar os meios existentes no País, tendo por objetivo elaborar um Plano de Contingência exequível face à situação. Constatou-se que para assegurar o abastecimento da cidade de Bragança seria necessário que todos os meios disponíveis no país estivessem envolvidos e ainda assim, seria elevada a probabilidade de não ocorrer a disponibilidade de todos eles, já que, em caso de seca extrema, esses meios teriam naturalmente de ser alocados a situações de emergência (incêndios, catástrofes, proteção de pessoas e bens, entre outros).

Resulta de tal Plano de Contingência que, em situação extrema, nem sequer a Proteção Civil Nacional dispõe de meios necessários (nem mesmo com a colaboração do Exército), para enfrentar uma situação de calamidade (isto é, uma situação de rotura total no abastecimento de água ao Concelho), para a qual o País não dispõe de meios de resolução.

Decorridos mais de 15 anos da execução de cinco das seis fases do Aproveitamento do alto Sabor e depois de terem sido elaborados diversos e múltiplos estudos técnicos e ambientais realizados em diferentes momentos, por equipas técnicas e de diversas competências, por diferentes e sob múltiplas perspetivas, concluíram pela inexistência de alternativa à solução apontada há 32 anos, ou seja pela invisibilidade de encontrar soluções fora da área do Parque Natural de Montesinho.

Em 2012 a Comissão de Acompanhamento, que integra vários organismos públicos com competência técnica e legal, confirmou e validou ser “Veiguinhas” a única solução viável para resolver o problema de abastecimento de água a Bragança, tendo em 19 de março do mesmo ano a Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território emitido Declaração de Impacte Ambiental com decisão favorável ao reforço de abastecimento de água a Bragança a partir de Montesinho contemplando a construção de Reserva de Água de Montesinho em Veiguinhas e o circuito de ligação ao sistema existente (Solução I, Variante B2).

A construção de uma reserva de água em Montesinho, para reforço do sistema de abastecimento de água a Bragança, está prevista no Plano Diretor Municipal e consta da Carta de Infraestruturas de Abastecimento de Água – volume II, denominada por “Barragem de Veiguinhas” (em anexo).

Compete aos órgãos municipais, no âmbito das suas atribuições e responsabilidade política direta, pugnar pelo cumprimento do interesse público no abastecimento sustentável de água no concelho de Bragança, assegurando, designadamente, o abastecimento de água a todas as populações ali residentes,

com regularidade, em quantidade e qualidade, e a preço sustentável e equilibrado para as famílias e para os agentes económicos, nos termos do disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Assim, por tudo quanto ficou exposto, propõe-se, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a submissão à aprovação da Assembleia Municipal da proposta de declaração de interesse público municipal das obras de reforço de abastecimento de água a Bragança – reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (solução I – variante B2).

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a Referida proposta, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a referida proposta de declaração de interesse público municipal das obras de reforço de abastecimento de água a Bragança – reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (solução I – variante B2), à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do artigo 53.º da citada Lei n.º 169/99, conjugado com o disposto no artigo 26.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 10 de dezembro de 2012.

a) Luísa Maria Parreira Barata

II – ANEXO VI

Mapa”

----- **Presidente da Mesa** – O Sr. Presidente da Câmara tem aqui a palavra para uma intervenção sobre esta matéria, que sirva de esclarecimento adicional aos senhores deputados. Tem a palavra, Sr. Presidente.

----- **Presidente da Câmara** – A Câmara Municipal vem solicitar à Assembleia Municipal que seja emitida declaração de interesse público municipal relativo ao “reforço de abastecimento de água a Bragança – reserva de água de Montesinho e circuito de ligação ao sistema existente (Solução I –

Variante B2)”, foi a solução que foi aprovada pelo Governo após a discussão pública no âmbito dos estudos de impacto ambiental.....

----- Os projetos foram concretizados, depois dessa altura surgiu uma providência cautelar da QUERCUS, foi feita oposição, foram desenvolvidos procedimentos de contratação pública para a construção, foi comunicado ao Tribunal que esse procedimento ia ser adotado no sentido de ganhar prazo, relativo à construção, e não pôr em perigo, na medida do possível, o financiamento comunitário que está atribuído a este projeto no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território.

----- O processo de contratação já ocorreu, a proposta com vista à adjudicação está a ser desenvolvida e aguardaremos, para todos os efeitos, aquela que será a decisão do Tribunal, entretanto impunha-se ganhar tempo.

----- Assim, pelos fundamentos que a Câmara Municipal transcreveu na sua deliberação, solicita à Assembleia, tendo por base os mesmos, que emita essa declaração.

----- Porquê essa deliberação? De acordo com o Regulamento do Plano de Ordenamento, n.º 1 do Artigo 13.º, a Barragem está prevista em zona de proteção parcial do tipo I, constituem zonas não edificantes, especifica aquilo que é permitido nestas zonas e o que não é permitido.

----- O ponto 3 do mesmo Artigo refere – excetua-se do disposto no n.º 1 do Artigo 13.º, as obras de escassa relevância urbanística ... alínea b) - os projetos para os quais seja demonstrada a inexistência de alternativas de localização fora do Parque Natural de Montesinho, sejam declaradas de interesse relevante público, por Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente e da tutela, do projeto, e adotem um programa de medidas compensatórias que proponham um nível de proteção dos valores afetados.

----- Ora, o Governo irá emitir esta declaração, agora proximamente, e impunha-se que a nível municipal os órgãos competentes, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, reconheçam o interesse público municipal deste investimento, para que assim também o Governo o faça, nos termos da Lei.

----- Daí esta urgência, isto resulta num prazo muito curto, tem estado a decorrer em prazos relativamente curtos, resulta do contacto com o Governo no sentido de acertar calendários nesta âmbito. Esse calendário é este, este era o momento certo, portanto é o momento que me parecia que a AM, na medida do possível, e constando-se, depois de vários anos de estudos, que não há alternativa a esta solução, que era absolutamente indispensável no presente e no futuro, impunha-se, do meu ponto de vista, nesta fase, que houvesse uma declaração inequívoca e unânime desta Assembleia Municipal, neste sentido, também para que o Governo sinta que a nível local esse interesse é suficientemente reconhecido, neste caso pelos órgãos competentes.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado pelos esclarecimentos adicionais, Sr. Presidente.

----- Abrimos um período de inscrições para pedidos de esclarecimento sobre este tema.

----- Registamos duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fernandes, do Partido Socialista. .

----- **Luís Fernandes** – Boa tarde, depois de almoço. O meu pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara é o seguinte. Todos nós já há longos anos que andamos aqui a acompanhar este processo cheio de chumbos de estudos de impacto ambiental, situações da Câmara a tecer aqui cenários dramáticos no abastecimento de água a Bragança, e agora culmina com esta declaração de interesse público municipal, por parte da Câmara.

----- Eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente se neste processo todo não poderia ter tomado já posição noutras fases do processo, já que era de tão somente urgência esta questão, se não nos podia ter poupado já aqui estas situações de vermos quase a rotura da água a Bragança, se tem tomado a decisão noutro tempo e noutras situações, que o podia ter feito, e ter matado aí o processo. Era a pergunta que eu deixava no ar.

----- **Presidente da Mesa** – Tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento, Ana Guedes Almeida.

----- **Ana Almeida** – Eu só queria perguntar ao Sr. Presidente, neste procedimento que não está revelado diretamente de interesse público municipal, se está a pensar nalguma fase de consulta pública sobre esta própria deliberação.

----- E eu passo a explicar esta minha pergunta. De facto hoje em dia é natural ver, por acaso o nosso PDM não tem, mas é quase uma norma copy-paste de todos os instrumentos de planeamento, uma Secção, que é a Secção dos chamados empreendimentos de carácter estratégico. E no que é que isto consiste? Consiste efetivamente naquilo que estamos a tratar e tem que ver com empreendimentos cujo investimento não está previsto e portanto o Município não pode reservar áreas de solo especificamente com investimento que ele não pode prever mas que, de facto, não quer dizer não, se eles vierem para a região, a operar para o município, por um lado, ou, por outro lado, situações de rotura como aquela que está a acontecer com Veiguiñas, e Veiguiñas, de facto, tem levantado alguma discussão, só que no que toca a estes investimentos de carácter estratégico de forma a que não se entenda que isto é uma, e disse o próprio Presidente, veio aqui ler a norma de Ordenamento do Parque, como padrão, as competências para a revisão do Plano de Ordenamento do Parque não competem diretamente à Câmara Municipal, portanto há outras entidades envolvidas, e sob pena de podermos ser acusados de estarmos a alterar o Plano à margem dos procedimentos legais do Plano de Ordenamento do Parque, não seria de garantir o procedimento nomeadamente consulta pública, de forma a legitimar esta declaração de interesse municipal. E era esta a minha questão. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr.^a deputada.....

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, dispensamos à CM o tempo necessário para formular respostas aos esclarecimentos que foram solicitados. Dou a palavra ao Sr. Presidente.....

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Não era viável que esta decisão fosse tomada antes deste momento, nos termos do Regulamento só depois de verificada a solução definitiva e verificada a ausência de alternativas é que é possível tomar esta deliberação de acordo com o que está previsto, de outra forma isto não teria eficácia nenhuma.

----- O Governo definiu em sede do estudo de impacto ambiental e da inimpugnabilidade de DIA, o interesse público relevante decidiu também. Impõe-se nesta fase, é obrigatório, está na Lei, não se trata de alterar o Plano de Ordenamento do Parque nem o seu Regulamento, trata-se sim, de acordo com o próprio Regulamento, de quem tem competência, neste caso o Governo, poder emitir a declaração competente, ou seja, a nossa declaração na AM não altera nem modifica absolutamente em nada o Regulamento do Plano de Ordenamento. Sim, o Governo utiliza uma competência própria para fazê-lo. ...

----- Esta questão sob o ponto de vista também de debate público foi avaliada em sede da discussão pública do estudo de impacto ambiental, a declaração de conformidade, e também em sede de discussão pública do Plano Diretor Municipal que prevê na carta de infraestruturas de abastecimento de água, no Volume II, prevê um projeto denominado por Barragem de Veiguinhas, faz parte do conjunto das infraestruturas estratégicas de abastecimento.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Presidente.....

----- Agora abrimos um período para intervenções sobre este tema.

----- Não se regista nenhuma intenção para intervir, passamos de imediato à votação.

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E OITENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E SETE MEMBROS PRESENTES.....**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto, Srs. Deputados?

----- Declaração de voto do Sr. Deputado Rui Correia, do PSD. Tem a palavra, Sr. deputado.

----- **Rui Correia** – Obrigado, Sr. Presidente. Atendendo à indispensável construção de Veiguinhas e considerando que já se perdeu muito tempo com discussões deste projeto, o Grupo Municipal do PSD só poderia votar favoravelmente e apelar à rápida construção desta Solução, para um problema cada vez maior, ou seja, o abastecimento de água às nossas populações..... ~

----- Aproveito ainda, em nome do Grupo Parlamentar do PSD desejar a todos as Boas Festas e Feliz Natal e um excelente 2013 e que seja extensivo também às vossas famílias e amigos. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. Deputado.

----- Sr. Deputado Luís Fernandes, tem a palavra para a sua declaração de voto.

----- **Luís Fernandes** – A declaração de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai no sentido, e como repararam foi a favor, e é para tirar aqui algumas dúvidas. Durante muito tempo houve muita gente que nos quis acusar de que nós, grupo parlamentar nesta Assembleia, estávamos contra Veiguinhas. Nunca estivemos contra Veiguinhas, estivemos sempre a favor de Veiguinhas, o que quisemos foi esclarecer muita coisa, muita situação que foi dúbia durante este processo e que esperemos que chegue finalmente ao fim.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Sr. deputado.

----- Quero dizer que há mais duas intenções de declarações de voto.....

----- Tem a palavra o Sr. deputado do Movimento Sempre Presente, José Lourenço, para a sua declaração de voto.....

----- E o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra, no final, para uma intervenção final.....

----- Vamos ter um bocadinho de paciência, os trabalhos estão a decorrer bem no que diz respeito também à celeridade do processo pelo que vamos ter que ter paciência.....

----- **José Lourenço** – O Movimento votou favoravelmente esta intenção do Executivo, queremos que isto chegue a bom porto o mais rapidamente possível, da mesma forma, e que manifestámos aqui o nosso apoio, gostaríamos que efetivamente aquando da decisão das medidas compensatórias que o impacto que este projeto vai ter na região e principalmente nas freguesias abrangidas pelo projeto, que efetivamente o Executivo também se lembre, não de nós mas dessas freguesias, que ajude e efetivamente haja um plano de medidas viável e que de alguma forma compense duas implicações que isto vai acarretar para essas mesmas freguesias. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado. Tem a palavra, agora, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Parada, recorde, para a última declaração de voto.....

----- Sr. Norberto Costa, tem a palavra.....

----- **Norberto Costa** – Votei a favor porque a água é importante, venha ela do norte ou do sul, do este ou do nascente, a água é sempre importante, de qualquer lado que venha.

----- E neste momento também queria, e temos que falar também na caridade, eu todos os anos ofereço a senha deste dia a uma Instituição, tem sido para a APADI, mas se há uma Instituição com mais necessidade pois será para essa Instituição, temos que ajudar aqueles que mais precisam.

----- A Feira do Artesanato, de Parada, abre dia 26 de dezembro, por volta das 17h30, a missa è às 11h30, às 12h30 é o almoço, e o Adriano já me disse para dividirmos o pessoal ao meio, e portanto quem quiser ir para Rebordãos vai para Rebordãos, quem quiser ir para Parada vai para Parada, nós estamos sempre de braços abertos para todos.

----- Um Bom Natal, com muitas prendas, muita alegria, com toda a família e um Bom Ano de 2013, e que nos traga ainda muito mais.....

----- **Presidente da Mesa** – Sr. Presidente da Junta de Parada, muito obrigado.

----- Para finalizar a Sessão, concedemos a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a seu pedido, para uma intervenção final.

----- **Presidente da Câmara** – Obrigado, Sr. Presidente. Não se trata de uma intervenção final, mas quero, em nome do Executivo da Câmara Municipal, desejar aos Srs. Deputados, aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, a todos os eleitos, e, na vossa pessoa, ao povo do nosso Concelho, Bom Natal e que o Ano de 2013 seja, na medida do possível, um ano em que tenhamos a capacidade de resistir à adversidade, de ter presente, em primeiro lugar, que nos compete valorizar as coisas positivas que acontecem em cada um dos dias da nossa vida e da nossa comunidade, para criar espaço para a confiança e para a esperança e assim conseguirmos continuar a desenvolver e a promover os valores da solidariedade, de justiça e bem estar do nosso Concelho. Um Bom Natal e um Bom Ano.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Srs. Deputados.

----- Agora sim, terminámos esta quinta sessão ordinária. Da parte da Mesa os nossos votos de um Feliz Natal e um Bom Ano Novo para todos.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Aníbal de Jesus Raimundo Morais
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Nuno Neves Pires *
Bruno José Fernandes Miranda *
João da Rocha e Silva *
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
José Luís Baltasar
Maria do Amparo Mendes Alves *
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves *
Maria Teresa
Melanie Alves Pinhão *
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

2 – Membros:

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
Francisco Manuel Esteves Marcos *
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Aurora Correia *
Maria Celina da Silva Paula *
Maria de Fátima Renovato Veloso
Mário Augusto Pinto Moreira *
Vanda Marisa das Graças Espírito Santo
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves

Armando José Morais
José Fernando Cameirão
José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro *

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Leonel dos Santos Fernandes *

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Francisco Alves
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Pedro Miguel Castro Veiga
Castro Avelãs	João António da Silva Rodrigues *
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Prada Afonso
Fáilde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos Santos Costa
Gimonde	João Victor Alves
Gondesende	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo de Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Mós	Anselmo Aníbal Martins

Nogueira	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto dos Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela Lampaças	Victor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
S. Pedro	António Carlos Sá
Salsas	Filipe Osório Caldas
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba Rossas	Elídio Alexandre Morais
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias Santos Vara
Sé	Paulo Jorge Almendra Xavier
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

* - membros suplentes

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Nuno Filipe Machado Reis

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

José Carlos Fernando Valente

Aveleda

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha
Hernâni Dinis Venâncio Dias

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezassete horas e trinta minutos e do que nela se passou se lavrou a presente ata que depois de achada conforme – vai ser aprovada na primeira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 22/02/2012 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente - Luís Manuel Madureira Afonso

O Primeiro Secretário - Acúrcio Álvaro Pereira

A Segunda Secretária - Maria Madalena Morais Morgado

